

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAROLINA ALMEIDA GHILARDI

**DECISÕES: Um documentário sobre a ressocialização de presos e egressos  
através do trabalho**

CURITIBA

2021

CAROLINA ALMEIDA GHILARDI

**DE|CISÕES: Um documentário sobre a ressocialização de presos e egressos  
através do trabalho**

Trabalho acadêmico apresentado à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, como requisito parcial para graduação no curso de Jornalismo, do Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná.

Orientação: Prof. Dr. Elson Faxina

CURITIBA

2021

Aos que permanecem

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pela minha vida e por dar sensibilidade para a execução desse documentário. A minha mãe por tornar não só a execução desse trabalho possível como toda a minha graduação, por ser amparo nas horas de dificuldade e calma quando o caos se instaurou.

Sou grata a Universidade Pública, que me possibilitou um ensino de qualidade, me fez mais humana e me ensinou que todos os dias é necessário lutar por uma educação igualitária, emancipadora, gratuita e para todos. Não poderia deixar de agradecer também aos meus professores do Departamento de Comunicação da UFPR, mas especialmente a Elson Faxina, José Carlos Fernandes e Valquíria Michela John que durante esses mais de quatro anos ajudaram a formar a profissional que sou hoje, espero algum dia, ser parecida com vocês.

Não poderia deixar de citar quem viabilizou todos esses projetos, sem eles não teria história para contar, voz para ouvir, nem rosto para estampar. Meus sinceros agradecimentos a Andresa Augusto Ruiz, Claudinei Ribeiro da Silva, Danilo Duarte, Evely Dandara dos Santos, Jorge Lopes Terto, Karine Vieira, Marcelo Loureiro e Maria Solange Senese por confiarem em mim ao contar cada uma das suas histórias, por me ensinarem e por me inspirar com o trabalho realizado em empresas, e no Resposta e Recomeçar. Sem deixar de citar quem estava nos bastidores e fez essa engrenagem rodar para as gravações, muito obrigada Camila, Senna Ricarte e Leonardo Precioso do Recomeçar.

Meus sinceros agradecimentos aos amigos que foram apoio para a execução desse projeto antes mesmo dele tomar forma, e me recuso a citar nomes para não correr o risco de deixar ninguém de fora.

*Todas as pessoas estão presas numa mesma teia inescapável de mutualidades, entrelaçadas num único tecido do destino. O que quer que afete um diretamente, afeta a todos indiretamente. Eu nunca posso ser o que deveria ser até que você seja o que deve ser. E você nunca poderá ser o que deve ser até eu seja o que devo ser.*

*Martin Luther King*

## RESUMO

*Decisões* é um documentário que busca ilustrar a relação cárcere, trabalho e ressocialização. O objetivo desta produção é ouvir pessoas que já foram privadas de liberdade no sistema prisional paulista e que, por causa dessa realidade, carregam consigo marcas e vivências, especialmente no que diz respeito à vida pós cárcere, como no mercado de trabalho. Por isso, o objetivo é apresentar ao público através da fala de detentos e egressos do sistema prisional, bem como entidades e pessoas da sociedade civil que colaboram para esse processo como o trabalho pode ser um mecanismo ressocializador e integrador na sociedade.

Palavras-chave: Ressocialização; Egressos; Detentos; Trabalho; Sistema prisional.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	08
1.1 JUSTIFICATIVA	10
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 OBJETIVO GERAL	12
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b>	14
2.1 HISTÓRIA DO SISTEMA PRISIONAL	14
2.1.1 Panorama atual do sistema prisional brasileiro	16
2.1.2 Panorama do sistema prisional no estado de São Paulo	17
2.2 DEFINIÇÕES E ATRIBUIÇÕES DO SISTEMA PRISIONAL	17
2.3 TRABALHO COMO GARANTIA FUNDAMENTAL	19
2.4 O TRABALHO DO PRESO	20
2.4.1 Especificações do trabalho interno	21
2.4.2 Especificações do trabalho externo	22
2.4.3 Dificuldade para trabalhar depois do cumprimento da pena	23
2.4.4 Estigma e exclusão social	24
2.5 REMIÇÃO DA PENA	25
<b>3 PROCEDIMENTOS</b>	27
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA MODALIDADE ESCOLHIDA	27
3.2 CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES	29
3.2.1 Empreendedorismo Social	29
3.2.2 Ação pela Paz	30
3.2.3 Recomeçar	31
3.2.4 Resposta	31
3.3 PROPOSTA INICIAL DO PRODUTO	32
<b>4. DEISCISÕES: O DOCUMENTÁRIO</b>	35
4.1 A PRODUÇÃO	35
4.2 OS ENTREVISTADOS	41
4.3 NA PRÁTICA	42

<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	45
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	49
<b>APÊNDICE 1 - PERGUNTAS BASE AOS ENTREVISTADO</b>	51
<b>ANEXOS</b>	53



## 1 INTRODUÇÃO

A função exercida pelo sistema penal em primeira instância é preventiva, criando procedimentos e recursos para precaver e evitar o cometimento de crimes. A pena é uma sanção imposta pelo Estado ao autor de uma infração penal, como retribuição ao seu ato ilícito e com o fim de evitar novos delitos. Entretanto, a pena não serve apenas para intimidar o cidadão, mas também para recuperar o delinquente (MIRABETE, 1997, p. 36-37).

Para assegurar os direitos civis dos seus cidadãos, a lei é clara ao informar o objetivo da execução penal no art. 1º da Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984): “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (BRASIL, 1984).

Sendo assim, a função da pena não é punição perpétua, nem tampouco exclusão permanente do apenado ao convívio social, por isso ela exige mecanismos de ressocialização de detentos e ex-detentos à sociedade, durante o cumprimento de sua pena e também após a ela, nas ruas, em liberdade.

Entende-se como ressocialização um compromisso do Estado de fornecer um processo de readaptação pelo qual o indivíduo passará para reinserir-se na sociedade, após o cumprimento de uma pena em razão da prática de um crime.

As formas de ressocialização desse grupo podem ser diversas, dentre elas a inserção e reinserção no mercado de trabalho. O emprego é uma alternativa para que presos e egressos do sistema penitenciário possam adentrar no mercado de trabalho, ajudar financeiramente suas famílias e uma estratégia para diminuir reincidências.

Neste cenário, faz-se o questionamento, em primeiro momento, pessoal e depois social, acerca não somente de como o Estado, mas principalmente como grupos da sociedade civil organizada têm se mobilizado para promover a ressocialização de apenados e ex-detentos através do trabalho e como o labor age sobre tais indivíduos que estão imersos ou já tiveram na vivência do cárcere.

Entendendo o papel social do jornalismo na sociedade e da importância de se construir discursos acerca das realidades, o interesse pessoal na temática de cunho mais social e humanizador, e os poucos materiais sobre o tema que dessem voz para

que o egresso falasse sobre a sua própria condição de cárcere e de ressocialização, e quando existentes são sempre rasos ou perpetuantes de um discurso simplista, ficou estipulado que o presente trabalho tratará sobre a ressocialização de presos e ex-detentos através do trabalho por meio do auxílio de iniciativas da sociedade civil organizada.

Para tratar desse tema a decisão foi produzir um documentário, intitulado *Decisões*, que ilustra a tríade da relação cárcere, trabalho e ressocialização, através da experiência coletiva de depoimentos a respeito das vidas dentro do cárcere e de que maneira elas foram impactadas, positiva e negativamente, pelo cárcere e pelo trabalho. Os personagens são todos detentos ou ex-detentos do sistema prisional paulista que desfrutam do trabalho como forma de ressocialização atualmente ou que já tenham passado por essa experiência e estejam vinculados em ações de ressocialização realizadas pelo Estado, ou de alguma das instituições da sociedade civil, escolhidas para este projeto, sendo elas: Recomeçar, Resposta e Ação pela Paz, situadas na cidade de São Paulo. Estas iniciativas são usadas como análise da mobilização civil nessa temática, bem como os articuladores dessas iniciativas também são personagens para a composição desse documentário.

A execução desse trabalho, teve por escolha circunstancial da época pandêmica, retratar apenas as iniciativas de ressocialização, bem como os personagens do estado de São Paulo. Tal escolha se deu pois, apesar de existir iniciativas relevantes para a causa de reinserção social de egressos do Sistema Prisional em outros estados do Brasil, bem como o próprio Paraná, com um projeto na cidade de Curitiba, localizado exatamente na cidade onde estava sendo cursado a graduação, a pandemia inviabilizou a execução devido a uma locomoção mais dificultosa ao estado e aos riscos de contaminação com o novo vírus. A cidade de São Paulo, se tornou aquela mais fácil de ser acessada, contava também com o maior número de instituições que trabalham pela ressocialização, e é o maior sistema prisional do Brasil, podendo evidenciar um bom panorama de ações ressocializadoras.

Dessa forma, o fazer jornalístico aqui proposto, portanto, busca, em um primeiro momento, compreender a complexidade e as particularidades da reinserção desse grupo do sistema prisional por meio de instituições não governamentais, que podem ou

não estar ligadas a iniciativas governamentais, bem como as legislações que regem essas práticas. Posteriormente, como esses grupos da sociedade civil foram orquestrados, suas razões de criação e estruturas de funcionamento e de que maneira o hábito trabalhista exerce influência sobre o próprio cotidiano da população carcerária, atual ou passada, ou mesmo na vida posterior à privação da liberdade. Deslegitimar discursos rasos a respeito da questão carcerária e sua população no Brasil - tão lamentavelmente presentes e ressonantes nos dias de hoje - e sobre a função social que o trabalho deve ter a esse grupo, é também fundamento basilar deste documentário.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

A criação de meios, pelo Estado, para reinserir detentos e ex-detentos no mercado é prevista desde 1984, quando foi criada a Lei de Execução Penal. Tal lei determina que o trabalho do condenado, ou seja, aquele que ainda tem contas a acertar com a Justiça, tem finalidade educativa e produtiva e pode ser realizado de duas formas: no interior do estabelecimento penal, para presos provisórios e condenados; ou fora do estabelecimento penal, para condenados que já tenham cumprido pelo menos 1/6 da pena total.

De acordo com dados do último Painel Interativo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias<sup>1</sup> (SISDEPEN) do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), no período de janeiro a junho de 2020, 13,12% da população prisional no Brasil estava envolvida em atividades laborais, o que corresponde a um total de 98.932 pessoas. Quando ainda estão atrás das grades, os presos que trabalham não estão sujeitos às regras da CLT, o que acaba por ser um benefício à contratação de presidiários por parte das empresas.

---

<sup>1</sup> De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional todos os dados e informações sobre o sistema penitenciário brasileiro como os estabelecimentos penais e a população carcerária ficam arquivados e disponibilizados no SISDEPEN, o Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional. Nessa plataforma, é possível encontrar dados do sistema penitenciário a partir de 2004, que são periodicamente preenchidos e atualizados por gestores das unidades prisionais. Atualmente esses dados são divulgados em formato interativo, com a presença de gráficos, tabelas e opções de filtros por estado e unidade prisional, com informações gerais, criminais, sobre saúde no sistema prisional, ações de reintegração e assistência social e muitas outras informações. Para consultar o relatório citado e outros relatórios é só acessar o site: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen>>.

Entretanto, há um grande problema quanto à contratação de egressos do sistema prisional. Na hora de retomar a vida em sociedade, a maioria dos ex-detentos enfrentam dificuldade e preconceito no momento de procurar emprego. As dificuldades relatadas pelos egressos em conversas e entrevistas são: o próprio preconceito social pela condição de ter passagem pelo sistema carcerário, o medo das empresas de contratarem pessoas que foram privadas de liberdade e ocorrer crime dentro dos seus estabelecimentos, e o outro fator citado é a pena de multa<sup>2</sup>, uma espécie de sanção penal, prevista em lei, que determina o pagamento de uma quantia em dinheiro, cumulada com a pena de prisão, que deverá ser paga pela pessoa que cumpriu pena, como parte da sua sentença. O não pagamento dessa pena de multa implica em não quitação da pena e por isso impede que o egresso regularize a sua situação com a Justiça e possa emitir documentos, prestar concurso e outros.

Apesar de em 1984 a Lei de Execução Penal já reconhecer o direito ao trabalho, normas que determinam ou incentivam a contratação desse grupo ainda são recentes. Somente em 2008, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou o Programa Começar de Novo, que busca incentivar governos, empresas e a sociedade a criar propostas de trabalho e cursos de capacitação profissional para presos e ex-detentos. E de lá para cá, os estados, por iniciativas públicas e também privadas, através de ONGs, têm criado seus próximos mecanismos de incentivos para a ressocialização através do trabalho.

Neste contexto, se faz necessário levantar discussões acerca das ações sociais que têm sido operantes e efetivas na ressocialização do preso através do trabalho e o formato documentário foi escolhido devido ao seu potencial vocalizador<sup>3</sup>. O termo de

---

2 A Constituição Federal prevê no art. 5º, inciso XLVI, c, que a lei regulará como acontecerá a pena, de forma individualizada, podendo ser entre as seguintes sanções:: a) privação ou restrição da liberdade; b) perda de bens; c) multa; d) prestação social alternativa; e) suspensão ou interdição de direitos. No caso, a pena de multa é pecuniária em favor do Fundo Penitenciário Nacional, fundo instituído pela Lei Complementar nº 79/1994 para custear o sistema de cumprimento de pena no país.

A pena de multa poderá ser prescrita pelo juiz como sanção principal, alternativa ou cumulativa, quando atrelada à prisão. No art. 49 do Código Penal determina que a tarificação dessa pena obedecerá o critério do dia-multa, ou seja a quantia que deverá ser paga será fixada na sentença e calculada em duas etapas, primeiro se define o número de dias-multa que deverá ser pago e depois determina o valor cobrado por cada dia-multa.

Nessa pena há algumas regulamentações, previstas pelo Código Penal no art. 49, determinando que a fixação do número de dias-multa não poderá ser inferior a 10 (dez) e nem superior a 360 (trezentos e sessenta) dias-multa. E quanto ao valor do dia-multa, o magistrado tem um limite quanto a fixação, sendo no valor mínimo um trigésimo e não superior a cinco vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no tempo do fato.

3 O vocábulo "vocalizador" se origina etimologicamente do verbo intransitivo "vocalizar", um termo utilizado especialmente na área de Canto e Música que significa, segundo o dicionário online Michaelis "cantar, sem pronunciar a letra do canto nem as notas da música, executando as modulações da voz sobre uma vogal" Para a música, vocalizar, ou vocalizes, os exercícios vocais, como também são chamados são de extrema importância ao cantor pois são eles que dão condicionamento às pregas vocais e ajudam a desenvolver determinadas habilidades na voz. Especialistas de Canto, descrevem que a vocalização faz com que o cantor perceba todas possibilidades com sua própria voz, explorando o máximo de rendimento que esse instrumento pode oferecer.

“retrato da realidade” usada em relação ao gênero, que vem sendo perpetuado na sociedade, desde a invenção do cinematógrafo com os irmãos Lumière, ou com grandes e precursores cineastas como Robert Flaherty, Dziga Vertov e tantos outros nomes da atualidade - ainda que em certa medida problemático, devido à infinidade de “realidades” possíveis através de diferentes recortes - serve bem ao propósito de fazer dos presidiários e ex-detentos protagonistas das suas narrativas, bem como trazer vozes a ações de empreendedorismo social que se atentem e buscam estratégias para a reintegração.

Isto posto, avaliar de que maneira se dá a tríade iniciativas sociais, mercado de trabalho, presos/ex-detentos, especialmente na cidade de São Paulo - cidade de atuação dos projetos escolhidos - constitui uma tarefa imprescindível a fim de se buscar uma melhor compreensão da realidade. Uma vez que as ditas produções jornalísticas convencionais quando abordam assuntos relacionados a presídios e infratores o fazem de maneira quase sempre a marginalizar (ainda mais) seus personagens, ou repercutindo apenas aspectos negativos da vida no cárcere e após ela, como reincidências criminosas. É anseio desta produção relacionar a realidade do cárcere também com aspectos positivos, como a própria ressocialização e a transformação social.

## **1.2 OBJETIVOS**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Vocalizar e demonstrar o processo de reabilitação e reinserção social de apenados e egressos do sistema prisional, bem como as suas histórias de vida particulares, vivências e principalmente a relação com o trabalho por intermédio de iniciativas desenvolvidas por organizações da sociedade civil que promovem e garantem acesso a experiência do labor.

---

Dessa forma, o termo “vocalizar” e suas derivações foi apropriado e empregado nessa produção tanto documental como escrita, usando o significado original de forma expansiva para além da área da Música. A vocalização proposta aqui visa de fato, dar voz aos personagens e enxerga a ação dos personagens contarem suas histórias como um exercício de vocalização social, com potencial em aprimorar, expandir e explorar não só suas vozes, mas também suas vivências.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

-Discutir a complexidade e as particularidades da reinserção de apenados e ex-detentos do sistema prisional através do trabalho, com foco nas experiências de quem cumpriu pena de privação de liberdade e de quem trabalha com o assunto.

-Proporcionar um espaço de vocalização onde apenados e egressos do sistema prisional possam ser protagonistas ao relatar suas próprias histórias.

-Apresentar a história e as estruturas de funcionamento dos Institutos Recomeçar, Resposta e Ação pela Paz, que surgiram com o foco de promover diversos mecanismos de ressocialização, sendo um deles a geração de empregos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 HISTÓRIA DO SISTEMA PRISIONAL

Até o século XVII, o Direito Penal era marcado por penas cruéis e desumanas como torturas, açoites, pena de morte, amputação e qualquer outra forma de castigo, não havendo até então a privação de liberdade como forma de pena. A privação era uma forma de custódia que garantia que o acusado não iria fugir e que ele aguardaria o julgamento e a pena subsequente, privado de sua liberdade, em cárcere. “O encarceramento era um meio, não era o fim da punição” (SALLA, 2006, p. 185).

A pena privativa de liberdade só passou a fazer parte do rol de punições do Direito Penal no final século XVIII, e o gradual banimento das penas cruéis e desumanas fez com que a pena de prisão passasse a exercer um papel de punição visto como humanizador (DI SANTIS; ENGBRUCH, 2016). É também no final desse século que começam a surgir os primeiros projetos do que se tornariam as penitenciárias.

O Brasil, até 1830, não tinha um Código Penal próprio. Por ser uma colônia portuguesa na época, submetia-se às Ordenações Filipinas, que trazia o rol de crimes e penas que seriam aplicados no Brasil. Assim, com o que imperava até o século XVII em diversos países, as Ordenações Filipinas, no seu livro V, previam penas como as de morte, corporais como açoite, mutilação, queimaduras, o galés - trabalhos forçados executados por prisioneiros agrilhoados, confisco de bens e multa e ainda penas como humilhação pública do réu. Mas em 1824, com a nova Constituição, o Brasil começa a reformar seu sistema punitivo banindo as penas de mutilação corporal, mas não as eliminando para os escravos. Com o Código Criminal do Império, a pena de prisão (privação de liberdade) é introduzida no Brasil e opera de duas formas, a primeira como prisão simples e a segunda como prisão com trabalho (REVISTA LIBERDADES, 2012).

Conforme citado por Trindade (2011), “**para o homem livre, a punição corporal foi substituída pelas doutrinas penitenciárias, que tinham o objetivo de vigiar, disciplinar e recuperar o condenado**” (grifo do autor), surgindo nesse movimento uma pequena faísca do que seria futuramente um dos objetivos principais da Lei de

Execução Penal nº 7.210 de 1984 – a ressocialização do apenado e sua volta ao convívio social após cumprir sua pena.

É importante esclarecer que a pena de prisão com trabalho era diferente da pena de galés ou trabalho forçado. A pena de prisão com trabalho era cumprida dentro das penitenciárias em oficinas de trabalho – sapataria, marcenaria, funilaria, entre outras – e sob a orientação de um mestre de ofício (TRINDADE, 2011).

Mesmo mudando, as penitenciárias do Brasil ainda eram precárias e sofriam de variados problemas. Sendo influenciado por várias doutrinas norte-americanas e europeias, relativas ao crime, criminoso e ao sistema carcerário, o marco da entrada do Brasil como um país da era moderna punitiva se deu em 1850 e 1852 e em 1890 com um novo Código Penal voltado para fins tanto preventivos quanto repressivos, e observando a individualização da pena do condenado.

Os anos se passaram e o Código Penal sofreu outras mudanças. O atual foi instituído pelo Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e realizado alterações em 1977, 1984 e 1989. Foi mantido o sistema progressivo, apenas existindo alterações nos regimes legais, como por exemplo, a criação de duas penas privativas de liberdade: reclusão e detenção; penas com máxima de 30 anos e a criação de crimes de menor potencial ofensivo.

O atual Código Penal brasileiro se estabelece nos princípios de uma Justiça-Retributiva, uma atitude de repreensão do Estado, mediante uma execução penal, que considera que a uma atitude delituosa, deve se retribuir o mal do crime com o mal da pena. Assim, a pena que pode ser aplicada atualmente diz respeito sobre a privação de liberdade, pena restritiva e também pena de multa (NUCCI, 2016).

Assim, nessa conjuntura, foi instituído, em julho de 1984, a Lei de Execução Penal<sup>4</sup>, ou como também é conhecida a LEP, que tem por objetivo determinar todos os direitos dos presos no sistema prisional, sejam direitos políticos, assistenciais, à educação, religiosos e muitos outros, bem como todas as obrigações do Estado para com a pessoa privada de liberdade. Através da LEP, o Estado mantém o caráter punitivo, mas também ressocializador, fazendo com que o preso cumpra a justiça

---

4. Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 disponível para consulta através do link: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm)



punitiva, mas tenha um tratamento digno dentro das unidades prisionais e quando cumprir a sua pena e voltar a liberdade, não caia em reincidência criminal.

### 2.1.1 Panorama atual do sistema prisional brasileiro

No Brasil, o órgão do executivo responsável pelo acompanhamento, controle e a aplicação da Lei de Execução Penal e das diretrizes da Política Penitenciária Nacional é o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O Depen, dentre tantas responsabilidades, é o encarregado por administrar o Sistema Penitenciário Federal (SPF), os considerados presídios federais - que no Brasil são 5 unidades - e de acordo com o artigo 72 da LEP “III - assistir tecnicamente as Unidades Federativas na implementação dos princípios e regras estabelecidos nesta Lei”, que corresponde aos Departamentos Penitenciários Estaduais, como todas as unidades prisionais do estado de São Paulo, vinculadas a outro órgão executivo, nesse caso a Secretaria da Administração Penitenciária.

Atualmente, segundo os últimos dados divulgados por esse órgão, através do SISDEPEN, um sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro, com informações do período de janeiro a junho de 2020<sup>5</sup>, o sistema prisional brasileiro abriga 702.069 pessoas, sem contar os dados das Polícias Judiciárias (Federal, Distrital e Estadual) e Batalhões de Polícias e Bombeiros Militares. É importante notar que as mesmas estatísticas disponibilizadas evidenciam o problema de superlotação carcerária no Brasil, pois somando todas as vagas existentes nas unidades prisionais brasileiras existem vagas para apenas 446.738 pessoas, mas o sistema já extrapolou este número em mais de 63%.

Do número total de pessoas privadas de liberdade, 344.773 estão em regime fechado; 101.805 em regime semiaberto; 43.325 em regime aberto; 209.257 em regime provisório; 213 em tratamento ambulatorial e 2.696 em medida de segurança.

A população prisional em programa laboral no país corresponde a 13,12% do número total de pessoas privadas de liberdade, o que corresponde a 98.940 pessoas.

---

5 "SISDEPEN — Português (Brasil) - Governo Federal." <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen>. Acessado em 3 ago.. 2021.

Das mulheres, 863 exercem trabalhos externos e 8.538 internos. Já os homens 17.577 estão trabalhando externamente e 71.962 internamente.

### 2.1.2 Panorama do sistema prisional no estado de São Paulo

De acordo com o os últimos dados divulgados pelo SISDEPEN, correspondentes ao período de janeiro a julho de 2020, o estado de São Paulo conta com um total de 218.909 pessoas privadas de liberdade em suas unidades prisionais, o que corresponde a mais de 31% da população prisional brasileira, sem contar os dados das Polícias Judiciárias (Federal, Distrital e Estadual) e Batalhões de Polícias e Bombeiros Militares. Deste número 140.292 estão em regime fechado; 32.151 em semiaberto; nenhum em regime aberto; 45.200 em regime provisório; nenhum em tratamento ambulatorial e 1.266 em medida de segurança. Desta população, 10.200 (4,66%) são mulheres e 208.730 (95,34%) são homens. Aqueles que exercem atividade laboral ficam um pouco abaixo da média nacional, 11,18%, correspondente a 24.478 pessoas. Deste número, quatro mulheres exercem trabalho externo e 2.685 interno. Já dos homens, 88 estão no trabalho externo e 21.701 no interno.

## 2.2. DEFINIÇÕES E ATRIBUIÇÕES DO SISTEMA PRISIONAL

Presídios são espaços controlados pelo Estado para manter pessoas privadas de liberdade. Tal aparato, evidentemente, modifica sua estrutura (física e de funcionamento) de tempos em tempos, de acordo com sua localização geográfica e contexto político envolvido.

O sistema carcerário passou por diversas alterações até os dias atuais, dependendo do preceito conjuntivo da política preponderante, o qual estipula regras, direitos e deveres, princípios embasadores do ordenamento, entre outros, onde se trata da vida de um ser humano que cometeu um erro, um descumprimento a regra da época e tempo determinado. (DULLIUS; HARTMAN, 2011).

Na definição de Erving Goffman, os presídios são caracterizados como “instituições totais”. Tais instituições, segundo ele, podem ser definidas como

Um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. As prisões servem como exemplo claro disso, desde que consideremos que o aspecto característico de prisões pode ser encontrado em instituições cujos participantes não se comportaram de forma ilegal. (GOFFMAN, 1961, p. 11)

O francês Michel Foucault atentará, em suas inúmeras assertivas a respeito do sistema prisional, para o caráter punitivo e autoritário que este possui para com os detentos. A privação de liberdade, em um primeiro momento, se configura como punição preponderante ao infrator. Somado ao isolamento/confinamento, a constante vigia, o cumprimento de inúmeras regras e o autoritarismo farão da experiência no cárcere sinônimo de obediência e disciplina.

A prisão deve ser um aparelho disciplinar exaustivo. Em vários sentidos: deve tomar a seu cargo todos os aspectos do indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições; a prisão muito mais do que a escola, a oficina ou o exército, que implicam sempre numa certa especialização, é “onidisciplinar”. Além disso a prisão é sem exterior nem lacuna; não se interrompe, a não ser depois de terminada totalmente a sua tarefa; sua ação sobre o indivíduo deve ser ininterrupta: disciplina incessante. (FOUCAULT, 2009, p. 198)

Dessa forma, o cárcere, serve ao princípio da Justiça-Retributiva de punição mediante uma atitude delituosa, mas tem como um dos principais objetivos a ressocialização, ou seja fazer com que a pessoa privada de liberdade, após o cumprimento da sua pena, possa voltar a sociedade e conviver nela novamente. Tal princípio está previsto na Lei de Execução Penal (LEP), na seção VIII, Da Assistência ao Egresso, que se refere às obrigações em assistências do Estado para o egresso, no art. 25. A assistência ao egresso consiste: I - na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade.

## 2.3 TRABALHO COMO GARANTIA FUNDAMENTAL

Os direitos e garantias fundamentais são direitos previstos na Constituição Federal e inerentes à pessoa humana, ou seja, são aqueles que uma vez valorados pela coletividade, em um dado momento histórico, foram colocados na constituição, para, assim, se tornarem fundamentais e serem dirigidos a todos os seres humanos submetidos a tal ordenamento jurídico, sem restrições, independentemente de sua raça, credo, ou convicção política.

Já sobre o trabalho, ele sempre esteve inserido na vida da sociedade. Está previsto no Artigo 1º da Constituição Federal de 1988

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, **constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:**

(...) IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019) (BRASIL, 1988, Grifo meu)

E também no seu artigo 170 dispõe: "a ordem econômica, **fundada na valorização do trabalho** e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social" (BRASIL, 1988, Grifo meu). Tal declaração, firmada na Constituição, alega que o trabalho, seja ele manual ou intelectual, garante ao indivíduo dignidade dentro de seu meio familiar e social.

A Constituição brasileira consagra ainda, em seu artigo 6º, este direito como sendo fundamental

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, **o trabalho**, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988, Grifo meu)

Desta forma, observam-se progressivamente que o trabalho é fundamental na vida das pessoas, como ressalta Wandelli (2012, p.46)

O trabalho humano é visto enquanto atividade intencional de transformação do real no curso da qual se dá a descoberta e o desenvolvimento das potencialidades humanas; intercâmbio orgânico com a natureza, pela qual o homem, produzindo valores de uso, também transforma-se a si mesmo, como sujeito, e à totalidade social, intersubjetivamente. Assim, o trabalho é o primeiro

elemento que conforma a capacidade do ser humano para autorrealizar-se individual e comunitariamente. (WANDELLI, 2009, p. 46)

## 2.4 O TRABALHO DO PRESO

Sendo um direito fundamental para todos os cidadãos brasileiros, o trabalho do apenado também é previsto pela Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que instituiu a Lei de Execução Penal:

Art. 28 - O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.

§ 1º. Aplicam-se à organização e aos métodos de trabalho as precauções relativas à segurança e à higiene.

§ 2º. O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho. (BRASIL, 1984)

A Lei de Execução Penal, além de ter o trabalho como um direito, no artigo 41, também o enxerga como uma verdadeira ferramenta ressocializadora do preso à sociedade. Dessa forma, o trabalho realizado pelo preso, quanto a sua remuneração, que é obrigatória, e seu uso, se atenta ao que descreve o artigo 29 da Lei de Execução Penal:

Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo.

§ 1º O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:

a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;

b) à assistência à família;

c) a pequenas despesas pessoais;

d) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.

§ 2º Ressalvadas outras aplicações legais, será depositada a parte restante para constituição do pecúlio, em Caderneta de Poupança, que será entregue ao condenado quando posto em liberdade. (BRASIL, 1984)

Ainda na Lei, conforme dispõe o artigo 31, o condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho, mas não se referindo a presos provisórios, nem presos por crimes políticos (conforme artigo 31 e artigo 200 da LEP), na medida de

suas aptidões e capacidade, inclusive para idosos acima de 60 anos e doentes ou deficientes com atividades apropriadas ao seu estado.

O trabalho poderá ser realizado de segunda a sábado, salvo algumas exceções, em duas modalidades: trabalho interno e externo. O trabalho interno trata-se do serviço realizado nas dependências do estabelecimento prisional, podendo consistir em atividades como auxiliares na cozinha, enfermaria, lavanderia, reformas, construções, dentre outros.

Já o trabalho externo é aquele realizado fora do sistema prisional com autorização da direção do estabelecimento prisional, para aqueles que atendam aos requisitos de aptidão, disciplina, responsabilidade e cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena. Para aqueles que estão em regime fechado, o trabalho externo tem ainda algumas restrições, conforme descrito na Lei de Execução Penal:

Art. 36. O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.

§ 1º O limite máximo do número de presos será de 10% (dez por cento) do total de empregados na obra.

§ 2º Caberá ao órgão da administração, à entidade ou à empresa empreiteira a remuneração desse trabalho.

§ 3º A prestação de trabalho à entidade privada depende do consentimento expresso do preso. (BRASIL, 1984)

#### 2.4.1. Especificações do trabalho interno

Para exemplificar melhor o trabalho que pode ser realizado pelo preso é importante se dirigir ao que diz a Lei de Execução Penal. Ela determina que a pessoa privada de liberdade está obrigada ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.

No caso do trabalho interno, o artigo 34 determina que "O trabalho poderá ser gerenciado por fundação, ou empresa pública, com autonomia administrativa, e terá por objetivo a formação profissional do condenado". E que, inclusive, é esta instituição a responsável por custear as despesas e inclusive pagamento de remuneração adequada.

Por isso, esse trabalho interno é oferecido a presos do regime fechado, ou seja, àqueles condenados que precisam ficar o dia todo intramuros, dentro do estabelecimento prisional, não podendo sair das penitenciárias. Entretanto, presos de outros regimes também podem trabalhar internamente se assim preferirem.

Dessa forma, no trabalho interno, o preso trabalha no período diurno e tem seu repouso no período noturno.

#### 2.4.2 Especificações do trabalho externo

Já sobre o trabalho externo, a LEP determina que ele é destinado a pessoas que estejam cumprindo o regime semiaberto e aberto. Ele pode ser cumprido fora do estabelecimento prisional, seja em entidades públicas ou privadas, conforme regulamentação específica, com documentos protocolados, ciência da Vara de Execução Penal e com documentos que atestem a proposta e execução de trabalho, como folha de ponto ou outro comprovante de frequência ao trabalho.

Dessa forma, o detento pode trabalhar fora dos estabelecimentos legais e sem vigilância. No caso do regime semiaberto, o preso sai durante o dia para trabalhar e retorna à penitenciária à noite para seu repouso. E no aberto, funciona de forma similar: o trabalho é autorizado durante o dia e é necessário estar em casa de albergado ou, em sua ausência, na sua própria casa, durante o período noturno e nos dias de folga.

É importante esclarecer também que, excepcionalmente, presos do regime fechado podem ir às ruas para trabalhar, aceitável apenas em obras públicas, como determina o parágrafo 3º do artigo 34 do Código Penal: "O trabalho externo é admissível, no regime fechado, em serviços ou obras públicas".

O apenado pode conciliar simultaneamente o trabalho e os estudos e assim agregar a remição de ambos. Também é possível perder parte do tempo remido, caso o preso cometa falta grave ele pode perder até 1/3 (um terço) desse tempo.

### 2.4.3 Dificuldade para trabalhar depois do cumprimento da pena

Enquanto o apenado cumpre pena em regime fechado ou semiaberto o trabalho é um direito garantido e uma medida obrigatória no sistema prisional, como citado nos tópicos acima. Neste período, apesar do preso receber uma quantia pelo seu trabalho, ele não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, como determina a Lei de Execução Penal, podendo implicar assim em situações como o não recolhimento de alguns encargos sociais, tais como férias, décimo-terceiro, repouso semanal remunerado, dentre outros, o que acaba por ser um benefício à contratação de presidiários por parte das empresas, já que nestes casos também, a remuneração mínima é de 3/4 do salário mínimo.

Entretanto, depois do cumprimento da pena, os ex-detentos, são considerados cidadãos comuns e, quando contratados para um trabalho formal, com carteira assinada, são regidos pela CLT, tornando-os menos atrativos para os empregadores, mesmo com leis<sup>6</sup> que estimulam empresas contratadas pelo poder público a ter uma cota de 2% a 10% de ex-presos entre os funcionários.

Neste caso, além da CLT que passa a vigorar e os torna “menos atrativos”, não se pode esquecer a atual situação do país quanto ao número de desempregados, que segundo dados do primeiro trimestre de 2020, são 12,2% da população, o que corresponde a 12,85 milhões de pessoas, segundo divulgação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a partir de dados da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios).

Como se não bastasse isso, ainda há muito preconceito direcionado a egressos do sistema prisional. Para aqueles que um dia estiveram encarcerados, a vida nunca mais será igual, pois em muitos casos, haverá mesmo após o cumprimento da pena de privação de liberdade, o invólucro de criminoso atribuído pela sociedade. A imagem

---

<sup>6</sup> Como por exemplo a Lei 9.450/2018, que institui a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional (Pnat). Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/d9450.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.450%2C%20DE%202024,o%20%C2%A7%205%C2%BA%20do%20art.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9450.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.450%2C%20DE%202024,o%20%C2%A7%205%C2%BA%20do%20art.)

Lei 20.624, de 2013 de autoria do governador Antônio Anastasia que amplia o incentivo financeiro a empresas que contratarem ex-detentos.



daquele que cometeu e pagou pelo seu crime, parece indissociável do crime cometido, gerando um processo de exclusão social. Como destaca Zacarias (2006)

Devemos ter em mente, que o preso, o condenado, na mente do cidadão comum e mesmo dos mais evoluídos, será sempre uma ameaça, não bastando que tenha pago seu crime com a supressão de sua liberdade, a pecha lhe incomodará por toda sua vida. (ZACARIAS, 2006, p. 65),

Há uma ideia de que aquele que uma vez transgrediu a uma norma irá transgredi-la novamente. E quando se trata de trabalho, em razão de a sociedade não conseguir desvincular a imagem de ex-presidiário, termo comumente usado, muitas oportunidades de emprego são negadas e até mesmo não oferecidas. Conforme o autor Julio Fabbrini Mirabete (2002, p. 24):

A ressocialização não pode ser conseguida numa instituição como a prisão. Os centros de execução penal, as penitenciárias, tendem a converter-se num microcosmo no qual se reproduzem e se agravam as grandes contradições que existem no sistema social exterior (...). A pena privativa de liberdade não ressocializa, ao contrário, estigmatiza o recluso, impedindo sua plena reincorporação ao meio social. A prisão não cumpre a sua função ressocializadora. Serve como instrumento para a manutenção da estrutura social de dominação. (MIRABETE, 2002, p. 24)

#### 2.4.4 Estigma e exclusão social

Para entender a exclusão social designada aqueles que saíram de instituições prisionais é necessário a explicação do “termo estigma”. No seu livro “Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”, Erving Goffman (1988, p. 11), explica que o termo estigma surgiu na Grécia antiga para designar os sinais feitos a corte ou fogo para marcar o corpo de criminosos. Essas marcas indicavam o status moral dos indivíduos.

Entretanto, para Goffman (1988) só é possível compreender o estigma completamente, quando se atenta aos conceitos de “identidade virtual” e “identidade real” dos indivíduos. A identidade virtual é o conjunto de categorias e atributos que precisa ser demonstrado com os outros, regidas por exigências e imputações de carácter que determinam o que devemos apresentar em determinado ambiente social,

já a identidade real é o conjunto de categorias e atributos que a pessoa prova ter, ou seja, são características encontradas no indivíduo. Quando há alguma discrepância entre a identidade virtual e a real surge o estigma que destrói a possibilidade de atenção para outros atributos, impedindo a aceitação social:

Acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais, efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. Construimos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como a classe social. (GOFFMAN, 1988, p. 15)

## 2.5 REMIÇÃO DA PENA

A Lei de Execução Penal, em seu artigo 126, determina que todo condenado à pena de privação de liberdade, têm por direito a remição da sua pena. Ou seja, a depender de algumas ações do apenado é possível que os seus dias presos possam ser diminuídos, através de trabalho ou estudo, em consonância com a lei. “O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de (Redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011):

I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias; (Incluído pela Lei nº 12.433, de 2011)

II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho. (Incluído pela Lei nº 12.433, de 2011) (BRASIL, 2011)

Focando no objetivo deste documentário, a remição pelo trabalho se dá para aqueles que, além de cumprir a exigência de estar no regime fechado ou semiaberto, trabalham três dias, com carga horária mínima de 18 horas e máxima de 24 horas, o que corresponde a 6 ou 8 horas de trabalho por dia, para ser beneficiado com menos um dia na pena. Ressaltando que independe da modalidade de trabalho, seja interna ou externa, pode ser usada para a remição.

Já a remição pelos estudos segue a lógica de que a cada 12 horas estudadas, no período mínimo de três dias, é descontado um dia na pena. Caso a pessoa privada de liberdade conclua o ensino fundamental, médio ou superior, é acrescido mais 1/3 (um terço) de tempo para remissão da sua pena. O estudo pode ser realizado dentro do sistema prisional, ou no caso daqueles que já estão em regime semiaberto pode ser realizado em instituições de ensino externas como faculdades, universidades, centros de capacitação e outros estabelecimentos, mediante autorização. Ressaltando também que no caso dos estudos, é possível cursar desde o ciclo básico da educação, como ensino fundamental e médio, até níveis mais elevados como tecnólogo, graduação e pós graduação.

### 3 PROCEDIMENTOS

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA MODALIDADE ESCOLHIDA

Os documentários são uma modalidade de difícil conceituação dentro do audiovisual, pois como coloca Nichols (2005, p. 48), “não adotam um conjunto fixo de técnicas, não tratam de apenas um conjunto de questões, não apresentam apenas um conjunto de formas ou estilos.”

Pela difícil conceituação, o documentário pode ser facilmente confundido com outras produções audiovisuais como reportagens de TV e até filmes de ficção. Para Rondelli (1998, p. 29), isto se dá, entre um dos motivos, pelo fato de não existir gêneros puros no audiovisual:

No caso da televisão, os telejornais e documentários deveriam ser o reino dos discursos sobre o real, enquanto as telenovelas e seriados, o lugar da ficção. Entretanto, esses gêneros além de não serem puros no modo como narrativamente constroem suas representações, convivem com uma série de outros gêneros que transitam entre dois pólos sem nenhum compromisso de serem fiéis ou coerentes com a realidade ou com a ficção, e que ficam mergulhados numa região cinzenta". (RONDELLI, 1997, p. 152)

Nesta área cinzenta, em razão da liberdade narrativa e de construção das representações nos documentários, o gênero acaba sendo marcado pela imprevisibilidade do que irá ser registrado em termos de imagem e áudios. Mesmo existindo um roteiro, e a construção que se dá no decorrer do processo de sua produção, segundo De Melo (2002), “um documentário é construído ao longo do processo de sua produção. Mesmo existindo um roteiro, o formato final somente se define com as filmagens, a edição e a montagem.” Para Penafria (1999), “no documentário, a perfectibilidade do filme dialoga com a imperfectibilidade dos ‘intérpretes’, personagens reais do mundo existente”.

Quanto à conceituação e construção do gênero, “o que parece permanecer sempre como característica fundamental do documentário é o fato de ser um discurso pessoal de um evento que prioriza exigências mínimas de verossimilhança, literalidade e o registro in loco” (DE MELO, 2002, p. 26), sendo isso o formador da realidade

presente no documentário através da criação do discurso, através dos recursos escolhidos para a obra.

Quanto ao registro *in loco*, ressalta-se que o documentário deve, o máximo possível, apresentar todas as evidências factuais em seu contexto original. No entanto, se por qualquer motivo o documentarista não consegue filmar um acontecimento no momento em que ocorre ou habitualmente ocorre, ele pode usar imagens de arquivo (documento histórico), fazer uso da reconstituição (recurso legitimado pela escola de Grierson), voltar ao local dos acontecimentos ocorridos no passado ou utilizar depoimentos das pessoas envolvidas, numa tentativa de se aproximar do ocorrido. Ou seja, não é obrigatório o documentarista colocar-se no terreno do acontecimento "aqui e agora". (DE MELO, 2002, p. 26-27)

Apesar da dificuldade de conceituação, é possível relacionar a modalidade escolhida com o Jornalismo, ambos são vocalizadores da realidade. “Como em outros discursos sobre o real, o documentário pretende descrever e interpretar o mundo da experiência coletiva. Essa é a principal característica que aproxima o documentário da prática jornalística” (DE MELO, 2002, p. 26). Entretanto, apesar do discurso sobre o real, é preciso reconhecer a limitação das áreas - nem o documentário, nem o jornalismo conseguem ser reflexos fidedignos da realidade. São construções da realidade social da forma mais verossímil possível, seja pelo repórter ou pelo documentarista, em um processo ativo de fabricação de valores, significados e conceitos (TRAQUINA, 1993, 2001; DE MELO, 2002; MEDITSCH, 1992, 1997).

Entre limitações e dilemas, a escolha da modalidade se deu pois o documentário, enquanto produção audiovisual não ficcional, tem a capacidade de, através da vocalização de seus personagens, apresentar um caráter de transformação e mobilização social. Tal especificidade ficou marcada no Brasil a partir das produções das décadas de 1960 e 1970, período em que houve um forte apelo no que se refere à representação de minorias. Daí advém a carga reflexiva e crítica que a produção de um documentário pode ter (XAVIER, 2012).

## 3.2 CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

As escolhas das instituições analisadas se deram, em primeiro momento, por (1) se encaixar no critério de instituição que realiza ressocialização pelo trabalho, (2) pela localização geográfica que é de fácil acesso e não tão longe do local de execução do projeto de documentário proposto (num primeiro momento, era a cidade de Curitiba, e depois por causa da pandemia, a cidade de Marília, no interior do estado de São Paulo), (3) pelo critério de ser uma das maiores populações prisionais, e (4) pela significância do projeto desenvolvido.

Tanto o Instituto Recomeçar, como o Resposta e Ação pela Paz, se encaixam em ambos os critérios acima. Essas instituições estão sediadas na cidade de São Paulo, estado este que abriga a maior população carcerária do Brasil, e tem trazido uma notoriedade ao tema através dos projetos realizados.

### 3.2.1 Empreendedorismo Social

Antes mesmo de estabelecer a direta relação das instituições escolhidas com o tema, bem como aprofundar sobre a história e colaboração das iniciativas, é importante ressaltar o tipo de negócio das mesmas. Todas elas se encaixam no que vem sendo denominado como “empreendedorismo social”, um termo recente, mas que já vem sendo objeto de estudo.

É através da percepção da incapacidade e/ou ineficiência das instituições governamentais em solucionar problemas sociais, que iniciativas da sociedade civil têm procurado alternativas que respondam às necessidades sociais não atendidas nem pelo Estado, nem pelo mercado, buscando produzir bens e serviços que beneficiem a sociedade.

A proposta é simples: utilizar técnicas de gestão, inovação, criatividade, sustentabilidade e outras com o propósito de maximizar o capital social de uma comunidade, bairro, cidade ou mesmo país. Resumindo, empreendedores sociais buscam transformar o mundo e melhorar a vida das pessoas utilizando métodos geralmente presentes no cotidiano de empresas. (MEU SUCESSO, 2014)

Com foco nos problemas sociais e na sociedade que os enfrenta mais proximamente, o termo “empreendedor social” transmite essa a combinação do objetivo social, associado às instituições sem-fins lucrativos, com a vertente empreendedora, aliada ao carácter dinâmico e inovador do negócio (MARTIN & OSBERG, 2007).

Dessa forma, para Davis (2002); Austin et al (2006); Certo & Miller (2008), citado por Parente et al (2011, p. 272), “é consensual, na literatura académica, apontar como principal característica distintiva do empreendedorismo social a missão de criar e maximizar o valor social, por intermédio de actividades inovadoras, ao invés da geração de lucro inerente ao empreendedorismo”.

Por procurar alternativas às necessidades sociais não atendidas, o empreendedor social e os empreendimentos nesta área não têm como prioridade criar lucros financeiros. “A apropriação do conceito de empreendedorismo pelo empreendedorismo social prende-se com a migração de características associadas àquele num espaço cuja finalidade não é a da acumulação da riqueza ou lucro” (PARENTE et al, 2011, p. 271).

### 3.2.2 Ação pela Paz

O Instituto Ação Pela Paz nasceu em 2015 da motivação de Jayme Brasil Garfinkel, um investidor brasileiro, com o objetivo de promover encontros, diálogos e união entre pessoas e instituições interessadas na busca de soluções para diminuir a reincidência criminal no país.

Para conseguir ações mais efetivas, Jayme trouxe Solange Senese, profissional experiente e engajada no propósito de integrar socialmente pessoas privadas de liberdade e egressas prisionais.

Por meio dessa parceria e com o apoio de outros profissionais, o Instituto realizou estudos, visitas às unidades prisionais, pesquisas e reuniões com especialistas, e assim aprofundou o seu conhecimento e compreensão das necessidades do complexo sistema prisional brasileiro, conforme relatórios<sup>7</sup> disponibilizados pelo Instituto e informações no site da instituição<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Disponibilizados no Anexo deste documento.

<sup>8</sup> “Instituto Ação Pela Paz – Ação Pela Paz.” <https://acaonelaopaz.org.br/>. Acessado em 3 ago., 2021.

Hoje, o Ação pela Paz apoia diversos programas e atua em parceria com o TJSP (Tribunal de Justiça de São Paulo), a SAP (Secretaria de Administração Penitenciária) e SPG (Secretaria de Planejamento e Gestão) para o desenvolvimento e implantação do SEMEAR, sigla para Sistema Estadual de Métodos para Execução Penal e Adaptação Social do Recuperando.

A sede do Instituto fica na cidade de São Paulo, Rua dos Guaianazes, 1281, no Bairro Campos Elíseos.

### 3.2.3 Recomeçar

O Recomeçar nasceu como um projeto da rede Gerando Falcões, criado em 2015, e tem como objetivo “reintegrar à sociedade homens e mulheres, egressos de penitenciárias e presídios, que cumpriram suas penas e carecem de apoio para dar um novo rumo à vida”, conforme disponibilizado no site da instituição<sup>9</sup>.

A iniciativa nasceu do apoio do empreendedor social Edu Lyra, criador da ONG Gerando Falcões, a Leonardo Precioso, egresso do sistema prisional que, através de apoios e parcerias e funcionários especializados para gerir todas as demandas, instituiu um projeto metodologicamente bem elaborado para a reinserção de homens e mulheres egressos na sociedade.

Para realizar todo o trabalho o projeto, já que não repassa nenhum custo para as pessoas atendidas, recebe apoio de algumas instituições, como do Instituto Ação pela Paz.

A sede do projeto está localizada na Rua Deputado Cunha Bueno, 130, no Centro de Poá, São Paulo. Mas já conta com sede em outros estados como Recife-PE e Distrito Federal.

### 3.2.4 Resposta

Nascido da iniciativa de outra egressa, dessa vez pelas mãos de Karine Vieira, o Resposta nasceu com o objetivo de inserir, manter e melhorar o processo de

---

<sup>9</sup> "Instituto Recomeçar 360 - Instituto Recomeçar 360." <https://recomecar360.org/>. Acessado em 3 ago.. 2021.



contratação de pessoas egressas do sistema prisional, através de métodos eficazes nas áreas de serviço social, psicologia e empreendedorismo.

A instituição conta com uma equipe especializada entre funcionários e estagiários voluntários que fazem desde o acolhimento de pessoas egressas, até apoios sociais, jurídicos e capacitações para o mercado de trabalho e a vida, segundo informações do site<sup>10</sup>, relatórios disponibilizados<sup>11</sup>.

O projeto também recebe o apoio do Instituto Ação pela Paz e fica localizado num espaço de coworking chamado Civi-Co, na Rua Doutor Virgílio de Carvalho Pinto, 445, no Bairro Pinheiros, em São Paulo.

### 3.3 PROPOSTA INICIAL DO PRODUTO

Tendo como objetivo principal demonstrar o processo de reabilitação e reinserção social de apenados e egressos do sistema prisional através do trabalho, por intermédio de iniciativas desenvolvidas por organizações da sociedade civil como o Instituto Recomeçar, Resposta e Ação pela Paz, a proposta principal deste documentário é servir de vocalização para que apenados e egressos do sistema prisional possam ser protagonistas ao relatar suas próprias histórias, e assim deslegitimar discursos rasos sobre o processo de privação de liberdade e ressocialização.

Nesse ponto, é importante esclarecer que outras instituições também haviam sido escolhidas para compor esse documentário, sendo a ONG Anjos e AfroReggae. A ONG Anjos nasceu da iniciativa de um também egresso, Oscar Moreira, na cidade de Curitiba-PR, com o objetivo é desenvolver programas profissionalizantes, projetos e serviços de assistência social, habilitação e reabilitação que visam a colocação profissional, inclusão social e resgate da dignidade civil de detentos e egressos do sistema prisional, conforme entrevista previamente realizada e informações das redes sociais do projeto. Já o AfroReggae é um renomado Instituto localizado no Rio de Janeiro, fundado oficialmente em 1993, um mês antes da chacina de Vigário Geral, para oferecer atividades socioculturais para jovens moradores de favelas. Com o crescimento do projeto, decidiram, em 2008, criar a Agência de Empregos Segunda

---

10 "Resposta: Home." <http://resposta.pro/>. Acessado em 3 ago.. 2021.

11 O relatório pode ser conferido nos Anexos deste documento.

Chance, com o principal foco de empregar ex-detentos, facilitando sua reintegração à sociedade.

Entretanto, a situação de pandemia atrapalhou os planos e não permitiu que pessoas dessas instituições fossem entrevistadas, devido a uma locomoção mais difícil até esses estados, os planos de restrições impostos pelos governos de cada município e estado, o risco de contágio com o novo coronavírus e a opção por fazer um documentário com entrevistas presenciais, e não por videochamada ou outros meios de conversa remoto. Mesmo com essas dificuldades, o documentário pode ser realizado, mas com a opção por abranger apenas instituições do estado de São Paulo, lugar mais próximo para a realização da obra.

Este documentário também tinha a intenção de ser uma mescla de filmagem de entrevistas com situações cotidianas dos entrevistados, como suas casas, trabalho e afins, buscando mostrar uma realidade do encontro entre quem é filmado por quem filma, mas também não foi possível por alguns motivos: a) situação de pandemia que impedia um contato mais intimista na casa dos entrevistados, b) recusa dos empregadores onde os egressos trabalham de ter o local de trabalho filmado e até mesmo de vincular o nome da empresa ao documentário.

As entrevistas foram realizadas com perguntas semiestruturadas, sobre a relação do indivíduo com o instituto prisional e até mesmo com o crime, e posteriormente com o labor, dentro ou fora do estabelecimento, de forma a trazer um guia à execução da temática e direcionamento aos entrevistados. Mas houve liberdade de condução e ação de acordo com cada personagem e os assuntos abordados durante as entrevistas.

Para isto, os personagens principais foram detentos e ex-detentos, indicados pelas instituições entrevistadas, que se relacionam com o trabalho de alguma forma, seja pelo vínculo empregatício já firmado, ou pela procura dele, dentro ou fora do estabelecimento prisional. Com eles, foi realizada uma pré-entrevista via telefone e/ou chamada de vídeo, em alguns casos, para ter um primeiro contato, onde foi feita a devida apresentação do projeto, expectativas e alinhamento. Ali também foi a oportunidade de conhecer as histórias de vida, crime, prisão e trabalho de cada um deles, o que serviu de base para a elaboração das entrevistas e também foi um importante momento de aproximação e geração de confiança.

Já os personagens secundários, mas não menos importantes, foram os fundadores das instituições da sociedade civil, encontrados por pesquisas pela internet e contato, ou então por networking com as instituições escolhidas. Esses personagens procuram exercer o empreendedorismo social, ou apoio e trabalho para reinserção desses grupos na sociedade, seja ofertando vagas em seus próprios negócios, estabelecendo relações com instituições parceiras, financiando projetos ou qualquer outra ação. Nesse bloco também se encaixam empreendedores e contratantes destas instituições parceiras que resolveram empregar egressos.

Na proposta inicial, também houve a ideia de entrevistar para o documentário personagens terciários, que seriam os órgãos públicos como Departamento Penitenciário, OAB e Secretarias ligadas às questões trabalhistas, pesquisadores e autoridades do Direito, entre outros personagens que poderiam surgir no desenvolvimento deste projeto, mas essa ideia foi abandonada devida à quantidade de fontes já escolhidas e ao objetivo principal do documentário que era trazer voz majoritária a presos e egressos do sistema.

Com todo o material de campo colhido, o objetivo foi trabalhar na roteirização e na montagem do vídeo, de modo que a produção siga as suas premissas e intenções iniciais, e quebre com uma roteirização estereotipada do tema, ao mesmo tempo que se constitua em um produto que conquiste a atenção dos telespectadores. Para isso, foi dado voz aos egressos para falar suas próprias vivências, mas os aspectos negativos não tomaram papel central na discussão, servindo apenas para ambientação e compreensão da história, focando nos processos de ressocialização e reinserção, e evitado o uso de imagens de prisões e trilha e músicas marcadas para essa temática.

## 4. DE|CISÕES: O DOCUMENTÁRIO

Quando se fala sobre cárcere, muitas pessoas são chamadas para comentar sobre, como juízes, advogados, representantes da Defensoria Pública, Tribunal de Justiça. São eles que conhecem a lei, lutam por direitos e até promovem ações para garantir um cumprimento de pena digno e um pós pena com oportunidades.

Mas quando se trata de privação de liberdade e consequências desse fato, quem pode dizer com exatidão sobre isso? É por esse motivo que egressos do sistema prisional puderam contar as suas histórias no *documentário De|cisões*, por meio de um espaço vocalizador onde eles foram protagonistas da narração da sua própria história de vida, contando desde o que os levaram para o crime, como foi o processo de prisão e o tempo de cumprimento de pena, as marcas geradas pelo cárcere, como também a saída do mundo crime, a ressocialização, e como através do trabalho foi possível retomar a vida em sociedade.

Para compreender com mais profundidade esses processos, também foi dado espaço para os fundadores de projetos que buscam a ressocialização e a recolocação de egressos no mercado de trabalho, como o Recomeçar, Resposta e Ação Pela Paz. Com isso, foi possível explicar a criação dos institutos, financiamentos, apoios, bem como todos os seus processos de acolhimento, resolução de demandas e direcionamento ao mercado de trabalho ou a oportunidade de cursos e outras formações.

E, para fechar essa narrativa, é possível encontrar um posicionamento de um empreendedor com experiência na contratação de egressos do sistema prisional, que traz um ponto de vista novo sobre o apoio que a sociedade pode dar a pessoas que passaram pelo cárcere. O documentário está disponível neste link:

 [De|cisões - Documentário](#)

### 4.1 A PRODUÇÃO

O *documentário De|cisões* foi produzido entre os meses de agosto de 2020 e julho de 2021, onde as ideias saíram do papel e foram ao encontro de quem desse voz

e rosto para o projeto. O primeiro passo foi realizar uma busca ativa para localizar os institutos, seus fundadores, quem estava disposto a falar e conseguir entender todas as dinâmicas desses projetos: como surgiram, se estruturaram, as metas, resultados e como eles estavam impactando a vida de pessoas presas e egressas através do trabalho.

Acontece que essa foi uma época muito difícil para todos os projetos. Uma pandemia havia começado há poucos meses e tinha alterado todas as formas de trabalho no Brasil e no mundo, especialmente dessas instituições que tiveram que se reorganizar, rever seus processos e fazer várias mudanças para continuar operando e fazendo o seu trabalho na luta pela ressocialização. Entretanto o processo foi vencido e foi possível conversar com todas essas instituições.

Através dos Institutos Ação Pela Paz, Recomeçar e Resposta foram indicadas as fontes, que já era uma meta prevista, visto que esses projetos, por ter uma relação de muito apoio, proximidade e cumplicidade são quem conhece seus membros e aqueles que se disponibilizam a contar suas histórias de vida, de crime, cárcere e trabalho.

Dessa forma, foi pedido a cada um dos projetos que trabalhava diretamente com os egressos, como o Recomeçar e o Resposta, que fizesse a indicação de quatro fontes cada para a realização da entrevista, o critério solicitado foi: a) uma pessoa que pudesse representar a instituição contando toda a história de fundação bem como as formas de atuação atual do projeto; b) uma pessoa egressa do sistema prisional que estivesse em situação de trabalho através da iniciativa do instituto; c) outro egresso do sistema que participasse do projeto, mas que ainda estivesse na busca pelo emprego ou que estaria passando pelos processos de capacitação e acompanhamento; d) um empresário ou parceiro da instituição que pudesse falar sobre a experiência de contratar egressos. Nessas indicações foi pedido também que os institutos se atentassem às questões de representatividade, escolhendo pessoas de todos os gêneros, raça, cor e credo.

Com algumas fontes indicadas, foram feitas as pré-entrevistas com as possíveis fontes para o documentário, o que confirmou a boa indicação dos institutos e o real interesse em participar do projeto. Mas, nesse processo, nem todas as fontes puderam

ser entrevistadas por alguns motivos: a) impossibilidade de conhecer a fonte com muita antecedência do dia da gravação, b) desistência de fonte muito em cima da data proposta para a gravação, c) necessidade de troca da fonte que seria entrevistada por outra por motivos de ausência no dia da gravação e d) impossibilidade de gravação.

Por esses motivos, ficou definido que as fontes seriam, por ordem alfabética:

Andresa Augusto Ruiz - está terminando de cumprir sua pena em regime domiciliar

Claudinei Ribeiro da Silva - egresso e hoje trabalha no Instituto Recomeçar

Danilo Duarte - egresso, trabalha no Recomeçar e ficou responsável por representar a instituição nesse documentário.

Evelly Dandara dos Santos - egressa do Sistema Prisional e que está procurando uma oportunidade de trabalho e estudo através do Recomeçar.

Jorge Lopes Terto - egresso e que conseguiu um trabalho através da relação com o Instituto Resposta.

Karine Vieira - também egressa do sistema, mas sem condenação, que decidiu fundar o Instituto Resposta.

Marcelo Loureiro - empresário com experiência na contratação de egressos.

Maria Solange Senese - diretora executiva do Instituto Ação pela Paz.

Nesse processo, as pré-entrevistas que conseguiram ser realizadas foram com: a Andresa Augusto Ruiz, o Jorge Lopes Terto, Karine Vieira e Maria Solange Senese. Os demais personagens foram todos conhecidos no dia da entrevista presencial. É importante ressaltar que a escolha de se realizar entrevistas presenciais e não remota através do online, por videoconferência, apesar da situação de pandemia, se deu porque a execução de um documentário de forma online não ficaria esteticamente interessante para a produção audiovisual, já que não seria possível trabalhar com multicâmeras e tornaria o documentário cansativo pela sua extensão. Também, nem todos os entrevistados tinham uma internet de boa qualidade ou suficiente para a execução das entrevistas de forma remota e especialmente porque a temática da ressocialização é extremamente sensível, e somente de forma presencial seria possível promover a devida conexão com a fonte para tratar desse assunto delicado.

Dessa forma, as entrevistas presenciais foram realizadas na cidade de São Paulo e em Poá, entre os dias 16 e 18 de julho, com a gravação de duas câmeras e foram dirigidas por mim, com o acompanhamento da minha mãe, Lucia Pires Almeida, e um amigo que me apoio na realização das filmagens, Weligton Vieira. Em São Paulo, no dia 16, foram entrevistadas Maria Solange Senese, no apartamento dela, e Jorge Lopes Terto, no apartamento alugado para eu me hospedar. Dia 17, as gravações pela manhã e começo da tarde foram realizadas em Poá, na sede do Instituto Recomeçar. Usamos as salas do Instituto para realizar as gravações com Claudinei Ribeiro da Silva, Danilo Duarte e Evely Dandara dos Santos e aproveitamos a realização de um curso de capacitação que ocorria para também fazer imagens.

Ainda no dia 17, retornamos a São Paulo e gravamos com Marcelo Loureiro, na sede da empresa dele. No dia 18, as gravações foram no Instituto Recomeçar, onde estava tendo um curso de capacitação e possibilitou a captação de imagens. Os entrevistados foram: Andresa Augusto Ruiz e Karine Vieira.

Finalizadas a captação, foi hora da decupagem de todo o material apurado para conseguir realizar a montagem e edição do produto. As entrevistas eram extensas, permeadas por vários assuntos. No caso dos detentos e ex-detentos, os tópicos foram vida pessoal, crime, situações de preconceitos, importância de trabalhar, relação com a instituição escolhida, processos de ressocialização e muitos outros. Já para os representantes da instituição, as perguntas foram sobre o processo de fundação, as estruturas de funcionamento do projeto, as formas de atuação, os resultados colhidos durante os anos. Já para o empresário, o objetivo foi entender como é para quem está do outro lado desse processo empregar um egresso, a importância e como é possível ter sucesso nesse tipo de contratação.

Na montagem, o documentário foi dividido entre cenas e blocos, onde é exposto a relação com a prisão, com o trabalho e o impacto na realidade, com o objetivo de que os personagens aparecessem sempre que possível em cada um dos blocos. O primeiro bloco é destinado exclusivamente aos egressos e conta sobre a relação com a prisão, conhecendo que são os personagens e o que viveram antes, durante e depois do cárcere, também foi retratado alguns detalhes da vida no crime e o momento onde a chave virou e os personagens perceberam que era necessário mudar de vida e não

mais cometer crimes. No segundo bloco é o momento de contar a relação com as instituições, abordando as situações que os ex-detentos tiveram para conseguir ou durante uma oportunidade de trabalho, também falando sobre o processo de criação das instituições, dando voz aos seus fundadores, e por último a relação dos egressos com as instituições, especialmente como conheceram e entraram no projeto. Aqui também foi o momento de conhecer um pouco mais do outro lado dessa moeda, que é a visão de um empresário sobre o tema. O terceiro bloco é sobre o impacto na realidade, contando a ação dos projetos de forma mais detalhada, e onde os egressos comentam sobre a importância de trabalhar. Já o quarto e último bloco fala sobre o que move esses egressos a continuarem suas vidas longe do crime, a pergunta base que originou as respostas apresentadas no documentário foi “qual conselho você daria a si mesmo antes de entrar no crime” e se “você acredita em ressocialização”.

Além disso, três escolhas conscientes foram feitas para essa obra: a primeira sobre o nome do documentário, a segunda sobre a música e trilha sonora que o acompanham e a terceira sobre as imagens. Como dito acima, um dos principais objetivos era quebrar com uma roteirização estereotipada do tema. É de praxe quando se fala de prisões e presos trazer imagens de grades de ferro, presídios, fazer uma ambientação mais escura, usar músicas de rap, como as do grupo Racionais MC's, e usar em títulos as palavras cárcere, prisão, detento e tantos outros vocabulários marcados para descrever esse grupo social. Mas a ideia não era essa, e para quebrar com a estereotipação foi de extrema importância, ao meu ver, romper com essas características linguísticas, visuais e sonoras que já conhecemos. Importante ressaltar que o problema não está nessas características, elas inclusive são representações culturais muito importantes, mas não vi outra forma de trazer luz com outros olhos para a situação carcerária e pós cárcere sem romper com elas.

Além desses motivos, há outras explicações para essas escolhas: O nome *Delicisões* ao documentário remete ao que mais se ouviu nas entrevistas, de detentos, egressos e daqueles que trabalham sobre a temática, que é preciso de uma ação individual para sair totalmente da vida do crime, se reencontrar e buscar a ressocialização. Em todo momento ficou claro que não é fácil esse processo, mas é justamente o fato de decidir não viver mais da mesma forma que fez com que as



pessoas entrevistadas pudessem, hoje, estar colhendo uma nova vida. Outro motivo é sobre a separação da palavra decisão em “de” e “cisão”. No dicionário online Michaelis a palavra “cisão” é um substantivo feminino e tem alguns significados, como: 1) ato ou efeito de cindir. 2) divergência de opiniões, separação de interesses. E também faz parte da vida daquelas pessoas. Houve um ponto onde foi necessário cindir com a vida do crime e até mesmo com as lembranças da prisão que paralisam e impedem o avanço. Sem essa cisão nada disso estaria acontecendo, essas pessoas não seriam entrevistadas e muito provavelmente não estariam vivendo a vida e as histórias que têm hoje. Por isso, o nome *De|cisões* foi escolhido.

Já quanto à música “*Quem me leva os meus fantasmas*”, de Maria Bethânia, a primeira vez que ouvi essa música fiquei arrepiada. Desde o começo do projeto de documentário procurava algo que falasse sobre o cárcere, a vida de uma pessoa que foi detenta sem necessariamente usar essas palavras e encontrei essa música.

“Quem me leva os meus fantasmas” é uma composição do cantor português, Pedro Abrunhosa, em interpretação de Maria Bethânia que fala sobre a vida, contando sobre as experiências, dificuldades, incertezas e escolhas cotidianas que qualquer ser humano passa no decorrer da sua humanidade. Ela foi escolhida porque vários dos seus versos e estrofes se encaixam perfeitamente no enredo do documentário, como o refrão que diz: “Quem me leva os meus fantasmas? Quem me salva desta espada? Quem me diz onde é a estrada?” e fala dos momentos de incertezas que uma pessoa pode passar, em especial para esse tema, das dificuldades e subjetividades de continuar a caminhar depois de ser marcado pelo encarceramento e voltar a viver em sociedade. Ou então “de costas voltadas não se vê o futuro” ressaltando a dificuldade de se desligar da figura do cárcere enxergar a possibilidade no amanhã como egresso. Também “Homens negavam o que outros erguiam”, fala dos preconceitos que é estar numa sociedade que ainda não acredita totalmente na ressocialização. Em resumo, todos os trechos dessa música, em algum ponto tocam com a narrativa desse documentário, e por isso foi escolhida.

## 4.2 OS ENTREVISTADOS

Cada entrevistado escolhido foi por um motivo e não simplesmente ao acaso, mesmo que com algumas fontes sendo conhecidas bem próximo ao dia da gravação ou até mesmo no dia. Abaixo descrevo brevemente quem são e os motivos para essa escolha.

Andresa Augusto Ruiz, indicada por Karine Vieira, fundadora do Instituto Responsa, conheceu a instituição ainda no início e foi através dela que ela conseguiu um emprego, depois de ir para casa cumprir regime domiciliar. A primeira experiência de trabalho foi numa confecção onde ela aprendeu do zero uma nova habilidade. Andressa está terminando de cumprir a pena em liberdade e o trabalho é o que a mantém livre, pois o cumprimento da pena e regime domiciliar está condicionado a ele.

Jorge Lopes Terto também foi indicação da Karine Vieira. Eles já se conheciam há algum tempo, mas devido a ele estar foragido para poder trabalhar e ajudar a família, não tinha como participar do projeto. Mas quando terminou o cumprimento da pena, procurou o Responsa, passou pelos acompanhamentos e recebeu uma oportunidade de trabalho na primeira empresa de patinetes elétricos do Brasil.

Karine Vieira foi a fundadora e hoje é a diretora presidente do Instituto Responsa, que nasceu de sua história pessoal com o crime e se transformou em oportunidade para outros egressos. É ela, junto com a equipe, que administra e cuida de todas as demandas do projeto que auxilia na ressocialização.

Maria Solange Senese foi a ponte de intermédio para chegar até as instituições. Foi a primeira “fonte oficial” que consegui me comunicar e pude entender mais sobre o sistema prisional devido a sua vasta experiência. Ela promoveu o contato mais direto com os idealizadores e administradores dos projetos Recomeçar e Responsa.

Danilo Duarte foi uma indicação do Leonardo Precioso, egresso que fundou o Recomeçar, que daria entrevista, mas não foi possível devido à viagem para expansão do projeto em Brasília. Danilo também teve passagem pelo sistema carcerário e hoje trabalha no Recomeçar apoiando outros egressos, e foi o porta voz para explicar os processos e ações da instituição

Claudinei Ribeiro da Silva também é egresso, aceitou dar a entrevista e contar sua história. Ele é um exemplo de pessoa empregada, só que ao invés de estar em outra empresa, está fazendo a diferença no próprio Recomeçar, como mediador.

Evelly Dandara dos Santos é egressa e estava participando do projeto de capacitação realizado pelo Recomeçar. Ela participou dos três dias de treinamento e está buscando, pelo instituto, uma oportunidade de se recolocar no mercado de trabalho e até mesmo em uma oportunidade de estudo.

Marcelo Loureiro é um empresário que tem boas experiências com contratação de egressos. 100 deles contratados de uma só vez por meio do Resposta. Hoje, além de empreender, ele também busca trazer outros empresários para apoiar a causa dos egressos no processo de ressocialização.

#### 4.3 NA PRÁTICA

O *documentário De|cisões* nasceu há alguns anos, no começo da graduação, em 2017, antes mesmo dele tomar forma e se tornar o que pode ser visto hoje. Nasceu do desejo de fazer algo que tivesse impacto social e, de onde menos esperava, de uma entrevista para uma reportagem sobre assexualidade. Nela, sexóloga entrevistada, Carolina do Amaral e Silva, comentou sobre uma iniciativa que fazia parte como psicóloga, do Geração Bizu, um projeto de empreendedorismo social que na época empregava mulheres monitoradas por tornozeleira eletrônica, em uma cafeteria, a Sete Expresso-Bizu. Ali nasceu esse documentário, sem saber muito como e se iria viver.

Ele viveu e foi ganhando forma com a ajuda do Professor Doutor José Carlos Fernandes, que em dois minutos de conversa, naquele encontro de corredor, conseguiu explorar um tema que não havia ainda encontrado formas de ser desbravado: através de instituições da sociedade civil. E então, em dezembro de 2019, surgiu a forma mais estruturada que o documentário havia experimentado até então, o pré-projeto.

Só que o *documentário De|cisões* não sabia que teria que enfrentar também uma pandemia, que abalou as estruturas e o fez ficar na gaveta por alguns meses. Mas ele foi retomado e se tornou uma versão um pouco mais completa, dessa vez com conhecimento de causa e um mapeamento do caminho a trilhar, através do

entendimento das particularidades da temática de ressocialização, bem como funciona a justiça brasileira nesse ponto. Além de lidar com a imprevisibilidade da produção documental, do desafio de execução técnica, já que apesar de certos conhecimentos, não é fácil roteirizar, produzir, gravar e editar um material assim.

Além disso, aqui eu tenho que quebrar todos os protocolos e normas e solicitar a permissão para usar a primeira pessoa do singular e uma linguagem menos acadêmica. O *documentário* *Decisões* nem tinha nome ainda, mas foi daí que surgiu um dos significados para o seu nome atual. Quando decidi falar sobre o sistema carcerário e pessoas privadas de liberdade ou egressas, eu fui movida pelo meu próprio instinto, achei interessante haver projetos que empregavam egressos ou davam oportunidade para presos, e queria trazer visibilidade para isso mas também mudar algo dentro de mim: olhar para o sistema com outros olhos. Talvez sem aqueles preconceitos que desde de criança, inconscientemente, vão sendo gerados em nós, ou ainda depois de adultos perpetuados pelo que lemos, ouvimos ou vemos nos filmes, documentários, jornais e revistas.

Eu sinto que no fundo a minha ideia ainda era romantizada, o novo também causa medo e eu estava confortável só mudando um pouco, mesmo sabendo que já estava me arriscando, não fisicamente, mas emocionalmente ao escolher o tema de ressocialização de presos e ex-egressos. Mas hoje vejo que o destino ouviu muito bem os meus pensamentos sobre ver o cárcere com outros olhos.

Já estava ouvindo as histórias sobre o crime, o cárcere, e como a vida de uma pessoa que passou no sistema penitenciário é marcada para sempre, e que conseqüentemente quem tem alguma relação com essa pessoa também. Foi quando em novembro de 2020 uma pessoa muito próxima a mim, com quem eu fui criada desde a infância foi presa, era meu primo.

O chão existe, eu sei. Você vive uma correria para entender o que aconteceu, dar suporte para a família, contratar advogado, para levar alimento na delegacia, esperar a audiência de custódia, no meu caso, para fazer valer o que aprendi na graduação sobre o direito de imagem e preservação do outro, tendo que ligar para jornais pedindo para não divulgar nome completo. Além de esperar transferência para algum CDP e todos os processos que a prisão traz consigo, não por “passar a mão na cabeça”, mas para

garantir, que todos os direitos serão respeitados, e que a lei será cumprida, seja ela qual for.

A questão é que depois de um tempo, esse chão vai embora. Foi embora porque é alguém da família, foi embora porque agora além de me emocionar com histórias das pré-entrevistas, sinto uma dor parecida. É nítido o olhar de descaso na delegacia, os comentários nas notícias divulgadas sobre a prisão. O “bandido bom, é bandido morto” que antes incomodava, revoltava, agora não só incomoda e revolta como dói, na alma, no corpo físico e muito mais. E então o *documentário De|cisões* voltou para a gaveta, era impossível continuá-lo.

Entretanto, depois de um tempo vi que não dava mais para deixá-lo ali. Ou eu o retomava e fazia sair do papel, ou então era necessário fazer outra coisa. E às vezes é bom ser teimosa, porque eu retomei o documentário, realizei as entrevistas, chorei com as histórias, mas hoje é possível ter um produto disso tudo.

Este documentário foi feito por diversos motivos, entre eles, por mim que decidi continuar, pelo meu primo que está passando pelo cárcere nesse momento, pela minha família que está tendo que superar a situação todos os dias, por cada um desses egressos que ressocializaram-se e estão escrevendo uma história diferente, que merecem ter voz, serem vistos, e pelos projetos que trabalham duro e incansavelmente para promover mudança social.

E também para que, na mais otimista das hipóteses, que esse documentário sirva para deslegitimar e desconstruir discursos e imaginários rasos, sendo visto pelo maior número possível de pessoas, que alguns preconceitos sejam quebrados, para quem sabe, quando esse familiar sair da prisão, as coisas aqui fora já estejam melhores, as oportunidades de emprego surjam com mais frequência e que o egresso possa de fato recomeçar sem tantas dificuldades.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Produzir um documentário sobre o processo de ressocialização de presos e egressos do sistema prisional foi um desafio acadêmico, profissional e pessoal. Acadêmico porque produzir um produto audiovisual desse porte e onde tive que adentrar em compreensões sobre o Direito, foi algo novo. Profissional pela própria experiência de roteirizar e dirigir um documentário. E pessoal porque além de me tornar mais humana, empática e sensível, em determinado momento a temática não só fez parte do meu trabalho de conclusão de curso, como encontrou espaço nas minhas vivências pessoais.

Ouvir todo tipo de histórias de vida, percepções, indagações, revoltas, elogios ou sentimento e ação relacionado ao cárcere e ao trabalho e ficar igual, foi impossível. Entretanto, o objetivo desse projeto sempre foi além de mim, era fazer com que essas pessoas tivessem voz, fossem protagonistas ao narrar suas próprias histórias, bem como da expressão de suas emoções. E como fazer isso sendo que a temática e a missão de roteirizar esse documentário era minha?

Essa dúvida se perpetuou em todo o processo de criação, porque sabemos que o simples fato de posicionar uma câmera é uma interferência na realidade, quem dirá selecionar entre mais de 10 horas de gravações o que seria apresentado para o público? Como conciliar esses dois lados? Tanto o objetivo, quanto a própria prática profissional impõe barreiras. Neste caso, a saída foi mudar o estilo de condução das entrevistas, deixando que os entrevistados, especialmente os egressos, tivessem mais liberdade de fala durante as gravações, sem grandes interrupções ou cortes nas falas para realizar as perguntas. Depois disso, a construção do discurso apresentado no documentário se pautou pela ênfase nas experiências pessoais, percepções de mundo e de sujeito dos entrevistados, e por isso eles ocuparam o maior tempo de fala nesse documentário.

Dessa forma, mesmo falando do cárcere em seu aspecto mais positivo que é a ressocialização, e com o objetivo de deslegitimar discursos rasos a respeito da questão carcerária e sua população no Brasil, notei que não tinha como deixar de trazer outros aspectos, ainda que fossem negativos, como o passado no crime ou os anos de prisão.

Esses discursos foram importantes para entender e para humanizar os indivíduos, com todas as suas vivências, sejam elas negativas antes de serem positivas. É impossível dissociar o passado no crime e nas prisões, mas é possível olhar por outros olhos, e ver que esses motivos fizeram com que as histórias contadas tenham peso para sustentar o discurso do *documentário De|cisões*.

As entrevistas mostraram que os egressos tiveram oportunidades, organizadas nos institutos, de pensar no que fizeram na vida, nas decisões que tomaram que levou para o cárcere, quem foi prejudicado com isso, o quanto eles mesmos se prejudicaram, mas também o que eles podem fazer para superar e viver uma nova vida. Os institutos também foram responsáveis por elevar os níveis de cognição e proporcionar novos aprendizados, como também geraram um sentimento de pertencimento que os trouxe de volta à sociedade, como uma chave, dentre tantas outras razões, para não voltar ao crime.

Posteriormente, outro ponto essencial foi o espaço de abertura para entender como esses grupos da sociedade civil foram orquestrados, suas razões de criação e estruturas de funcionamento e de que maneira o hábito trabalhista exerce influência sobre o próprio cotidiano da população carcerária, atual ou passada, ou mesmo na vida posterior à privação da liberdade. O fato de serem instituições formadas e com grande atuação de ex-egressos mostrou a eficácia de atuação de um egresso ajudar outro nos processos de ressocialização através do sentimento de pertencimento, identificação e compreensão.

*De|cisões* mostra que é possível sair de um discurso raso sobre o tema e aponta também que há muito o que avançar nesse sentido. Mesmo no século 21, com princípios de uma justiça restaurativa, ainda há preconceitos contra egressos, violência policial dentro e fora das prisões, falta de oportunidades, empresários que têm medo de contratar quem já teve passagem pelo sistema prisional, ou aqueles que até contratam, mas não querem seus nomes vinculados a uma produção.

O documentário também aprimorou as minhas capacidades jornalísticas ao trabalhar com a ética, distanciamento necessário, interesse público e a verdade. Mas também que para humanizar personagens em qualquer produção, especialmente audiovisual, não é possível estar em nenhum nível acima ou abaixo, é de igual para

igual. As entrevistas são verdadeiras conversas, o passado não infere julgamentos e ali, por serem histórias pessoais, não cabe juízo de valor moral particular. Aqui é importante salientar que fui movida também pela intenção de promover a reflexão e a transmissão de pensamentos sobre como o trabalho pode ajudar quem saiu do cárcere ou ainda cumpre pena a se reintegrar à sociedade, mesmo depois de anos sob custódia do Estado.

Por fim, posso afirmar que a experiência de comandar uma produção com a temática de cárcere, trabalho e ressocialização foi extremamente enriquecedora, em todos os sentidos. Espero que o *documentário De|cisões* construa asserções sobre o mundo, seja ele particular ou coletivo, como em toda produção documental, que haja geração de sentimentos acerca dela, ainda que apenas em uma pequena escala, já que o documentário é um recorte, e não consegue retratar todas as existentes no vasto território brasileiro e em todas as unidades prisionais. Que *De|cisões* seja motivo de discussão das práticas ressocializadoras, ainda mesmo no interior de presídios. Que os projetos entrevistados ganham ainda mais reconhecimento, eficácia na reincidência criminal e se tornem políticas públicas em diversos estados, reconhecendo a necessidade de processos bem estruturados como esses, como mecanismos de ressocialização e queda de reincidência, custo de presídios, custo homem preso e uma sociedade melhor, para todos. Todo homem pode e deve ser condenado por um crime cometido, mas essa pena nunca poderá ser perpetuada, nem dentro dos presídios, nem fora deles.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Código Penal, Constituição Federal. Lei de Execução Penal (LEP): Lei 7.210 de 11 de Julho de 1984. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210compilado.htm)> Acesso em: 03/08/2021.

BRASIL. LEI Nº 7210, DE 11 DE JULHO DE 1984. Lei de execução penal. Brasília, DF, jul 1984. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm)> Acesso em 21/06/2019.

BRASIL, BRASÍLIA. Lei nº 7.210 de 11 de Julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm)> Acesso em 02/12/2019.

BRASIL. Lei nº 12.433, de 29 de Junho de 2011. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal). Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm)> Acesso em 02/12/2019.

DE MELO, Cristina Teixeira Vieira. O documentário como gênero audiovisual. Comunicação & Informação, v. 5, n. 1/2, p. 25-40, 2002.

DI SANTIS, Bruno Moraes e ENGBRUCH, Wener. A evolução do sistema prisional e a penitenciária do Estado de São Paulo. Disponível em:  
<[http://www.revistaliberdades.org.br/site/outrasEdicoes/outrasEdicoesExibir.php?rcon\\_id=145](http://www.revistaliberdades.org.br/site/outrasEdicoes/outrasEdicoesExibir.php?rcon_id=145)>. Acesso em 19 de jul. de 2020.

DULLIUS, Aladio Anastacio; HARTMANN, Jackson André Müller. Análise do sistema prisional brasileiro. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 95, dez 2011. Disponível em:< [http://ambito-juridico.com.br/site/?artigo\\_id=10878&n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura](http://ambito-juridico.com.br/site/?artigo_id=10878&n_link=revista_artigos_leitura)>  
>  
Acesso em 02/12/2019.

ENGBRUCH, Werner e DI SANTIS, Bruno Moraes. A evolução histórica do sistema prisional e a Penitenciária do Estado de São Paulo. Revista Liberdades, v. 2, n. 11, p. 143-160, 2012.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. História do nascimento da violência nas prisões. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

GOFFMAN, Erving. Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

INFOPEN. Levantamento nacional de informações penitenciárias: atualização-junho de 2016. 2017.

MARTIN, Roger e OSBERG, Sally (2007), "Social Entrepreneurship: The Case for Definition", *Social Innovation Review*, nº 5(2), p. 27-39.

MEDITSCH, Eduardo. Fundamentos e pertinência da abordagem do jornalismo como forma de conhecimento. Trabalho apresentado ao IV Congresso Ibero-Americano dos Pesquisadores em Comunicação, Santos, set. 1997.

MEDITSCH, Eduardo. O conhecimento do jornalismo. Florianópolis: Ed.UFSC, 1992.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de direito penal. 12. ed. São Paulo: Atlas, 1997  
Disponível  
<[http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorio\\_2016\\_22-11.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorio_2016_22-11.pdf) >  
Acesso em 17/06//2019.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Execução Penal. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NICHOLS, Bill. Introdução ao documentário. Papyrus Editora, 2005.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

OLIVEIRA, Paula Tissott. Os Direitos Humanos e a Exclusão Social do Preso. In: I Congresso Nacional de Biopolítica e Direitos Humanos. 2018.

PARENTE, Cristina et al. Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição. 2011.

PNAD, IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

REVISTA LIBERDADES. Publicação Oficial do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais | nº 11 - setembro/dezembro de 2012.

RONDELLI, Elizabeth. Realidade e ficção no discurso televisivo. *Revista Letras*, v. 48, 1997.

SALLA, Fernando. As prisões em São Paulo: 1822-1940. 2. ed. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006. p. 185

TRAQUINA, Nelson (Ed.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Tradução Luis Manuel Dionísio. Lisboa: Vega, 1993.

TRAQUINA, Nelson. O estudo do jornalismo no século XX. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

TRINDADE, Cláudia Moraes. "O nascimento de uma penitenciária: os primeiros presos da Casa de Prisão com Trabalho da Bahia (1860-1865)." Tempo 15.30 (2011): 167-196.

TRINDADE, Claudia Mores. "Ser preso na Bahia no século XIX." (2018).

XAVIER, ISMAIL. Alegorias do Subdesenvolvimento: Cinema Novo, Tropicalismo e Cinema Marginal. São Paulo, SP. Cosac Naify, 2012.

ZACARIAS, André Eduardo de Carvalho. Execução Penal Comentada. 2 ed. São Paulo: Tend Ler, 2006.

5 Exemplos de empreendedorismo no Brasil. Meu Sucesso, 2014. Disponível em:

<https://meusuccesso.com/artigos/empreendedorismo/5>

-exemplos-de-empreendedorismo-social-no-brasil-173/> Acesso em: 13 jul. 2020.

## APÊNDICE 1 - PERGUNTAS BASE AOS ENTREVISTADOS

Entrevista semi-estruturada com permissão para novas perguntas no decorrer da conversa.

### **Aos egressos e detentos:**

1. Quem é você?
2. Como você chegou ao cárcere?
3. Quer contar alguma vivência/experiência que carrega do cárcere? Lembrança que carrega?
4. Como o cárcere marcou a sua vida?
5. Qual a sua relação com a instituição? (Resposta/Recomeçar) Como conheceu? Do quais processos participou? Se conseguiu emprego como e onde foi?
6. O que é trabalhar para você?
7. Qual o seu trabalho hoje?
8. Como o Instituto te ajudou ou pode te ajudar no processo de ressocialização?
9. Você acredita em ressocialização?
10. Você já sofreu algum preconceito no mercado de trabalho por ser egresso e ou detento?
11. Já deixou de procurar emprego por algum medo?
12. Quais foram as tentativas realizadas até você encontrar esse emprego atual?
13. Qual foi a chave que virou para a saída do crime?
14. Se pudesse dar um conselho para o seu eu antes mesmo de entrar no crime, qual seria?

### **As instituições como Responsa e Recomeçar:**

1. Como a instituição foi fundada e por quem?
2. Qual o objetivo do trabalho realizado aqui?
3. Como as pessoas chegam até vocês?
4. Quem são os seus parceiros?
5. Como vocês se financiam?

6. Quais são os processos realizados para cumprir a meta da Instituição? Seja ressocialização, colocação no mercado de trabalho ou outros?
7. Como funciona o acolhimento ao egresso?
8. Como lidaram na pandemia com a logística de trabalho?
9. Quantas pessoas trabalham aqui e quem elas são (funções)?

### **Ao Ação Pela Paz?**

1. Quando surgiu o projeto e quem o idealizou?
2. Qual o trabalho realizado?
3. Qual é o suporte dado pelo Ação pela Paz aos projetos que ela apoia?
4. O que você pode descrever sobre a jornada do egresso?
5. Quais são os objetivos e pilares do Ação pela Paz?
6. As pessoas acreditam em ressocialização?
7. Quais podem ser os pilares para uma boa ressocialização?

### **Ao empresário:**

1. Qual a sua relação com a contratação de egressos?
2. Descreva um pouco qual era o trabalho realizado por eles?
3. Você realiza mobilizações para atrair outros empresários para a causa da ressocialização?
4. Se você tivesse que resumir, qual a importância de contratar egressos?

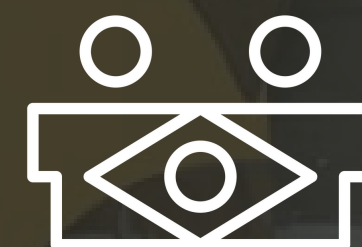
## ANEXOS



# RE.COMEÇAR



GERANDO FALCÕES



BrazilFoundation

**Desde 2015**

## **QUEM SOMOS**

O Instituto Recomeçar nasceu da rede Gerando Falcões, criado em 2015, com o objetivo de reintegrar à sociedade homens e mulheres, egressos de penitenciárias e presídios, que cumpriram suas penas e carecem de apoio para dar um novo rumo à vida.

Somos um Instituto voltado para o desenvolvimento, qualificação, estruturação e recolocação de egressos(as) no mercado de trabalho.



## Missão

Nosso propósito é dar amparo social, moral, emocional, educacional e profissional para que pessoas desacreditadas se empoderem para reescrever uma nova história a partir de novas escolhas.

## Visão

Nós acreditamos que seremos referência nacional no amparo e desenvolvimento dos egressos do sistema penitenciário, através da nossa vontade de mudar a sociedade e da credibilidade do nosso trabalho.

## Valores

**#PAPORETO - Nos fortalecemos em conversas abertas e sinceras.**

**#PRETONOBRANCO - Agimos com transparência em tudo que fazemos.**

**#PEGADAFORTE - Através de disciplina e suor conquistamos nossos objetivos.**

**#COMPROMETIMENTO - Temos espírito empreendedor para seguir nossa causa.**

**#RENASCIMENTO - Acreditamos que todos podem ter uma nova chance.**

**#JUNTOSSOMOSMAISFORTES - Valorizamos o espírito colaborativo.**

## Objetivo

Qualificar e empoderar egressos para que possam estruturar um novo caminho social, emocional e profissional, chegando ao sucesso a partir de suas escolhas.

## Foco

Transformar pessoas desacreditadas em colaboradores capacitados e engajados dentro do mercado de trabalho.





# LÉO PRECIOSO

FUNDADOR & CEO RECOMEÇAR

Leonardo Precioso, 38 anos, foi preso em 2008, passou 7 anos e 13 dias no cárcere.

Em 2016, foi o primeiro presidiário da história a ganhar o prêmio Jovem Brasileiro na categoria Social.

Cursou a graduação de Educação Física e é fundador do Instituto Recomeçar, que apoia o desenvolvimento e preparação de egressos(as) para o mercado de trabalho, através de qualificação, treinamentos e aperfeiçoamento empreendedor.



# NOSSA HISTÓRIA

**2015**

Ex-jogador profissional, Leonardo Precioso, ficou recluso por 7 anos. Após sua liberdade, em amizade com Edu Lyra, fundador da ONG Gerando Falcões, Léo foi convidado a integrar a ONG de forma voluntária como ajudante na área de esportes.

**2016**

Após esta experiência ser bem sucedida, Léo passou a ser remunerado pela sua colaboração e então recebeu a função de monitor de esportes.

**2017**

Logo após, notou que alguns de seus amigos, na condição de apenados, em busca de oportunidades de emprego, se deparavam com a mesma dificuldade.



**2018**

A partir daí, o até então, Projeto Recomeçar que estava encubado no Gerando Falcões, firmou uma nova parceria com o Instituto Ação Pela Paz e conseguiu seu primeiro financiamento para expandir.

**2019**

Após o financiamento o Projeto Recomeçar passou a atuar com desenvolvimento pessoal, atendimento, visitas domiciliares, reuniões com empresas e com o quadro de mediadores.

**2020**

Com sede própria, o Projeto virou o Instituto Recomeçar, ampliou seus serviços e aumentou seu quadro de colaboradores, visando capacitar e desenvolver egressos(as) para oportunidades de geração de renda. No mês de setembro inauguramos nossa primeira filial, na cidade de Recife - PE.

**2021**

Implantação de uma unidade do Recomeçar, na capital federal, com início das operações no mês de maio. Implantação de uma unidade do Recomeçar em São José do Rio Preto.

**CONSELHEIROS**



**Juliana Polisel**

**Wise UP**



**Gabriel Concon**

**Pizza Prime**



**Josmar Machado**

**NITEO**



**Gilberto Lopes**

**Cuattro**



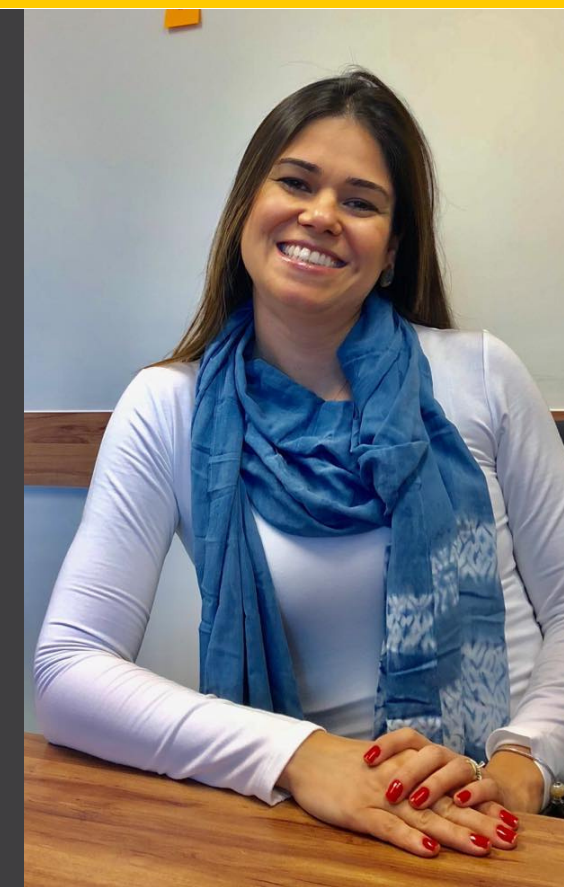
**Sandra Gioffi**

**GSC  
Integradora**



**Rudi Fisher**

**Mentor Social**



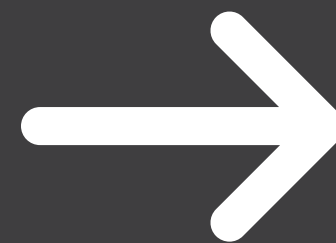
**Giulliane  
Castro**

**GSC  
Integradora**

# INFORMAÇÕES GERAIS

**2573**

Pessoas  
cadastradas



**861**

Passaram  
pelo  
desenvolvimento



**307**

Geração  
de  
Renda

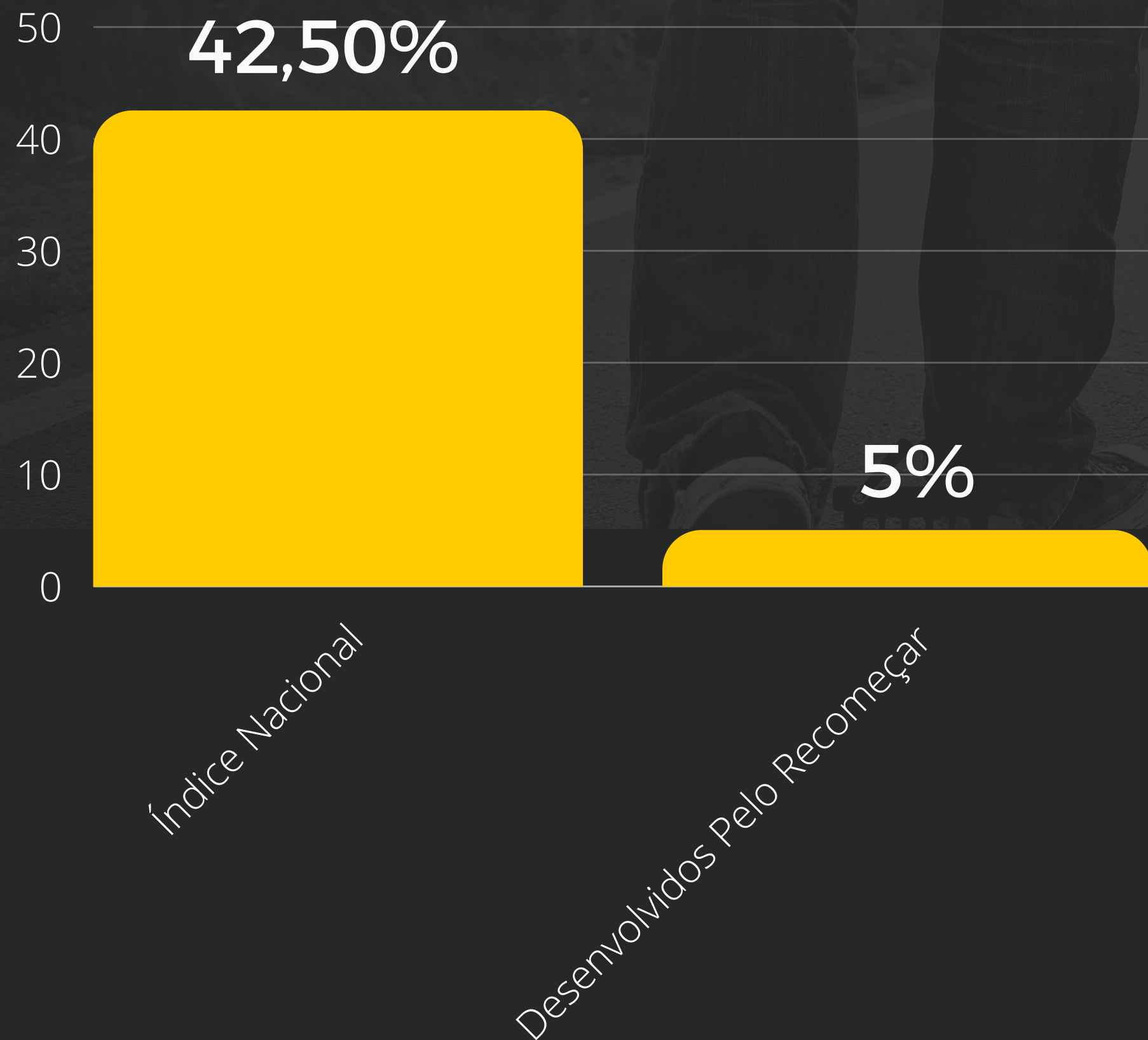


**1.228**

Impacto  
direto e  
indireto



# ÍNDICE DE REINCIDÊNCIA



Queda no índice de Recidência Carcerária: Por meio de uma parceria com a Juíza Dra. Orleide Rosélia Nascimento da Silva, foi possível medir o percentual de egressos que reincidiram ao cárcere após concluírem a oficina de Desenvolvimento Pessoal do Instituto Recomeçar nos anos de 2019 e 2020 e o resultado obtido é de que apenas 5% reincidiram. Tem-se que o índice nacional, de acordo o Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça é de 42,5%. Dessa forma, a expectativa de reincidência carcerária de um egresso atendido pelo Recomeçar cai cerca de 88% quando comparado a nacional

**NOSSAS  
EMPREGADORAS**



**Gimba**



**accenture**



**FOFFYLANDIA**

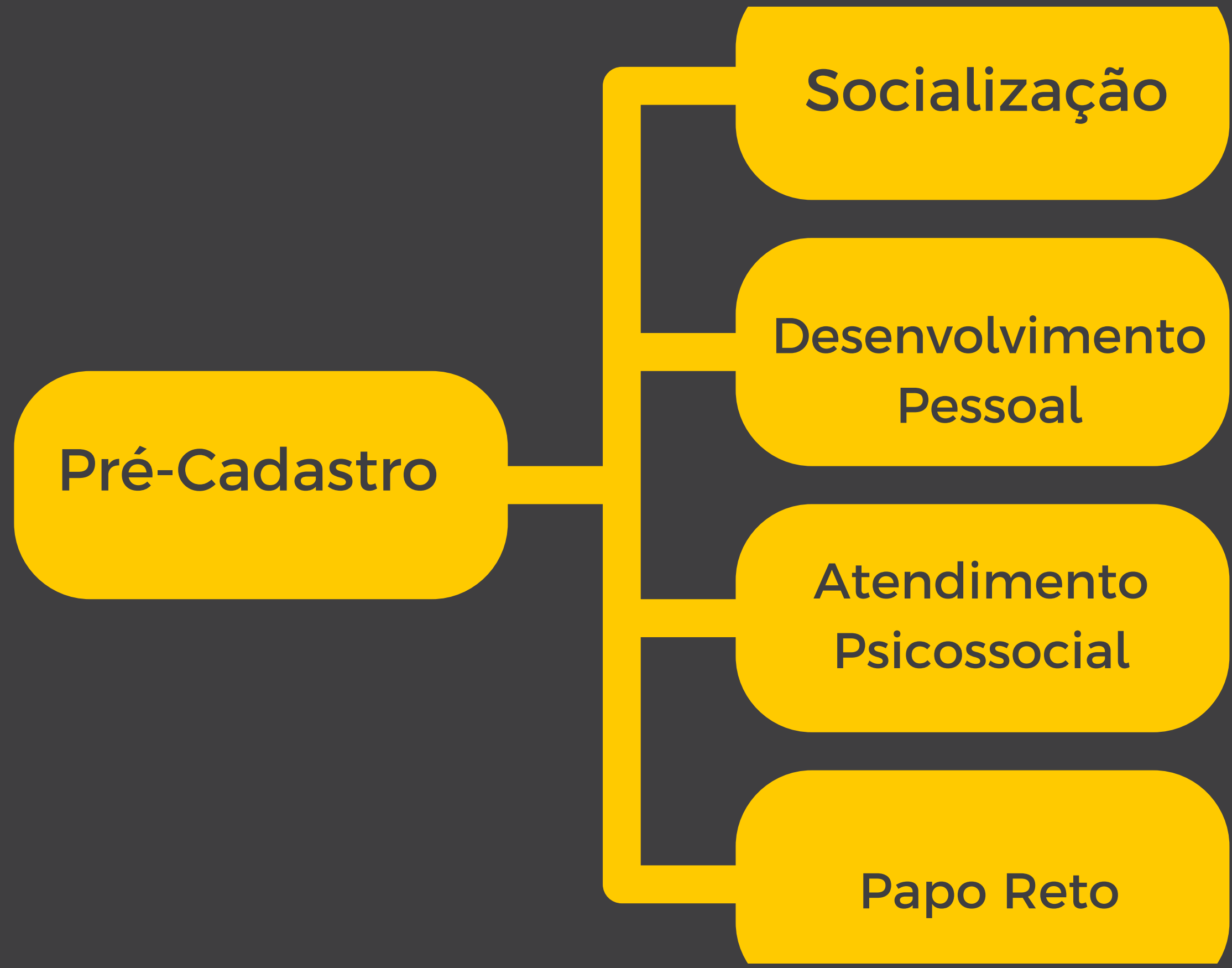


**PORTO SEGURO**





# METODOLOGIA DO RECOMEÇAR



**Pré-Cadastro**

**Socialização**

**Desenvolvimento  
Pessoal**

**Atendimento  
Psicossocial**

**Papo Reto**

# Pré Cadastro

Os egressos ficam sabendo do programa por:

- Indicação de amigos;
- Redes socioassistenciais;
- Divulgação em nossas redes sociais;
- Indicação de ONG's.

# Socialização

- O egresso(a) recebe a apresentação do programa por meio de nosso vídeo institucional e logo após tem o “Papo Reto”

# Desenvolvimento Pessoal

- Através da construção de uma cartilha em conjunto com os egressos(as), trabalhamos para descobrir quais são seus sonhos, suas competências e quais os caminhos a serem seguidos para que eles possam buscar seus objetivos. Desenvolvemos com eles também as melhores formas de lidar com suas emoções.



# PREPARATÓRIO PARA O MERCADO DE TRABALHO

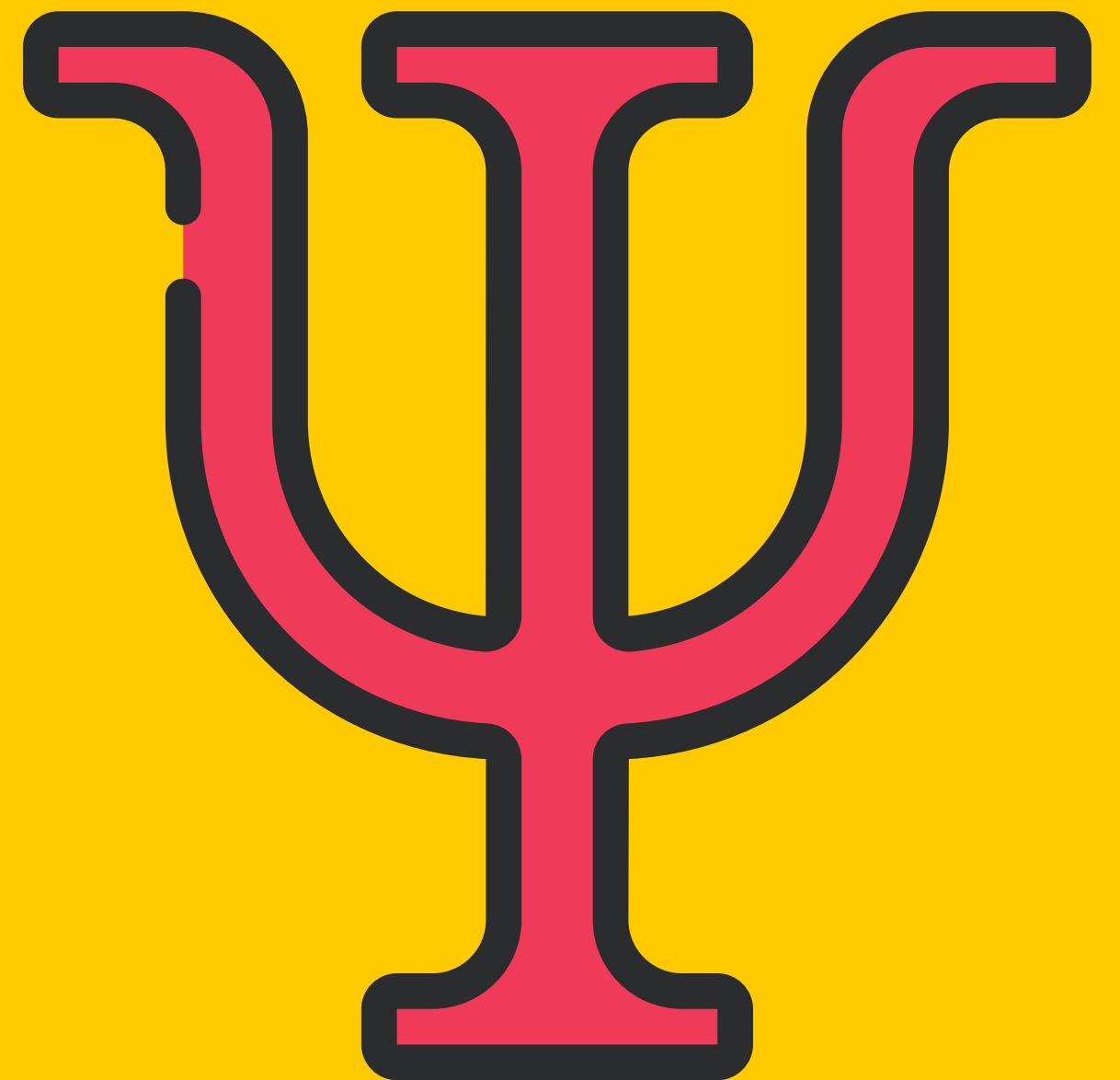
Criamos atividades para apresentar a melhor forma de se comportar em uma entrevista de emprego e no dia-a-dia profissional e pessoal.

Abordamos também a importância da responsabilidade e de se adequar às regras e buscando aprendizado e o aperfeiçoamento profissional para seguir evoluindo.



# TESTE PSICOLÓGICO PALOGRÁFICO

Através da avaliação quantitativa e qualitativa do candidato, obtemos informações sobre produtividade, ritmo de produção e perfil comportamental (social, emotividade e impulsividade). Com isso, proporcionamos uma maior compreensão de cada pessoa.



# CIDADANIA

Tem como objetivo preparar e orientar o cidadão na organização e regulamentação documental.  
Noção de seus direitos e deveres.  
Diferentes formas de contratação e seus funcionamentos.



# Atendimento Psicológico

- Simulação de entrevista de emprego e feedback
- Análise de currículo
- Compreensão da história de vida

# Atendimento Social

- Solicitação dos documentos necessários ao cadastro;
- Preenchimento de formulário de identificação;
- Checagem da situação da escolaridade (incentivo ao retorno escolar);
- Verificar a situação criminal;
- Fazer o levantamento sócio-histórico

# Discussão de Caso

É realizado pela equipe psicossocial, em ambiente sigiloso e leva em conta:

- Levantamento sócio-histórico
- Realidade em que se encontra
- Vulnerabilidade social e seus riscos;

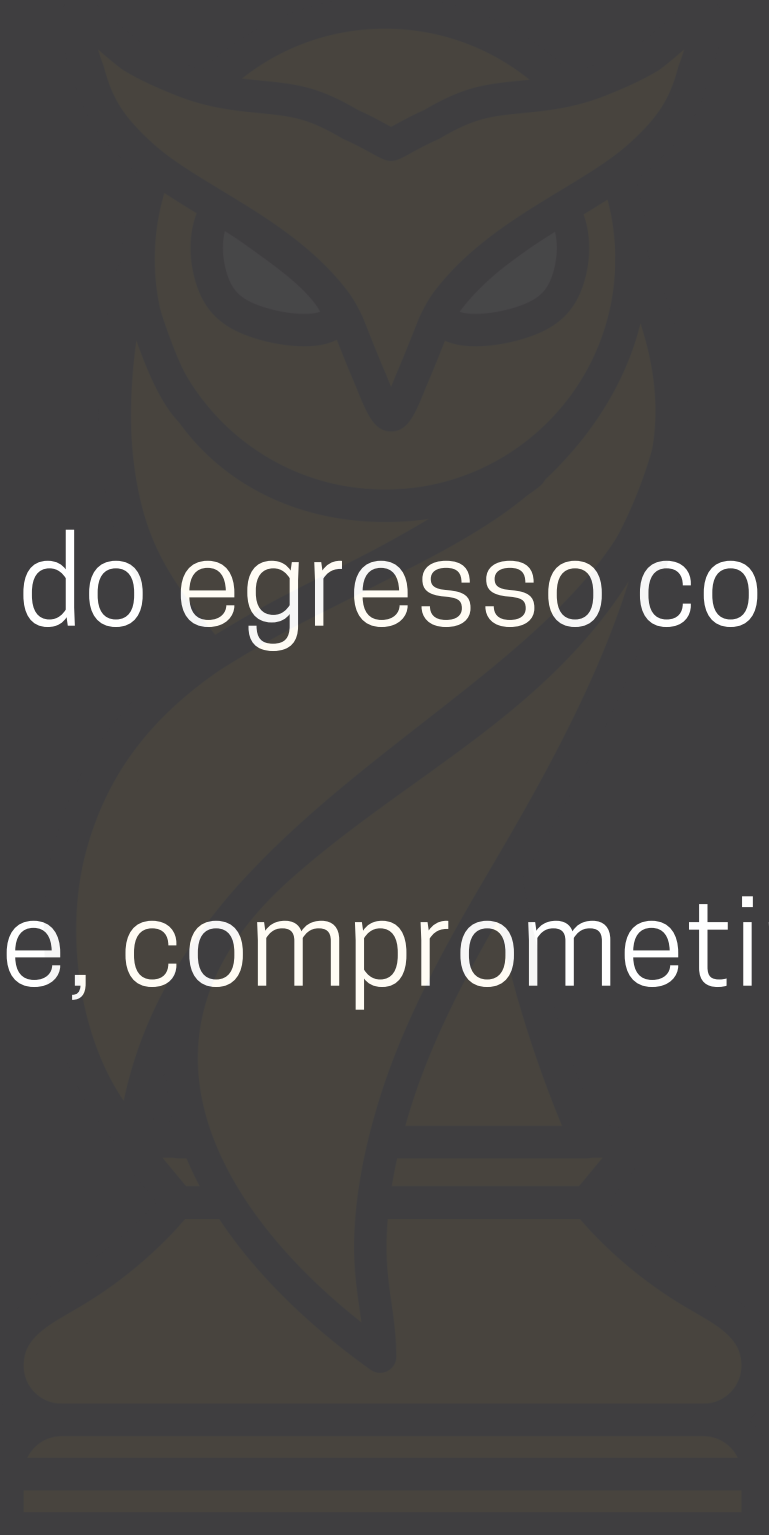
Questões relacionadas a vícios (álcool e drogas; se realizou tratamento, quanto tempo, quais os medicamentos usados).

Após essa discussão, fica definido quais são as pessoas aptas a serem encaminhadas para a qualificação profissional (se houver necessidade) e após, ao mercado de trabalho e as não aptas que precisam de um maior desenvolvimento. Estas são encaminhadas para órgãos de ressocialização e acompanhamento.

# Papo Reto

Uma conversa individual do egresso com a equipe de mediação.

Um papo reto sobre atitude, comprometimento e responsabilidade.



# ENCAMINHAMENTO PARA O MERCADO DE TRABALHO

Ocorre a partir da compilação dos dados colhidos através das técnicas e do teste palográfico gerando um documento com o perfil do participante.





# ATENDIDOS

Os egressos empregados são acompanhados pelo programa por meio de mediadores, também egressos, do sistema e tem por função estabelecer um relacionamento com os beneficiados, auxiliando-os em seu desenvolvimento pessoal e profissional.

# Acompanhamento

## EMPRESAS

Mensalmente o Instituto Recomeçar entra em contato com as empresas para obter uma pesquisa de satisfação. Encaminhamos um link para as empresas empregadoras avaliarem os egressos e havendo qualquer situação atípica durante o processo, o projeto está à disposição para atendimento.

**Como contribuir?**

**VAGAS DE EMPREGO**

**QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

**CONHECIMENTO**

**APOIO**

# Vamos Socializar!



FACEBOOK



SITE



INSTAGRAM

## ENDEREÇO

Av. Dep. Cunha Bueno, 130 - Poá - SP

## E-MAIL

[senna.ricarte@recomecar360.org](mailto:senna.ricarte@recomecar360.org)

## TELEFONE

(11) 9 6148-5763

**MANTENHA  
CONTATO**

**AGRADECEMOS  
SUA ATENÇÃO!**



# RESPONS

EMPREGOS E RESPONSABILIDADE SOCIAL





## **DADOS DO INSTITUTO**

**Início das atividades do Resposta:** Novembro de 2017.

**Data da fundação:** 02 de abril de 2018.

**Endereço:** Rua Doutor Virgílio de Carvalho Pinto, 445 -  
Pinheiros.

**CNPJ:** 30.756.435.0001/21

**Faturamento:**

# COMO TUDO COMEÇOU

O **Instituto Responsa** nasce com a história de vida de sua fundadora Karine Vieira.

Ela passou 15 anos de sua vida no mundo do crime, foi presa, chegou a ser gerente do tráfico de drogas, e após perdas e experiências significativas que impactaram negativamente sua trajetória, ela decide mudar sua história e assumir a sua própria “responsa”.



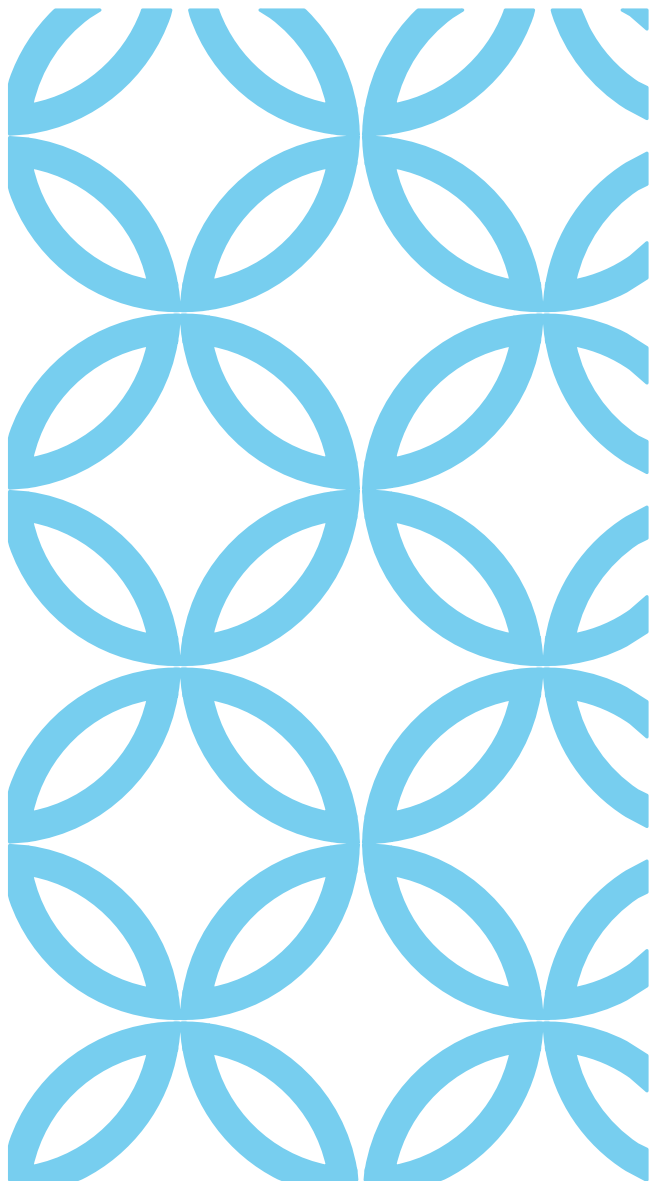


Longe das práticas criminosas e agora “traficando informações” como Assistente Social, Karine se vê com o desafio de cuidar e orientar mais de mil egressos do sistema prisional que estavam à deriva sem apoio social do estado.

É aí que nasce o **Responsa**.

Em parceria com a investidora Patrícia Villela, o **Responsa** inicia suas atividades em um Co-working de impacto social chamado Cívi-co em novembro de 2017.





Começamos com uma equipe de quatro pessoas, sendo: duas assistentes sociais, uma administradora e uma auxiliar comercial. Hoje, temos uma equipe de doze pessoas que trabalham e lutam pela garantia de direitos e (re) inserção dos egressos na sociedade e no mercado de trabalho.

---



# QUEM SOMOS

Uma agência social de empregos. Onde fazemos todo acompanhamento psicossocial e profissional de nossos atendidos.

Somos uma ponte que liga a pessoa que sai do sistema prisional ao mercado de trabalho.



## **NOSSO TIME É COMPOSTO PELAS ÁREAS:**

**Supervisão geral** – Karine Vieira

**Técnica** – Assistentes Sociais e Psicóloga

**Gestão** – Gestão de Pessoas, Recursos Humanos e Administrativo

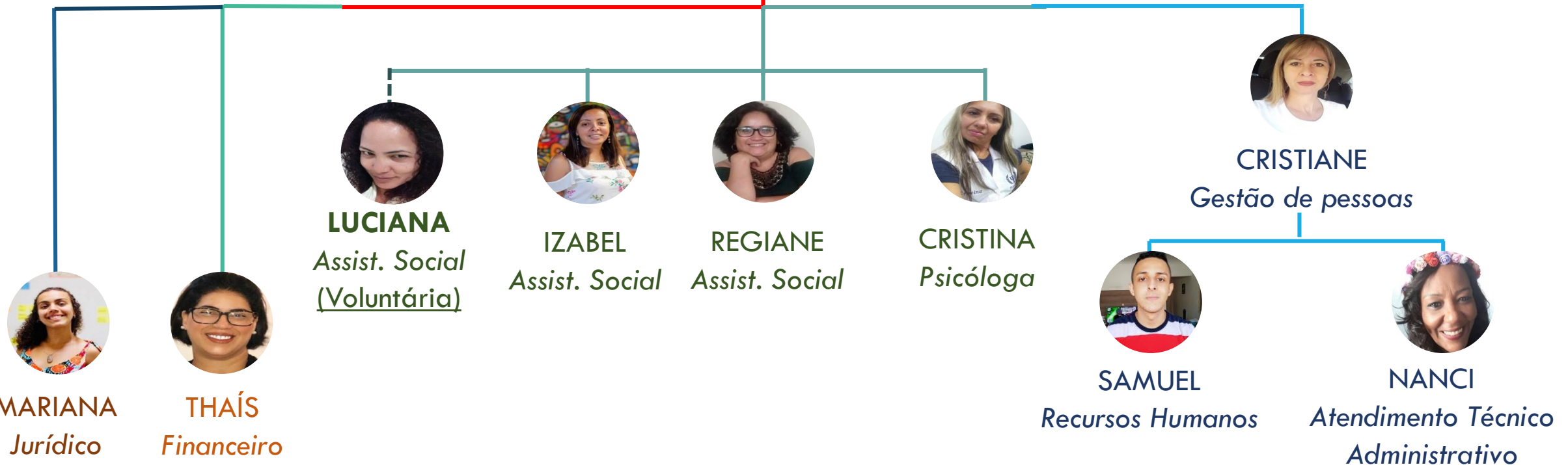
**Jurídico**

**Financeiro**

# QUEM SOMOS

**KARINE VIEIRA**

*Presidente*



# O QUE FAZEMOS

Nosso objetivo é a promoção da assistência social, direitos humanos e cidadania para todos. Temos como atividade predominante, promover inclusão social e profissional para egressos do sistema prisional, pessoas privadas de liberdade e seus intervenientes impactados.



# MISSÃO, VISÃO E VALORES DE RESPONSABILIDADE



**Missão:** Auxiliar as pessoas egressas do sistema prisional que buscam uma nova oportunidade de vida no mercado de trabalho. Dando-as um acompanhamento psicossocial, proporcionando a reintegração à sociedade.

**Visão:** Ser uma referência de Impacto Social na região de São Paulo, e uma das principais responsáveis pela diminuição da taxa de pessoas retornando à vida no crime. Ser uma forte geradora de empregos para egressos, familiares e a sociedade de modo geral.

**Valores:** Igualdade; ética; empatia; transparência; comprometimento; sentimento de dono; sigilo; seriedade; respeito.



Aqui vemos egressos sendo atendidos e trabalhando através do INSTITUTO **RESPONSA**.





“Não imaginávamos, mas ali seria um grande início que mexeria, e muito, com as iniciativas privadas, setores sociais e financeiros em prol de uma causa em comum.” – Karine Vieira (Fundadora)

## Projeto ajuda ex-presos a voltarem para mercado de trabalho

Resposta foi criado pela assistente social Karine Vieira, egressa do sistema penitenciário, e oferece mentoria e capacitação

Giuliana Saringer, do R7

16/12/2018 às 10h13 (Atualizado em 17/12/2018 às 09h43)



Edu Garcia/R7 - 30/11/2018

Andressa considera a carteira assinada um troféu

TRANSFORMA - JORNAL - FUSÃO - HORÓSCOPO - NEWSLETTER - BLOGS E COLUNAS - DEBATES MITICAS

### MULHERES INSPIRADORAS

Ela já foi presa por tráfico; hoje, ajuda ex-presidiários a arrumar emprego

Natália Eiras  
Da Universa  
27/05/2019 09h00

**NEW POST**

Karine Vieira, 37, criou a ONG Resposta, que capacita presidiários

# O GLOBO

## ANCELMO GOIS

### A ONG Resposta, de Karine Vieira, que cuida da inserção de egressos do sistema penal no mercado de trabalho, fechou parceria com projeto "Terapia pra TDS", da psicóloga Flávia Pitella.

Operação Forno da Onga

Milícia dos síndicos de prédios na Praça Seca

instituto\_ressoar

Projeto ajuda egressos do sistema prisional a voltarem ao mercado de trabalho



Reconhecimento do rapper Dexter como padrinho do Instituto Responsa. Um dia memorável para todos nós.



Fotos tiradas das capacitações para o mercado de trabalho com egressos atendidos pelo Instituto Responsa.

# INDICADORES

CONHEÇA MELHOR OS NOSSOS INDICADORES DE  
PERFORMANCE EM GESTÃO DE PESSOAS



**199** OPORTUNIDADES  
GERADAS DE EMPREGO FORMAL

MAIS DE **200** RESPONSAS  
TRABALHARAM COMO FREELANCERS  
EM EVENTOS DIVERSOS

**EMPRESAS  
CONTRATANTES**



**Cornershop**

**ALFFA TELECOM**



MAIS DE  
**1000**

EGRESSOS FORAM ATENDIDOS  
E CAPACITADOS.



Em um país onde a população carcerária ultrapassa o número de 800.000 pessoas, conforme fonte de informação, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e a taxa de reincidência varia entre 40% e 70%, de acordo com as últimas pesquisas realizadas pelo CNJ, IBGE publicadas em julho de 2019. Tendo em vista que o Brasil está em 3º lugar no índice de países com o maior número de presos, egressos e pessoas que possuem algum tipo de problema com a justiça. O Instituto Resposta vem com uma nova proposta de intervenção nesse cenário crítico.





Nossa **respon**a é ajudar outras pessoas a assumirem as suas **respon**sas.

Além de gerarmos oportunidades de emprego e profissionalização, impactamos na queda da violência e redução de pessoas retornando ao mundo do crime.



# INVESTIDORES SOCIAIS

---

Em abril de 2018 fomos apresentados com a parceria junto ao Instituto Ação Pela Paz.

Instituto esse que ajuda projetos sociais voltados para a inserção e reabilitação de egressos do sistema prisional.

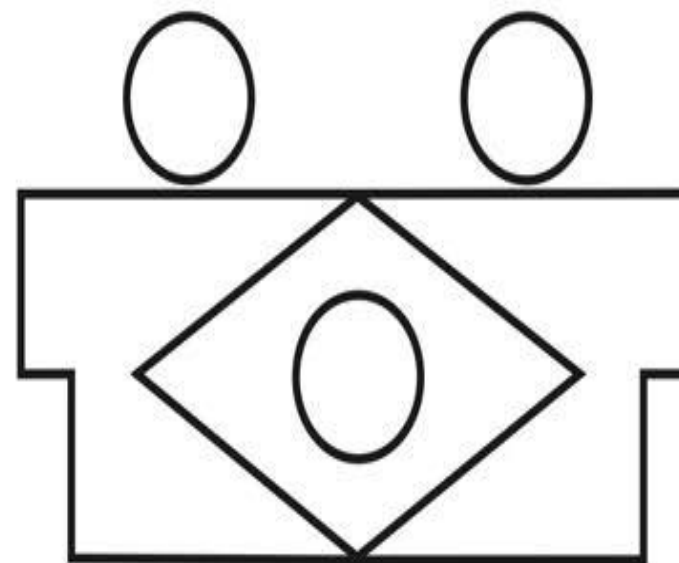




# INVESTIDORES SOCIAIS

---

A Brazil Foundation também apoia o Instituto ResponSA com um aporte para desempenharmos nossas atividades com profissionalismo, qualidade e a transparência necessária.



**BrazilFoundation**



RELATÓRIO DE  
atividades 2020

A paz de todos é a sua paz.

APOIO AO ESTADO E  
À SOCIEDADE CIVIL  
EM INICIATIVAS PARA  
**A REDUÇÃO DA**  
**REINCIDÊNCIA CRIMINAL**

RELATÓRIO DE atividades 2020



A paz de todos é a sua paz.

# SUMÁRIO:

NUMERAÇÃO CORRESPONDENTE À PÁGINA

05 | Palavra dos diretores

06 | O Instituto Ação Pela Paz

Missão, Visão, Valores, Beneficiários e Como Atuamos

08 | Ano de 2020: mudanças, escuta e adaptação à realidade

10 | Destaques de 2020

12 | SEMEAR - Estado de SÃO PAULO

40 | Projetos em OUTROS ESTADOS

48 | Análises

51 | Desenvolvimento Institucional em 2020

53 | Financeiro

54 | Linha do tempo

56 | Objetivos do Milênio

58 | Nossos parceiros (conselhos + equipe interna)

60 | Nossa equipe (conselhos + equipe interna)

61 | Expediente

PARA FACILITAR O ENTENDIMENTO DE NOSSA REDE DE PARCEIROS, SEGUE AQUI  
A LEGENDA DAS PRINCIPAIS SIGLAS UTILIZADAS NESTE RELATÓRIO:

Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul - **AGEPEN**

Associação de Assistência e Proteção aos Condenados - **APAC**

Centro de Acolhida - **CA**

Centros de Atenção ao Egresso e Família - **CAEF**

Cooperativa Social do Maranhão - **COOSEMA**

Centro de Ressocialização - **CR**

Centro de Ressocialização Feminino - **CRF**

Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel - **FUNAP**

Secretaria Estadual de Administração Penitenciária - **SAP**

Sistema Estadual de Métodos para Execução Penal e

Adaptação Social do Recuperando - **SEMEAR**

*Sempre que precisar, volte a esse box para consulta.*

palavra dos diretores

# O ANO DO ALTRUISMO

O INSTITUTO AÇÃO PELA PAZ tem a missão de apoiar o setor público e a sociedade civil em iniciativas que impactem na redução da reiteração criminal. Nos esforçamos para sermos propositivos e estratégicos na escolha dos projetos apoiados, de modo a potencializar os resultados.

Logo no início de 2020 chega a Covid-19, lembrando-nos que estamos todos juntos e dependemos uns dos outros para superar os problemas.

Mesmo com as restrições impostas pela pandemia, alteramos a rota planejada e apoiamos **65** novos projetos, alcançando **13.399** participantes em condição de privação de liberdade e egressos do sistema prisional.

Nesse ano tivemos a oportunidade de ofertar projetos de natureza psicossocial, como “**Visita Virtual Assistida**”, “**Conexões**” e “**Paz no Coração, Liberdade na Prisão**”. Com os dados obtidos compreenderemos o impacto dessa assistência na redução da reincidência.

Graças ao bom planejamento do setor público, os impactos da pandemia no Sistema Prisional foram leves, resultando o índice de letalidade de 0,31% entre os reeducandos, valor sete vezes inferior ao da população livre. Exemplo de união e liderança em tempos de crise!

Destaque para o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) que apoiou os estados com recursos para garantir a proteção sanitária em unidades prisionais brasileiras. O DEPEN ainda realizou uma força tarefa, aproximando o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Secretarias de Justiça, possibilitando a entrega de máscaras faciais doadas pelo projeto “**Todos Pela Saúde**” aos que convivem em presídios.

Os projetos de atenção às pessoas egressas também foram prejudicados pela suspensão dos atendimentos, mas houve uma expressiva mobilização dos seus participantes, que angariaram e distribuíram cestas de alimentos e produtos de higiene para egressos e familiares em situação de vulnerabilidade. A iniciativa trouxe visibilidade aos programas, resultando na ampliação do número de cadastros, além do engajamento de empresários. 2020 foi o ano do altruísmo!

Em São Paulo, o SEMEAR alcançou a região noroeste do estado graças à união dos seus representantes, liderados pelo Desembargador Luiz Antônio Cardoso, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Agradecemos aos parceiros e a equipe do “**Ação Pela Paz**” porque aprendemos muito nas trocas e no processo de acolher o outro e a nós mesmos.

A paz de todos é a sua paz!

*Jayme Brasil Garfinkel, Solange Rosalem Senese, Luiz Paulo Horta de Siqueira e Claudia Cardenette*

# QUEM SOMOS

O **Instituto Ação Pela Paz** nasceu e vive dos encontros, diálogos e união entre pessoas e instituições interessadas na busca de soluções para diminuir a reincidência criminal.

**MISSÃO:** Apoiar o Poder Público e a sociedade civil em iniciativas que contribuam para a redução da reincidência criminal.

**VISÃO:** Tornar-se referência em apoio e construção de soluções para o sistema prisional na recuperação da pessoa privada de liberdade e egressa prisional.

## VALORES:

Transparência  
Ética  
Responsabilidade  
Respeito  
Amor ao Próximo

## BENEFICIÁRIOS:

- Egressos
- Reeducação
- Familiares
- Servidores
- Voluntários

# COMO ATUAMOS

Trabalhamos de maneira plural na recuperação das pessoas privadas de liberdade, durante o cumprimento de pena, e egressas do sistema prisional, na (re)integração à sociedade. Atuamos em três eixos:

## 1º EIXO: INVESTIMENTO EM PROJETOS SOCIAIS

Investimos em projetos sociais que devem atender alguns critérios, sendo eles:

- apresentar resultados com indicadores;
- não ser assistencialista;
- promover a participação da sociedade;
- ser apartidário;
- ser autorizado pelo órgão competente;
- ter potencial para se tornar política pública.

Apoiamos projetos que fomentem as assistências e iniciativas previstas na Lei de Execução Penal, como a geração de renda, capacitação profissional, educação, atendimento psicossocial, apoio jurídico e o fomento às organizações da sociedade civil, como os Conselhos da Comunidade da Vara de Execução Penal.

## 2º EIXO: APOIO NA CONSTRUÇÃO DE SOLUÇÕES

Apoiamos projetos inovadores que possam impactar na redução da reincidência criminal.

## 3º EIXO: SISTEMATIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO

Com os resultados dos projetos, seus dados quantitativos, qualitativos e impactos são aferidos e analisados para trazer conhecimentos que, sistematizados e replicados, têm chance de se tornarem política pública.

Contribuímos com a sistematização de boas práticas e a disseminação de conhecimento que impactem na redução da reincidência.





2020

## MUDANÇAS, ESCUTA E ADAPTAÇÃO À REALIDADE

No decorrer de 2020, com as restrições devido à pandemia, verificamos que parte do planejamento ficaria comprometida. Dessa forma, escutamos os parceiros do Poder Público e da sociedade civil para identificarmos como poderíamos contribuir em um momento tão singular. Foi um ano de muito aprendizado e união de forças.



## QUADRO SOBRE IMPACTO DO COVID-19

### Apoio ao Poder Público

Visando proteger a população prisional, o trânsito de pessoas foi limitado aos servidores públicos. Dessa forma, as visitas familiares e a entrada de educadores ou parceiros que desenvolvem projetos foi suspensa.

Foi necessário pensar em novas formas de atender nossos parceiros das Secretarias Estaduais de Administração Penitenciária. As visitas em unidades prisionais foram substituídas pelas visitas virtuais assistidas (*veja matéria sobre o tema na pág. 44*). Reeducandos e seus familiares puderam se ver pelas telas dos computadores. Dentro dos presídios, além dos servidores, reeducandos foram selecionados para replicarem projetos oportunos durante a pandemia.

Ações de proteção à vida marcaram esse ano, com destaque para o projeto “Todos Pela Saúde”, que ofereceu 2.594.350 máscaras para todos que convivem nos presídios brasileiros. No Estado de São Paulo, os reeducandos receberam três máscaras cada, e os policiais penais cinco, beneficiando mais de 850 mil pessoas, entre privados de liberdade e servidores do sistema penitenciário.

A iniciativa é do Grupo Itaú Unibanco e, para auxiliar a ação, foi montada uma comissão com pessoas e instituições engajadas com o público-alvo, como Dr. Dráuzio Varella, representantes do Conselho Nacional do Ministério Público, DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional), Itaú Unibanco e Instituto Ação Pela Paz. As ações coordenadas em todos os estados permitiram que o índice de contaminação e óbitos no sistema prisional fossem de 0,31%, sete vezes inferior ao da sociedade civil.



### Apoio à sociedade civil

O apoio à organizações que atuam para as pessoas egressas prisionais também foi impactado pelas restrições de atendimento presencial impostas pela pandemia. Dessa forma, os líderes dos programas se reinventaram para prestarem assistência aos que carecem de oportunidades para gerar renda e aos grupos de apoio que contribuam com seu processo de (re)inclusão à sociedade.

As organizações apoiadas, Recomeçar São Paulo e Pernambuco, Resposta e Nova Rota, buscaram auxiliar as pessoas egressas prisionais por meio de cestas básicas para sobrevivência. As metodologias de atendimento aos egressos e familiares que eram presenciais foram online, as oportunidades de trabalho foram reduzidas e parte das pessoas empregadas foi desligada. Um ano de muito trabalho! Nos projetos apoiados em 2020 vocês verão a (re)invenção, uma união de esforços para que ninguém deixasse de ter assistência em tempos tão difíceis.

# DESTAQUES DE 2020

**14.219** participações

nos projetos apoiados, sendo:

**13.486** pessoas privadas de liberdade

**615** egressos do sistema prisional

**102** familiares de pessoas privadas de liberdade ou de egressos do sistema prisional

**15** voluntários

**1** servidor público

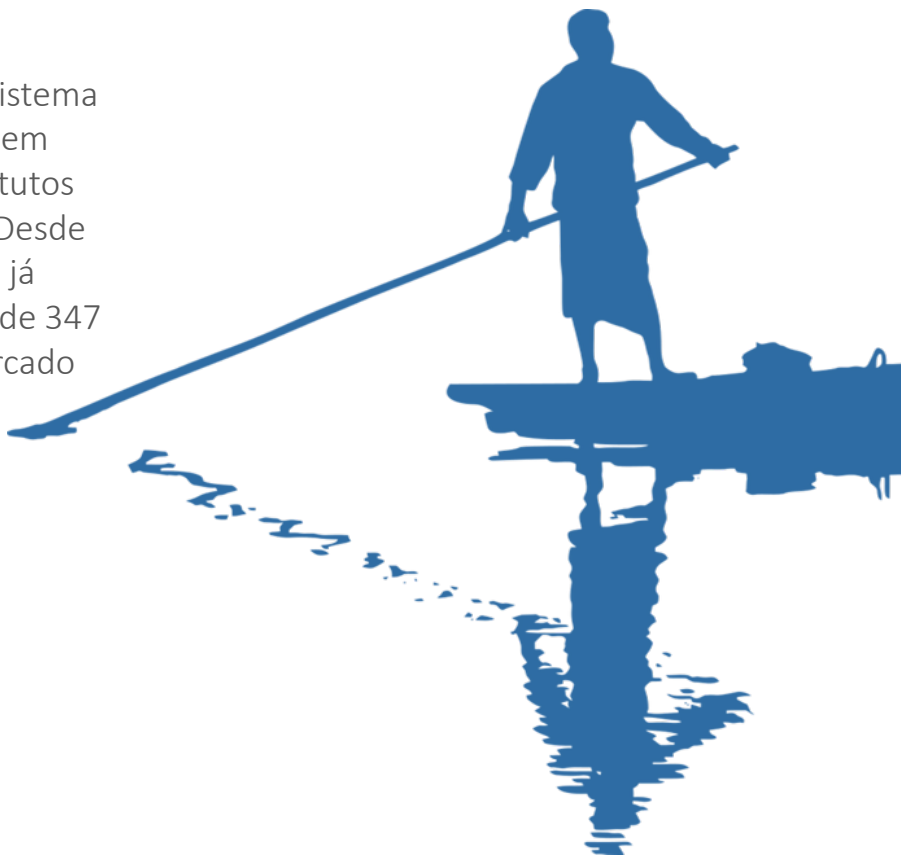
**850.080** pessoas, entre privadas de liberdade e servidores do sistema penitenciário de todos os estados, foram impactadas pelo projeto “Todos Pela Saúde”.

**R\$ 2.031.744,00**

investidos

em projetos em 2020

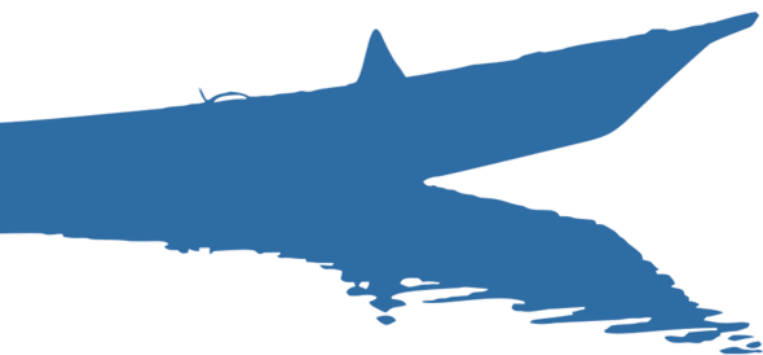
**88** pessoas egressas do sistema prisional geraram renda em 2020, por meio dos Institutos Responsa e Recomeçar. Desde 2017 essas organizações já apoiaram a (re)inserção de 347 pessoas egressas ao mercado de trabalho.



## 65 projetos

apoiados, sendo:

- 47 em unidades prisionais de São Paulo
- 2 em unidades prisionais do Rio Grande do Norte
- 2 em unidades prisionais de Mato Grosso do Sul
- 1 em unidade prisional do Maranhão
- 1 em unidade prisional de Alagoas
- 1 no âmbito nacional
- 1 na APAC (MG) - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de São João Del Rei
- 1 na APAC (RN) - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Macau
- 7 com egressos do sistema prisional em São Paulo
- 1 com egressos do sistema prisional em Pernambuco
- 1 projeto financiado pela Porticus para apoio da expansão da atuação da FBAC (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados)



programa  
**semear**

ESTADO DE SÃO PAULO

SISTEMA ESTADUAL DE MÉTODOS PARA EXECUÇÃO PENAL E ADAPTAÇÃO SOCIAL DO RECUPERANDO - SEMEAR



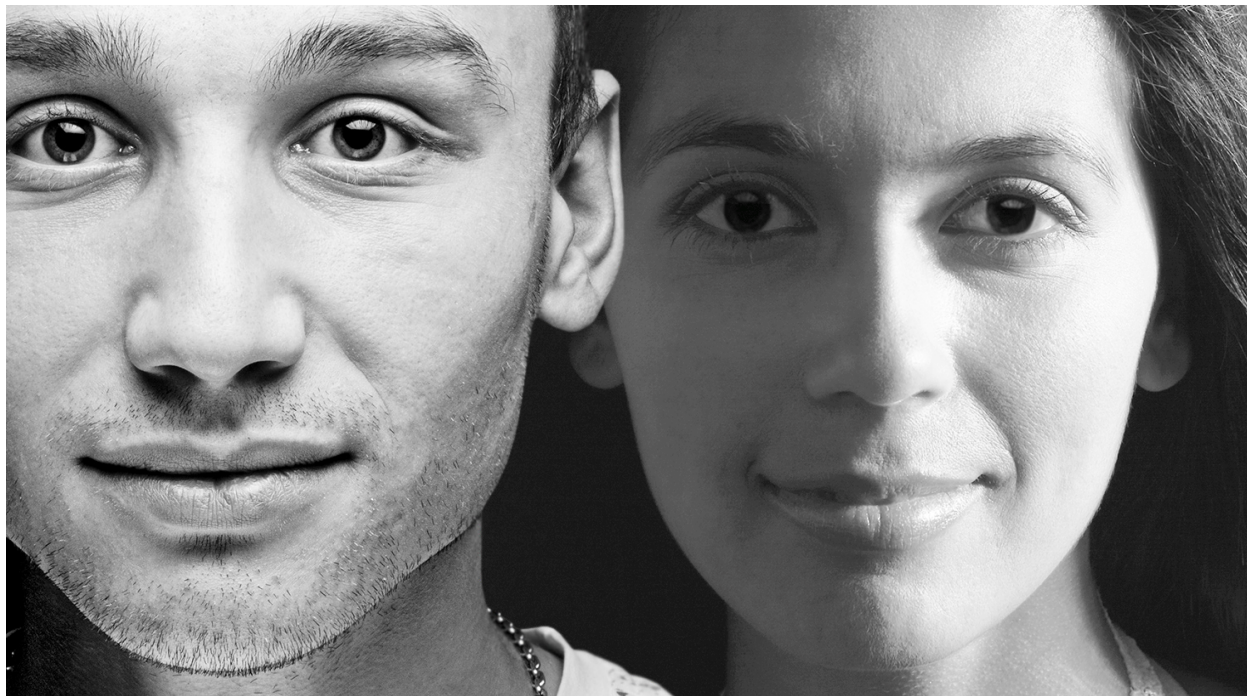
## O QUE É **SEMEAR**

O **SEMEAR**, Sistema Estadual de Métodos para Execução Penal e Adaptação Social do Recuperando foi instituído pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo por meio do Provimento CG nº 30/2014. Esse Sistema é inspirado na metodologia da APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), bem como nos CRs (Centros de Ressocialização do estado de São Paulo), os quais atuam com a participação da sociedade civil, do programa de voluntariado e do protagonismo do reeducando durante o cumprimento de sua pena.

O SEMEAR incentiva a formação e atuação dos conselhos da comunidade em apoio à recuperação moral e social da pessoa privada de liberdade, egressos do sistema prisional e suas famílias.

Os diretores das unidades prisionais levantam e compartilham as principais demandas da unidade penal com o Conselho da Comunidade e com o Juiz local e, conforme a sinergia e engajamento desses protagonistas, são feitos encaminhamentos para atender às solicitações por meio do apoio do município, órgãos estaduais, Poder Judiciário, universidades, empresas, voluntários e possíveis parceiros na região.

Dessa maneira, o SEMEAR possibilita a potencialização das assistências aos reeducandos e egressos nas áreas do trabalho, da educação, da saúde, do apoio psicossocial, jurídico e espiritual, conforme consta na Lei de Execução Penal (LEP).



## RESULTADOS DO ANO DE 2020

# programa Semeear

Em atendimento ao Provimento CG nº 30/2014, este relatório tem como finalidade apresentar à Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) o desenvolvimento do SEMEAR durante o ano de 2020 e suas perspectivas para 2021, na visão de todos os envolvidos.

O Sistema Estadual de Métodos para a Execução Penal e Adaptação do Recuperando, o SEMEAR, se firmou por meio do Termo de Acordo e Cooperação Técnica nº 141, em 2015. A partir daí, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) e o Instituto Ação Pela Paz conjugam esforços para ampliar a oferta das assistências previstas na Lei de Execução Penal (LEP), visando a redução da reiteração penitenciária ou reincidência das pessoas em privação de liberdade ou egressas do sistema prisional do Estado de São Paulo.

A Coordenadoria Criminal e de Execuções Criminais do Tribunal de Justiça de São Paulo, liderada pelo Desembargador Luiz Antonio Cardoso, é responsável por fornecer o suporte técnico-institucional, engajando juízes, apoiando a formação dos Conselhos da Comunidade e realizando a aferição do reingresso dos beneficiários ao sistema prisional, o que possibilitará a geração de políticas públicas cada vez mais assertivas.

Até 2019, o SEMEAR centrou esforços desenvolvendo iniciativas em unidades prisionais lideradas por Jean Carlucci, da Coordenadoria da Região Central, e Mauro Rogério Bittencourt, líder da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania do estado de SP.

Além das unidades da SAP, o SEMEAR abraça e conecta iniciativas da Comissão de Política Criminal e Penitenciária da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), representadas por Priscila Pâmela e Leandro Lanzellotti; da FUNAP (Fundação Professor Dr. Manoel Pedro Pimentel), comandada pelo Coronel Henrique Nelo; do Programa Pró-Egresso instituído na Secretaria Estadual de Emprego e Relações de Trabalho, coordenado pela Raquel Pintan, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; e das organizações dos institutos Recomeçar e ResponSA, dirigidos pelos líderes sociais Leonardo Precioso e Karine Vieira, respectivamente.

O planejamento 2020 foi alterado em razão da pandemia, no entanto a sensibilidade dos gestores da SAP, com o duplo isolamento sofrido pelas pessoas privadas de liberdade e suas famílias, trouxe a oportunidade de experimentarmos projetos de natureza psicossocial, como “Visita Virtual Assistida”, “Conexões” e “Paz no Coração, Liberdade na Prisão”, que trarão dados sobre o impacto desse tipo de assistência na recuperação dos beneficiários.

Essas realizações só foram possíveis graças aos gestores prisionais, que não retornavam para seus lares ao final dos longos plantões, motivados pelo baixo efetivo e pela consciência que seriam vetores de contaminação.

Mas nem tudo foi sofrimento nesse ano de pandemia. Com apoio da tecnologia, as reuniões mensais e pautas do SEMEAR foram mantidas, possibilitando participações especiais como da ouvidora do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), Cintia Assumpção, diretores de Unidades Prisionais, como Celeste Albamonte, e até reeducandas que se dispuseram a compartilhar seus sentimentos sobre o projeto “Paz no Coração, Liberdade na Prisão”, que lhes proporcionou ressignificar suas vidas.

A expansão do SEMEAR para a Coordenadoria Regional da Região Noroeste do Estado, liderada pelo estimado Carlos Alberto Ferreira de Souza, foi um momento de alegria em 2020.

Reconhecer e conectar os esforços do Poder Público e da sociedade civil em prol da recuperação do público atendido é a alma do SEMEAR, assim em 2021 seus protagonistas envidarão empenho para ampliar a formação e o funcionamento dos Conselhos da Comunidade.

Convidamos a todos para a leitura desse relatório, inspirados na frase do Desembargador Luiz Antonio Cardoso: *“O SEMEAR tem dado um sentido muito especial de envolvimento na recuperação de presos condenados. Nós sempre dizemos isso: o Poder Judiciário precisa de outros atores para alcançar o sentido efetivo da aplicação da pena, que é a recuperação de fato da pessoa condenada. Nós só conseguiremos atingir isso se tivermos um investimento e um esforço conjunto”.*

EM 2021

## O SEMEAR BUSCARÁ:

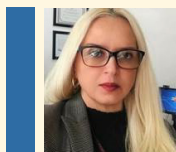
- Manter a reunião periódica com o grupo responsável pelo SEMEAR.
- Viabilizar a aferição do reingresso ao sistema prisional até 2020.
- Fomentar a ampliação e funcionamento dos Conselhos da Comunidade.
- Manter o apoio aos projetos demandados das regiões atendidas.
- Propor aditamento do Termo de Cooperação, incluindo a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico.



“

*O SEMEAR superou a definição de projeto, transformando-se, naturalmente, com a convergência de esforços interinstitucionais, em uma nova forma de gestão do processo de ressocialização no curso da execução da pena.*

”



PATRÍCIA TIUMAN DE SOUZA CARVALHO, *Diretora do Departamento Estadual de Execuções Criminais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo*

“

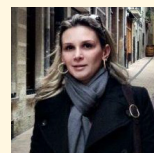
*O SEMEAR tem sido extremamente rico e profícuo nas reuniões que participo e na percepção de pessoas e representantes de instituições envolvidas com objetivos tão comuns e tão válidos para a nossa sociedade. Eu só tenho a agradecer e desejar que essa parceria não só se fortaleça como se expanda, porque nós temos muito a fazer pelo sistema prisional e só é possível com a participação da sociedade civil, com a compreensão de que esta participação é peça fundamental para a reinserção de pessoas.”*

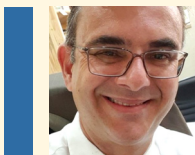


CINTIA ASSUNÇÃO, *Ouvidora Nacional de Serviços Penais, do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)*

*“A Coordenadoria Criminal e de Execução Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, por meio do SEMEAR, vem desenvolvendo importante trabalho de qualificação e ressocialização dos reeducandos do sistema prisional.”*

JOVANESSA RIBEIRO SILVA AZEVEDO PINTO, *Juiza de Direito e Assessora da Corregedoria Geral da Justiça, do Tribunal de Justiça de São Paulo*





*“Em meio a tão terríveis situações de perdas, colegas, amigos, familiares, uma nova era há de surgir com a união de forças de todos os poderes: Judiciário, Legislativo, Executivo e sociedade civil. SEMEAR a vida.”*

CARLOS ALBERTO FERREIRA DE SOUZA, *Coordenador de Unidades Prisionais da Região Noroeste do Estado, da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) de São Paulo*

*“O comprometimento, a empatia e a força de vontade das pessoas que integram o SEMEAR estão fazendo a diferença na mudança de vida dos sentenciados, seus familiares e egressos do sistema prisional por meio de projetos sérios e eficazes. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, por intermédio do Programa Pró-Egresso, participa oferecendo cursos profissionalizantes dentro do sistema prisional e oportunidade de emprego para que o egresso retorne ao mercado de trabalho e recupere sua dignidade.”*

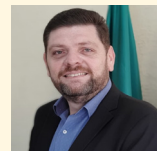
RAQUEL ALVARES PINTAN, *Diretora do Programa Pró-Egresso, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo*



*Em meio às dificuldades criadas pela pandemia, o uso da tecnologia possibilitou que os benefícios trazidos pelo Programa SEMEAR fossem ampliados nas unidades prisionais subordinadas a esta coordenadoria. Estes esforços conjuntos trouxeram a oportunidade para que centenas de custodiados participassem de 42 projetos no ano de 2020, com destaque para atividades culturais, esportivas e, sobretudo, de educação emocional. Como gestor externo o meu agradecimento e os meus préstimos visando a expansão dessas boas práticas neste ano de 2021, tendo em vista os ótimos resultados alcançados com esta parceria.*



JEAN ULISSES CARLUCCI, *Coordenador de Unidades Prisionais da Região Central da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (SAP)*



# APOIO ÀS UNIDADES PRISIONAIS

Assistência	nº de projetos	nº de oportunidades geradas e efetivadas
PSICOSSOCIAL	32	13.077
EDUCAÇÃO	21	199
GERAÇÃO DE RENDA	2	210
TOTAL	55	13.486

## RESUMO DOS PROJETOS:

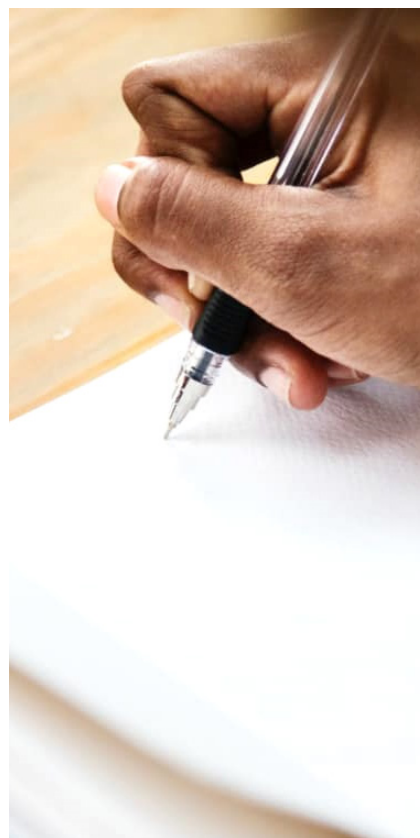
### PSICOSSOCIAL

#### CONEXÃO FAMILIAR da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania

Considerando a necessidade de isolamento social e a suspensão das visitas nas unidades prisionais, tornou-se necessário a criação de ferramentas alternativas para suprir o distanciamento entre as pessoas privadas de liberdade e seus familiares, garantindo o fortalecimento e preservação do vínculo. Para isso, a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (SAP), por meio da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania, criaram o projeto Conexão Familiar.

A iniciativa desenvolveu uma ferramenta online para que os familiares pudessem escrever cartas online e de forma gratuita aos reeducandos, estes textos eram impressos nas unidades prisionais e entregues aos familiares privados de liberdade, com um espaço para que ele pudesse redigir, na própria cela, uma resposta. O retorno da mensagem era escaneado e enviado para o familiar via e-mail.

Foram ao todo **1.843.710** cartas trocadas entre as pessoas privadas de liberdade e seus familiares. As **176** unidades prisionais do estado de São Paulo puderam ser beneficiadas pelo projeto.



## CONSCIÊNCIA SISTÊMICA

“Uma pessoa está em paz quando todas as pessoas que pertencem à sua família têm lugar no seu coração”. A frase é do Bert Hellinger, alemão e criador da Constelação Familiar, uma prática terapêutica que trabalha de forma pessoal e coletiva, porém, sempre sob a ótica de nossas relações familiares, para compreender como elas nos moldam e influenciam em nossos comportamentos e padrões repetitivos. A terapia integrativa tem sido vista como uma alternativa para resolução de várias questões, tanto de âmbito familiar quanto profissional.

O Centro de Ressocialização Masculino de Araraquara desenvolveu o projeto “Consciência Sistêmica”, cujo objetivo é formar uma agente de segurança penitenciária da unidade em consteladora familiar para que ela possa utilizar a técnica com os 140 reeducandos do Centro de Ressocialização, além das outras unidades prisionais da região. O curso começou em novembro do 2020, tendo a duração de seis meses.

## CONVIVER: OFICINA DE CROCHÊ

O projeto “Conviver: Oficina de Crochê” é um exemplo de iniciativa que nasceu durante a pandemia do Covid-19. Nele, as reeducandas que sabem fazer crochê se voluntariaram para ensinar as técnicas às suas colegas, em um processo de apoio entre elas para que pudessem aprender o artesanato e, também, ajudando-as neste período ocioso ocasionado com a paralização das atividades de trabalho e educação dentro das unidades prisionais. Além disso, as participantes que demonstrassem o interesse podiam se tornar multiplicadoras para levar o conhecimento a mais reeducandas na unidade.



Unidades prisionais que replicaram o projeto de crochê	nº reeducandos	nº de multiplicadores
CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE PIRACICABA	20	5
CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO FEMININO DE RIO CLARO	40	10
CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO FEMININO DE PIRACICABA	30	5
PENITENCIÁRIA FEMININA DE CAMPINAS	172	38
PENITENCIÁRIA II DE GUARÉ	30	8
TOTAL	292	66

Dados do Projeto Conviver: Oficina de Crochê

## **CONVIVER: OFICINA DE JOGOS** no Centro de Ressocialização Feminino de Rio Claro

Além das aulas de crochê, as reeducandas do Centro de Ressocialização Feminino de Rio Claro receberam mais de 80 jogos, como xadrez, quebra-cabeça, dominós, entre outros, para 32 reeducandas jogarem. As participantes foram previamente inscritas para facilitarem o uso dos materiais com responsabilidade e cautela, e criarem um ambiente acolhedor, amigável e companheiro com as colegas. Um dos espaços, que é ocupado por uma empresa parceira, mas que permanecia livre, foi adaptado para esses momentos de lazer.

*“Notamos, com muita alegria e uma certa dose de alívio, que elas, apesar de tudo, neste período se encontram bem de saúde e calmas. Isto se deve ao fato da continuidade das atividades e das ligações efetuadas para as famílias”,* diz Maura da Cruz, Diretora Técnica do Centro de Ressocialização Feminino de Rio Claro.

## **ESCUA ATIVA** no Centro de Ressocialização de Rio Claro

O projeto “Escuta Ativa” tem como objetivo realizar conversas e orientações acerca da Covid-19 às reeducandas e servidores do Centro de Ressocialização de Rio Claro, bem como acolhimento e escuta sobre as angústias e ansiedades que este momento pode nos trazer. Para execução do projeto, a unidade prisional contou com a parceria da UNIP (Universidade Paulista), que encaminhou estagiários de Psicologia Jurídica que, com orientação da supervisora responsável da universidade, realizaram atendimentos online com seis reeducandas e dois servidores escolhidos para este primeiro momento do projeto. Em pesquisa realizada, 93% dos participantes concordam que o projeto ajudou na melhora em sua inteligência emocional.

## **NOVA LAÇADA (Curso de Crochê)** no Centro de Ressocialização Feminino de Rio Claro

Planejou-se realizar o projeto “Nova Laçada”, que capacitaria reeducandas do Centro de Ressocialização Feminino de Rio Claro em crochê, e possibilitaria a venda dos materiais produzidos na feira livre em Rio Claro e o valor seria revertido para a sustentabilidade do projeto e recursos para as participantes. Por conta da pandemia o projeto não pode ser iniciado, mas ele foi reconstruído e, utilizando o saber de uma reeducanda, se transformou no projeto “Conviver: Oficinas de Crochê”.

## **PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA A PAZ**

O “Programa de Educação para Paz”, desenvolvido pela organização mundial *The Prem Rawat Foundation*, e realizado por meio de voluntários, desenvolve um curso que traz reflexões em dez temas: paz, apreciação, força interior, consciência de si mesmo, clareza, entendimento, dignidade, escolha, esperança e contentamento. Executado desde 2019 pela FUNAP, que abre espaço para a ação dentro das unidades prisionais, o projeto conta com o apoio do Ação Pela Paz na estruturação e nos indicadores qualitativos e quantitativos. A iniciativa iria ocorrer em 2020 na Penitenciária I de Tremembé e na Penitenciária II Feminina de Tremembé, porém com a impossibilidade da entrada dos voluntários o curso foi paralisado e deverá retornar no ano de 2021 no formato online.

## OFICINA DE JOGOS na Penitenciária II de Hortolândia

Na tentativa de barrar casos de Covid-19 dentro da unidade prisional, foram suspensas as atividades de educação e trabalho, dessa forma aumentaram o número de reeducandos com tempo ocioso na Penitenciária II de Hortolândia. Para apoiar as pessoas privadas de liberdade neste momento, a unidade prisional fez o projeto “Oficina de Jogos” para oferecer atividades que fortaleçam a convivência e que possuam caráter laborativas aos reeducandos. 12 pessoas ficaram responsáveis em conduzir as atividades com os mais de 200 jogos adquiridos para os 600 participantes.



## PAZ NO CORAÇÃO, LIBERDADE NA PRISÃO do Instituto Manáh

O projeto “Paz no Coração, Liberdade na Prisão” é uma iniciativa da terapeuta e voluntária Rita Duenhas, do Instituto Manáh, que articulou outras pessoas engajadas para realizar o projeto que leva 21 dias de meditação e palestras para pessoas privadas de liberdade.

O projeto foi tema de uma matéria que escrevemos para nosso site. O quarto episódio do podcast “Olhar Mais de Perto”, com o tema “Terapias Integrativas para Pessoas Privadas de Liberdade”, que falou sobre a iniciativa e teve a participação de Celeste Abamonte, ex-Diretora do Centro de Ressocialização Feminino de Piracicaba, que recebeu a ação de braços abertos, e de Adriana Fortunato, participante do projeto enquanto cumpria pena no Centro de Ressocialização Feminino de Piracicaba, além da própria de Rita Duenhas.

*“Penso que o autoconhecimento e o controle emocional, são ferramentas fundamentais para usarmos no decorrer de nossas vidas”, explica Celeste Abamonte.*



Unidades prisionais que replicaram o projeto Paz no Coração	nº reeducandos
CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE MOGI MIRIM	15
CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO FEMININO DE RIO CLARO	15
CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO FEMININO DE PIRACICABA	19
PENITENCIÁRIA II DE SOROCABA	28
PENITENCIÁRIA DE PIRACICABA	16
PENITENCIÁRIA FEMININA DE CAMPINAS	15
CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO FEMININO DE ARARAQUARA	15
CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE CAPELA DO ALTO	15
TOTAL	138

*“As reeducandas receberam o projeto de forma positiva, sendo que muitas se mostraram bem interessadas pelos conteúdos apresentados e motivadas a participar de todos os encontros, buscando colocar em prática os ensinamentos repassados”, comenta Luciana Proença, Diretora Técnica do Centro de Trabalho e Educação da Penitenciária Feminina de Campinas (SP).*



## **RE-APROXIMAR** na Penitenciária Masculina de Piracicaba

A Penitenciária Masculina de Piracicaba realizou o projeto “Re-Aproximar”, uma alternativa para distensionar o momento vivido, ocasionado pela pandemia, e possibilitar o contato virtual com o familiar dos reeducandos.

Foram implantados na unidade prisional nove estações de visita virtual para atender as 1.518 pessoas privadas de liberdade no local. O agendamento ocorreu de forma online no site da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP). As pessoas, regularmente cadastradas no rol de visitas, realizavam uma conversa virtual com seu familiar privado de liberdade por cinco minutos, devidamente acompanhados pelo agente de segurança prisional responsável pela estação. Com o fim da pandemia, os notebooks adquiridos serão utilizados para fins de educação nas salas de aula na unidade prisional.

## VENCENDO TABUS E TABULEIROS no Centro de Ressocialização de Bragança Paulista

Com a paralisação das atividades de educação e trabalho do Centro de Ressocialização de Bragança Paulista, para conter o alastramento das infecções por Covid-19, a unidade prisional fez o projeto “Vencendo Tabus e Tabuleiros”. O foco da iniciativa é garantir a estimulação das capacidades cognitivas e o fortalecimento de vínculos entre os participantes por meio dos jogos de xadrez e de damas, promovendo alívio emocional e amenização da tensão do ambiente ocasionada pela pandemia. Foram 92 reeducandos beneficiados pelos 40 tabuleiros.

### XEQUE MATE

Diversas pesquisas mostram os benefícios de jogar xadrez. Muito além do entretenimento, o jogo pode estimular melhorias no raciocínio, na memória e no pensamento lógico. Pensando nos auxílios que o xadrez pode proporcionar, apoiamos o projeto “Xeque Mate” que aconteceu em duas unidades prisionais de São Paulo.

Os beneficiados pela iniciativa são os internos que sofreram com a paralisação das atividades de educação e trabalho ocasionada pela pandemia da Covid-19. Como tem acontecido em outros projetos em unidades prisionais, um reeducando que possui a habilidade passou o seu conhecimento aos demais colegas.

Unidades prisionais que replicaram o projeto Xeque-Mate	nº reeducandos	nº multiplicadores
PENITENCIÁRIA DE MAIRINQUE	66	11
PENITENCIÁRIA II DE ITIRAPINA	203	10
TOTAL	269	21

*“Durante nosso projeto ficou evidenciado um fortalecimento em relação ao círculo de amizade entre os praticantes, bem como um nível de respeito de um reeducando para com o outro. Observou-se também a fluidez nas conversas e, conversas essas bastante produtivas, o tom de voz, humor, ajuda mútua nos afazeres em geral, além de estimular outros sentenciados dos quais não estavam cadastrados no projeto e acabaram se interessando pelo jogo”, conta Eduardo Freitas, Agente de Segurança Penitenciária da Unidade Prisional de Mairinque.*

## EDUCAÇÃO:

### Curso de BOLOS ARTÍSTICOS

Os projetos de educação e capacitação profissional dentro das unidades prisionais existem para dar aos reeducandos uma oportunidade de se especializarem em uma profissão para que consigam gerar renda ao ganharem a liberdade. Este é o caso do curso de “Bolos Artísticos” que, em 2020, aconteceu em dois Centros de Ressocialização Femininos e foi ministrado pela nutricionista a Maria Luiza Rodrigues da Silva.







As reeducandas aprenderam técnicas variadas para confecção de bolos artísticos, além de participarem de conversas sobre como tornar esta vivência uma opção de trabalho. Com essa experiência, as participantes reuniram conhecimentos diversos, criando possibilidades para empreender no ramo da confeitaria especializada em bolos artesanais, vendendo e administrando os seus próprios produtos.

O projeto foi realizado entre os meses de fevereiro e março de 2020, antes do início da pandemia de Covid-19.

## DESCOBRINDO UMA PROFISSÃO na Penitenciária de Capela do Alto

Um reeducando voluntário, utilizando o seu conhecimento em corte de cabelo, ministrou aulas para 20 colegas da Penitenciária de Capela do Alto. O projeto “Descobrir uma Profissão” proporcionou aos participantes uma formação em corte de cabelo, para que eles possam utilizar os conhecimentos dentro da unidade prisional e assim gerar renda após ganharem liberdade. Com a intenção de levar o aprendizado a mais pessoas, foram formados oito multiplicadores do projeto.



*Estou com a minha autoestima alta, pois sempre tive vontade de aprender mais sobre o corte de cabelo, porque quando eu sair pretendo seguir essa profissão.*



*Conta um dos reeducandos que participou desse projeto.*

83%

tinham pouco ou nenhum tipo de conhecimento na área



83%

passaram a ter conhecimento alto ou muito alto no assunto



75%

diz que o projeto colaborou para o fortalecimento do vínculo com companheiros de unidade



79%

acreditam que o curso ajudará na recuperação e (re)inserção social após a liberdade



PESQUISA REALIZADA COM REEDUCANDOS DA PENITENCIÁRIA DE CAPELA DO ALTO

## ESCOLA DE CORTE DE CABELOS E PENTEADOS no Centro de Ressocialização Feminino de Piracicaba

A Escola Itinerante de Cabeleireiros Art Hair realizou voluntariamente três turmas do curso profissionalizante na área de beleza e estética, focado na área de corte de cabelo e penteados. Participaram do projeto 15 reeducandas.

## Projeto MÚSICA PARA ALMA na Penitenciária de Capela do Alto



Com o objetivo de ensinar conceitos básicos de violão, a Penitenciária Masculina de Capela do Alto, em São Paulo, realizou o projeto “Música para Alma”. Inicialmente, a ação tinha sido desenhada para as aulas serem dadas por um voluntário, mas por conta da pandemia, a unidade prisional ficou impossibilitada de aprovar a entrada do professor e o projeto foi reinventado: um reeducando com o conhecimento deu as aulas aos colegas.

Foram duas turmas com oito reeducandos. Todos puderam aprender sobre escrita musical, acordes, levadas rítmicas, entre outros aprendizados. A partir do curso saíram multiplicadores que darão sequência a iniciativa com novas turmas de 2021.

Os resultados da iniciativa foram positivos, 83% dos participantes apontaram que perceberam que o projeto contribuiu para a melhoria do convívio entre os companheiros da unidade, além da evolução no bem-estar e crença na recuperação.

*“O projeto foi encorajador para os reeducandos, este investimento educacional e social na pessoa privada de liberdade aumentou a perspectiva de ressocialização e visão de futuro”,* relata Natália Costa Santos, Diretora do Núcleo de Trabalho da Penitenciária de Capela do Alto.

## **ORQUESTRANDO VIDAS** na Penitenciária de Taquarituba

Proporcionar o fortalecimento emocional psicológico pela musicoterapia e qualificar profissionalmente o reeducando, possibilitando a oportunidade de trabalho como músico e instrutor, é o objetivo do “Orquestrando Vidas”.

Com duas turmas, o projeto oferece, ao todo, uma formação em música para 30 homens privados de liberdade da Penitenciária de Taquarituba. Os reeducandos aprenderão a tocar instrumentos como violinos, violas e violoncelo.

## **SOM DA LIBERDADE** no Centro de Ressocialização de Sumaré

Ao encontrar um reeducando músico e terapeuta ocupacional que por 20 anos se dedicou em dar aula de músicas, o Centro de Ressocialização de Sumaré escreveu o projeto “Som da Liberdade”. A ação capacitará mais de 50 reeducandos, divididos em cinco turmas, em violão, baixo elétrico, cajon, bongo, teclado e bateria.

Com o projeto será possível formar um conjunto musical que se apresentará em eventos oficiais da unidade prisional. O objetivo é proporcionar ao reeducando participante a transformação cultural através do conhecimento básico da linguagem musical, de seus elementos teóricos e práticos, e da técnica do instrumento estudado, possibilitando ainda a atuação ao término do cumprimento de sua pena.

As aulas do projeto estão previstas para iniciarem em abril de 2021.

## **GERAÇÃO DE RENDA:**

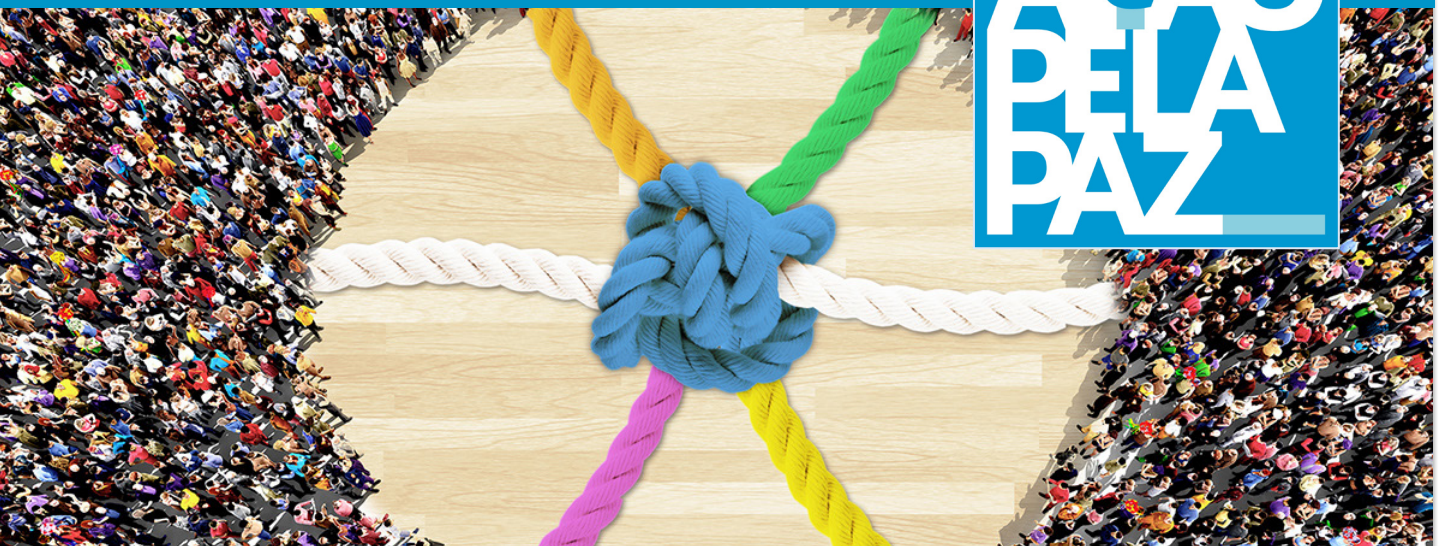
### **Projeto INTERLIGADOS, da FUNAP - Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel"**

O projeto “Interligados” foi proposto pela FUNAP - Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel", organização que contribui para a recuperação social do preso e para a melhoria de suas condições de vida, oferecendo estudo, qualificação, aprendizado profissional e oportunidade de trabalho remunerado. A ação fomentou a qualificação profissional, geração de renda e sentimento de responsabilidade social dos reeducandos que confeccionaram 500 mil máscaras de proteção que foram doadas para hospitais e comunidades em geral, reduzindo riscos de transmissão do coronavírus.

As máscaras produzidas foram adquiridas pelo Instituto Ação Pela Paz, que doou à Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, e foram utilizadas no projeto “Ação Alimento Solidário”, compondo as cestas básicas distribuídas às famílias em vulnerabilidade social residentes em comunidades de São Paulo.

Participaram do projeto 60 reeducandos de duas unidades prisionais do estado de São Paulo.

Integrando esforços  
do Estado e  
sociedade civil pela  
recuperação humana  
e social de pessoas  
privadas de  
liberdade e egressas  
do sistema penal.



Por conta da pandemia de Covid-19, que atingiu todo o mundo, algumas ações apoiadas pelo Instituto Ação Pela Paz precisaram passar por readequações. Outros projetos tiveram suas atividades suspensas, visando preservar a saúde das pessoas envolvidas.

Aqui listamos os projetos já estruturados que foram interrompidos, mas estão prontos para serem reativados quando essa maré passar. A retomada deve ocorrer quando tivermos a segurança para por em prática as dinâmicas com contato presencial.

---

## **Curso de CORTE DE CABELO no Centro de Detenção Provisória de Capela do Alto**

Por meio de voluntários da Escola Itinerante de Cabeleireiros Art Hair, reeducandos do Centro de Detenção Provisória de Capela do Alto iriam receber a formação de corte de cabelos, por meio de aulas práticas e teóricas e, de cada turma, um aluno seria formado como multiplicador. Além dos conteúdos específicos, o projeto ofereceria rodas de conversas sobre o mercado de trabalho, dando suporte e preparando os reeducandos para quando eles ganharem a liberdade. O projeto está paralisado por conta da pandemia.

## **Curso de MANICURE, PEDICURE E UNHAS ARTÍSTICAS no Centro de Ressocialização Feminino de Piracicaba**

Inviabilizado por conta da pandemia do coronavírus, o curso de manicure, pedicure e unhas artísticas tinha o objetivo de formar 10 reeducandas do Centro de Ressocialização Feminino de Piracicaba nesta área de beleza e estética. A ação necessitava de uma facilitadora externa.

## **Curso PANIFICAÇÃO BÁSICA no Centro de Ressocialização Feminino de Piracicaba**

O curso de Panificação Básica que foi iniciado no Centro de Ressocialização Feminino de Piracicaba tinha o objetivo de contribuir com o desenvolvimento profissional e pessoal das reeducandas, cooperando com o aumento das possibilidades de geração de renda, colaborando para a diminuição da reincidência criminal em nosso país. O projeto era ministrado pela nutricionista Maria Luiza Rodrigues da Silva e estava formando 15 reeducandas em panificação básica, mas depois das primeiras aulas ele precisou ser paralisado por conta da pandemia de Covid-19.

## **Projeto CACTO, no Centro de Progressão Penitenciária de Hortolândia**

O projeto “CACTO: Cultura e Arte Como Transformadores Objetivos” utiliza do recurso de linguagem da arte como instrumento mediador da reintegração social, do desenvolvimento reflexivo e da ressignificação da identidade dos indivíduos em situação de cárcere. A ação utiliza o recurso do grafite como mediador de um vínculo e de um diálogo entre os participantes do grupo e os facilitadores, formados por psicólogos e artistas. A partir disso, seria realizado um painel coletivo no pátio dos raios do Centro de Progressão Penitenciária de Hortolândia, feitos por três grupos, com 15 reeducandos em cada, proporcionando a participação de 90 pessoas. Infelizmente o projeto não pode acontecer devido à pandemia de Covid-19.

## **Projeto LEITURA ATIVA na Penitenciária Feminina de Santana**

O projeto “Leitura Ativa” existe há alguns anos e desde 2019 recebe apoio do Ação Pela Paz para acontecer na Penitenciária Femina de Santana. A meta em 2020 era realizar 36 encontros, com 50 participantes, porém ele foi paralisado por conta da pandemia.

## **SEMEANDO SONHOS, DESPERTANDO POSSIBILIDADES**

Um olhar mais amplo para a vida que leva a uma compreensão capaz de acionar mecanismos internos em busca da mudança é a essência do projeto “Semeando Sonhos, Despertando Possibilidades”. O objetivo da iniciativa é facilitar um processo de empoderamento dos reeducandos de forma a possibilitar reflexões críticas sobre sua condição, sua história pessoal e contribuir na construção de possibilidades para o futuro. A ação iria ser realizada nos Centros de Ressocialização Feminino de Piracicaba e de Rio Claro, porém, como ele necessita da entrada dos mediadores do projeto na unidade, foi paralisado por conta da pandemia.

## A BUSCA PELA PAZ INTERIOR E O AUTOCONHECIMENTO

“Acreditar em si, se amar... é necessário procurar o lado positivo das coisas, não só os negativos, pois lutas e batalhas a gente sempre terá na vida, mas se olharmos só para os problemas nos afundamos cada vez mais”, reflete Adriana Fortunato, egressa do sistema prisional.

Adriana ganhou liberdade em novembro de 2020. Seu relato, pertinente a qualquer pessoa, independentemente de sua história, se baseia na experiência vivida ao longo de sua passagem pelo Centro de Ressocialização Feminino (CRF) de Piracicaba, no interior de São Paulo, onde conheceu o projeto “Paz no Coração, Liberdade na Prisão”.

Buscando vencer uma depressão, Adriana consultou diversos psicólogos e psiquiatras. A ajuda foi muito importante, mas ainda faltava algo para contornar a sensação de abismo que tomava seus pensamentos. Em uma consulta com Celeste Abamonte, então diretora da unidade, ela teve seu primeiro contato com o programa apoiado pelo Instituto Ação Pela Paz.

A iniciativa é da terapeuta integrativa e voluntária Rita Duenhas, que, ao lado de pessoas engajadas na causa do autoconhecimento, criou uma série de 21 dias de meditação e palestras para pessoas privadas de liberdade.



Foto: divulgação

“Integrar algo que possa transformar a vida das pessoas, fazer com que elas a repensem e tracem um novo rumo foi o que me impeliu a realizar esse trabalho”, explica Rita, que teve a ideia para elaborar o conceito do conteúdo no início da pandemia de Covid-19.

A crise sanitária, enfrentada por todo o mundo, resultou em diversas limitações no contato entre as pessoas. Um deles foi a interrupção de visitas nas unidades prisionais, o que acendeu em Rita o alerta para a saúde mental dos reeducandos.

Para evitar a propagação do vírus, o projeto foi elaborado de forma virtual, trazendo vídeos conduzidos por meditadores voluntários, com o objetivo de desenvolver uma consciência maior sobre o “eu” interno de cada beneficiário. O foco é proporcionar o equilíbrio físico, mental e espiritual, auxiliando na transformação interior e conseqüentemente o exterior.

“Eu preciso reconstruir a mim a cada instante”, diz Monja Coen, uma referência da cultura budista no Brasil, durante a abertura de um dos 21 registros audiovisuais do projeto. “Ter um tempo para respirar, se perceber e ser levado mentalmente e espiritualmente para lugares que o participante nem imaginava poder ir é um bálsamo para a alma”, sintetiza Rita.

Na prática o projeto funciona de forma simples, mas com uma estrutura bem amarrada para alcançar o bem-estar de todos os envolvidos. Antes de iniciar as sessões, a unidade nomeia uma pessoa, podendo ser reeducando ou policial penal, para ser o monitor “acolhedor”, que também fica responsável pela troca de mensagens via cartas entre internos e voluntários.

“Cada carta que recebemos é como a visita de um ente querido”, relata uma das participantes. “A experiência das cartas têm sido um presente para cada voluntário parar, se solidarizar e passar palavras de esperança e otimismo, isso nos abastece de amor, luz e esperanças”, compartilha Rita.

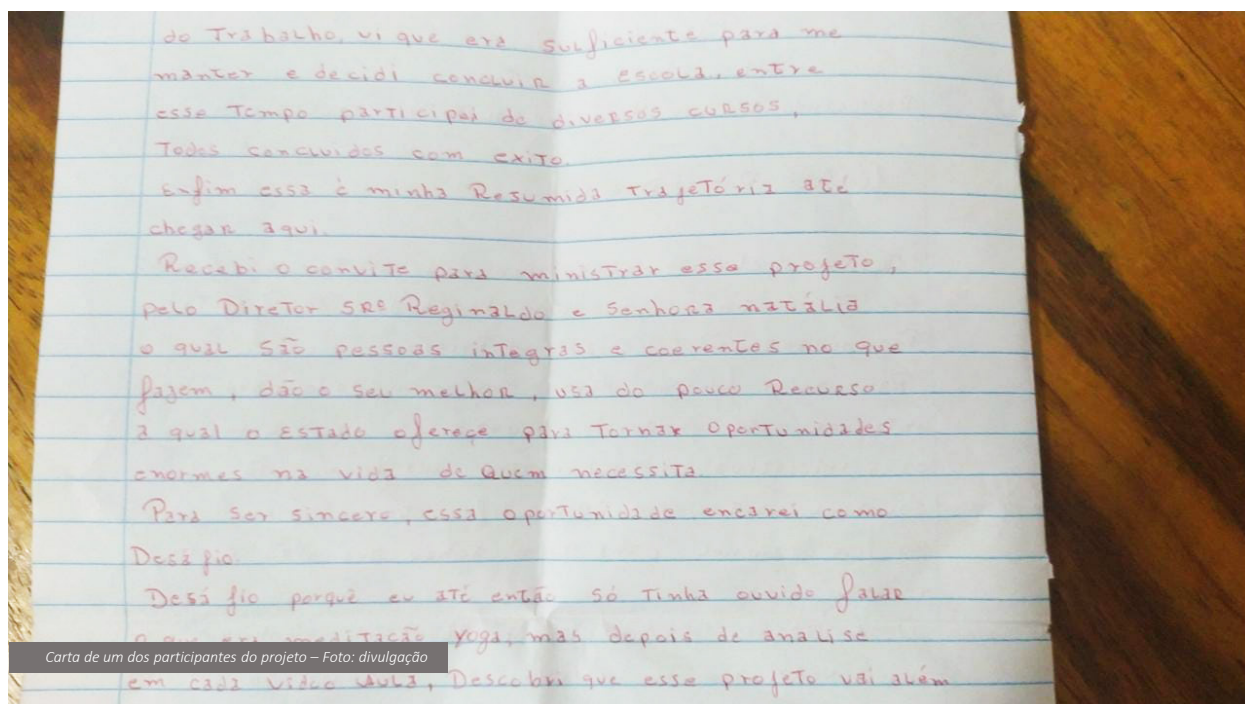




## A PAZ COMEÇA EM MIM

O nome “Paz no Coração, Liberdade na Prisão” pode soar contraditório para alguns, mas Claudiano Francisco da Silva, Coordenador Pedagógico da Penitenciária Dr. Antônio de Souza Neto, em Sorocaba (SP), enxerga nele um reflexo dos benefícios do projeto na rotina dos reeducandos.

“Eu os percebi mais calmos e tranquilos, refletindo sobre as ações e, de alguma forma, buscando levar o aprendizado para a rotina do dia a dia. Aqui nós promovemos uma partilha em grupo a respeito de situações do convívio e é notável que eles estão mais aplicados e mantendo melhor o foco na recuperação”, destaca Claudiano, que atua no sistema prisional desde 1994.



Carta de um dos participantes do projeto – Foto: divulgação

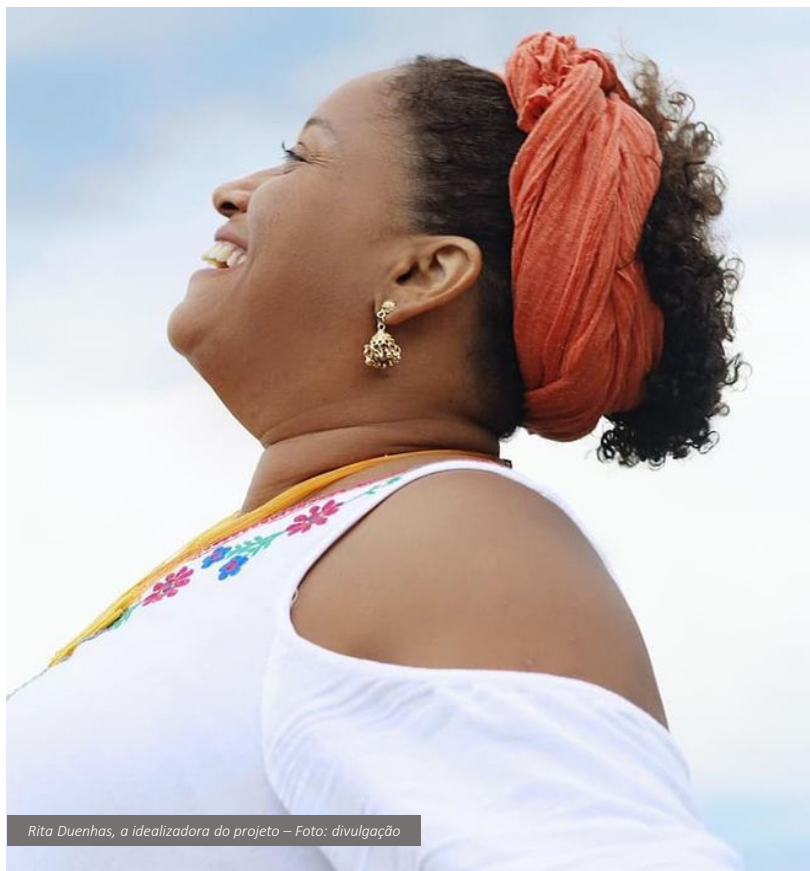
A rotina da PII de Sorocaba, como é conhecida a unidade prisional localizada no interior de São Paulo, mudou de forma positiva. “A ansiedade está mais controlada. Hoje eles assumem melhor os próprios erros e há uma ponderação quando se diz respeito ao perdão. Nas cartas, eles expressam uma reconsideração nesse sentido”, afirma o pedagogo.

O relacionamento com a família é o que gera mais impacto, segundo Claudiano. Quando envolve parentes a emoção é mais aflorada e como consequência relatos de reconciliação são constantes. Uma percepção parecida também é frisada por Maria Regina Ferreira, psicóloga do Centro de Detenção Provisória (CDP) de Sorocaba.

“O ponto mais sensível que o projeto aborda é o arrependimento, a consciência de culpa. Ao raciocinar sobre o ato feito, eles refletem em relação ao passado, o que gera otimismo em todas as áreas da vida. Os participantes começam a pensar no futuro, criando bastante sensibilidade na questão da afetividade e empatia”, diz Regina.

Para ela, o projeto toca mais profundamente se comparado a outros que já trabalhou e ressalta que a ação “mexe com as emoções sem agredir, somente aceitando e acolhendo a pessoa. Ele não só ensina, mas faz pensar e refletir”.

A psicóloga também lembra que a adesão foi grande. “Acreditava, antes de iniciar as atividades, que muitos poderiam não aceitar a ideia por interpretarem alguma questão ligada à religião, pois muitos integrantes são da doutrina evangélica, mas isso nunca foi uma barreira. Eles entenderam que a meditação é algo além disso”, conta Maria Regina.



Claudiano relembra os depoimentos de participantes reiterando a importância do programa. “Muitos chegam até mim, desabafam e afirmam que sem determinada palestra talvez não tivesse conseguido alcançar um objetivo específico”, conta o Coordenador.

Em 2020, o “Paz no Coração, Liberdade na Prisão” foi implementado em oito unidades prisionais do estado de São Paulo, revelando uma motivação das diretorias penitenciárias e centros de ressocializações em projetos psicossociais.

“Penso que o autoconhecimento e o controle emocional são ferramentas fundamentais para usarmos no decorrer de nossas vidas”, comenta Celeste.

Ao longo dos anos, Claudiano teve a oportunidade de conhecer alguns ensinamentos orientais e hoje consegue desempenhar seu papel na disseminação do projeto com conhecimento de causa. Em sua percepção, a prática desses exercícios o ajuda a ser uma pessoa melhor.

O Coordenador Pedagógico da PII de Sorocaba enfatiza que a meditação “não é só adquirir uma consciência corporal, mas ter também uma experiência no convívio com outras pessoas e aprender a respeitar e valorizar outros meios, inclusive a natureza. Isso traz o olhar para si e ao outro. É enxergar ao seu redor”.

Uma reeducanda do CRF de Piracicaba resume o impacto positivo desse trabalho ao recordar um pouco da sua rotina. “Lá na ala, toda vez que começa uma confusão, eu logo grito: ‘ei, mulherada, a paz começa onde?’ e todas respondem: ‘em mim’”.

# APOIO À PESSOA EGRESSA PRISIONAL

Assistência	nº de projetos	nº de oportunidades geradas e efetivadas
EDUCAÇÃO	2	3
GERAÇÃO DE RENDA	5	524
PSICOSSOCIAL	1	12
TOTAL GERAL	8	539

## RESUMO DOS PROJETOS:

### GERAÇÃO DE RENDA

#### Instituto Recomeçar SP

O Instituto Recomeçar é uma organização da sociedade civil criada para contribuir com a (re)inclusão social da pessoa egressa do sistema prisional na comunidade, gerando impacto social na redução da reincidência criminal no Brasil. O Recomeçar visa a moralização e conscientização sobre esse tema, visando o desenvolvimento pessoal, como cidadão, na geração de renda e com apoio psicossocial. Fundado por Leonardo Precioso, líder social que passou pelo sistema prisional, o Recomeçar é apoiado pelo Ação Pela Paz desde 2018.

515 pessoas foram cadastradas no banco da organização em 2020, sendo que:

175

passaram pela  
jornada de  
desenvolvimento

25

destes foram  
contratados

13

empregados no  
regime CLT

3

prestam  
serviço como MEI

8

atuam como  
cooperados



DESSE TOTAL, APENAS 3 FORAM DESLIGADOS

## Instituto ResponSA

O ResponSA é uma organização da sociedade civil que se caracteriza como uma agência de empregos social para as pessoas egressas do sistema prisional. Fundada em 2017 pela assistente social Karine Vieira, que já passou pelo sistema prisional, a organização recebe apoio do Ação Pela Paz desde sua fundação em 2018.

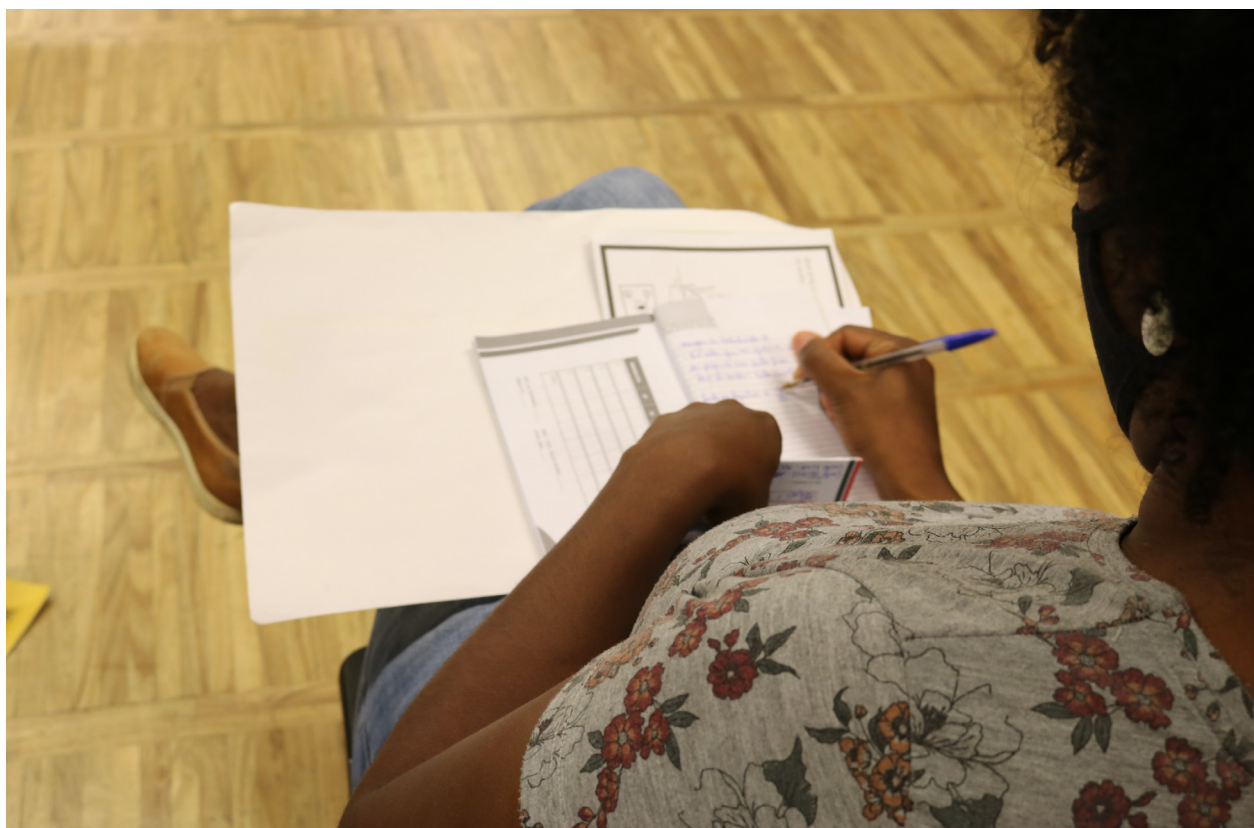
*“Pela expertise que temos com as pessoas egressas, esse processo todo dá muito certo. Percebemos que, quando a escolha da pessoa para a oportunidade parte de nós, há menos desligamentos e elas tendem a permanecer mais nas vagas e isso é positivo”, explica a fundadora Karine Vieira.*



*Gratidão pelo grande ensinamento que recebi de todos os membros do Instituto Ação Pela Paz. Me sinto acolhida, valorizada e, acima de tudo, parte de um todo. Hoje vejo vocês fazerem esse trabalho tão significativo dentro do sistema prisional e junto aos egressos, a preocupação com cada ponto, a unidade de ideias para melhorar a vida dos desvalidos*



*Conta Aglaê Ruth Silva Leopoldo, egressa do sistema prisional, parceira do Ação Pela Paz e atendida pelo Instituto ResponSA.*



## EMPREENDEDOR DE RESPOSTA

A Agência Besouro desenvolveu uma metodologia chamada “*by necessity*” (por necessidade), que em 11 módulos, durante seis dias, leva o aluno a uma jornada para a abertura de seu próprio negócio com pouco ou zero custo, utilizando o que a pessoa sabe fazer, como cozinhar, fazer as unhas, cortar cabelo, entre outras possibilidades de trabalho.

O sonho do empreendedor é o ponto de partida, exercitando a criatividade, noções de finanças, vendas, fluxo de caixa, criação da marca própria e comunicação. A entrega é de um plano para um micro ou pequeno negócio pronto para a execução.

Em parceria com o Resposta e o apoio do Instituto Ação Pela Paz, o formato chegou às pessoas egressas do sistema prisional.

*“Quando falo em empreendedorismo, falo na capacidade de resiliência e de criar soluções para algo não tátil, que só se pode sentir, na pele, de quem já foi recluso da sociedade em algum momento. Ou seja, se reinventar, se virar para gerar sua própria renda de forma lícita e buscar seu espaço no mercado de trabalho”, diz Vinicius Mendes Lima, presidente da Besouro e criador da metodologia. O projeto foi adiado para 2021 devido a pandemia e seu resultado será publicado no relatório de atividades do ano que vem.*

Em 2020, o Resposta teve:



## RECEITAS PARA VIDA

A ONG Mensageiros da Esperança existe há 22 anos e possui a missão de capacitar, desenvolver e empoderar pessoas em vulnerabilidade social, com foco em jovens e nas mulheres das periferias de São Paulo, por meio da educação, do empreendedorismo e da sustentabilidade com várias capacitações e ações afirmativas.

Em 2020 apoiamos a organização para realização do projeto “Receitas para a Vida” que capacitará, em 2021, 15 pessoas egressas do sistema prisional e familiares na área de gastronomia e empreendedorismo. Além disso, acontecerá semanalmente um grupo de apoio psicológico e de constelação familiar para que sejam trabalhados aspectos interiores dos beneficiários pelo curso.

Os alunos, ao final das aulas, participarão de uma banca para apresentar e mostrar seus conhecimentos. Além disso, gravarão um vídeo falando sobre suas ideias de negócios. Para os participantes com melhores desempenho e que possuam interesse em empreender na área, o projeto dará um apoio financeiro para que eles deem seus primeiros passos.



### Associação Nova Rota

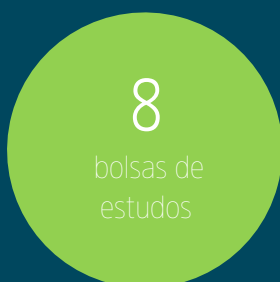


A Associação Nova Rota foi criada em 2020 por três ex-alunos de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e oferece bolsas de estudos, mentoria, acompanhamento psicológico e ajuda de custo à pessoas egressas do sistema prisional. O Ação Pela Paz acompanhou e apoiou a criação desta importante iniciativa que gera oportunidades educacionais para oito pessoas.

*“Nós vimos na educação e na capacidade de mobilizar a sociedade civil uma abertura para poder dar oportunidade de educação e otimizar, no curto prazo, potencialidades de pessoas egressas. Queremos que essas oportunidades de educação reduzam o nível de encarceramento e a taxa de retorno ao cárcere após o cumprimento da pena”, afirmam Leandro Felix e Vitor Jardim Barbosa, fundadores e diretores do Nova Rota.*

O apoio a organização Nova Rota foi realizado em 2020 e continua até maio de 2021.

Em 2020, a Associação Nova Rota apoiou:



8  
bolsas de  
estudos

+ mentoria

+ apoio  
psicológico  
individual



## Constelação Familiar

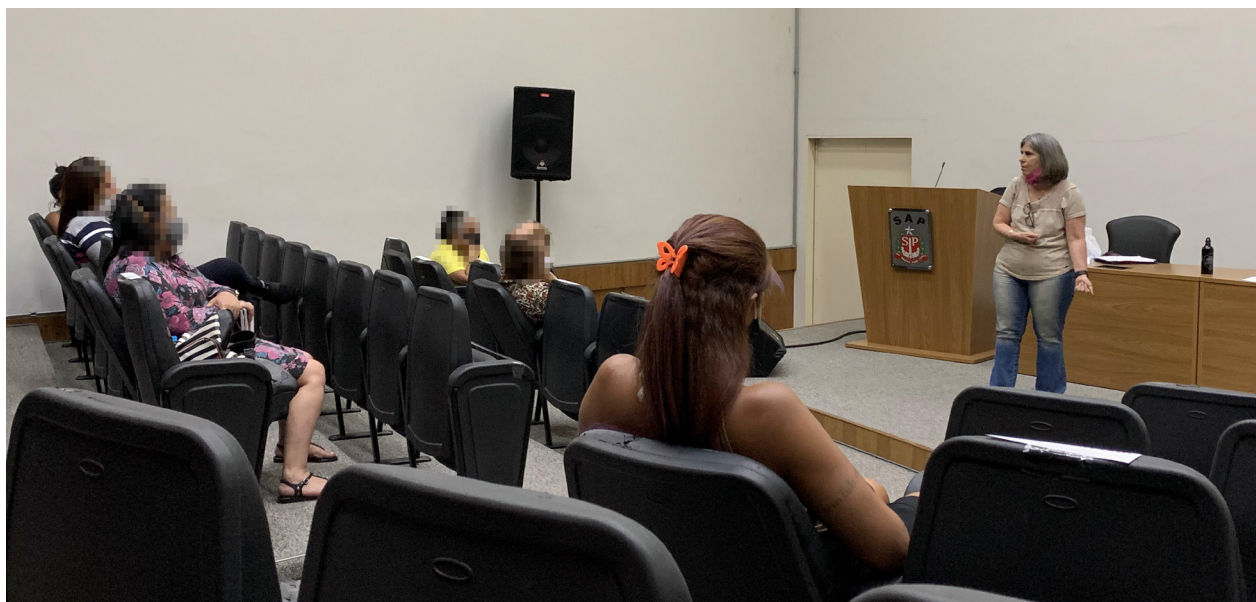
A consteladora familiar Regina Borowski Tedeschi e sua assistente, a psicóloga Maria Isabel Campanha, realizaram dois grupos de Constelação Familiar formados por egressos do sistema prisional e familiares de pessoas privadas de liberdade, em parceria com a organização Resposta e a CAEF – Centro de Atenção ao Egresso e Família, departamento ligado à Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.



*Por meio do trabalho de meditação e exercícios sistêmicos, cada participante sente em seu corpo o que é lidar com suas crenças, com sentimentos aflitivos como a raiva, o inconformismo e, também, com a alegria, a leveza, a esperança das experiências construtivas já realizadas.*



*Explica Regina Borowski Tedeschi.*



*Acreditamos que o projeto possibilita aos participantes esse momento de repensar nessa atualidade, nessa nova demanda das relações pessoais e profissionais.*



*Relata Wilson Barthiman, Psicólogo de São Paulo.*



# PROJETOS EM OUTROS ESTADOS

## APOIO AO PODER PÚBLICO

Assistência	nº de projetos	nº de oportunidades geradas e efetivadas
Psicossocial		
MA	1	0
MS	1	0
Nacional	1	0
RN	1	1.515
Educação		
MG	1	0
RN	2	30
Geração de Renda		
MS	1	0
<i>Total</i>	8	1545

### RESUMO DOS PROJETOS:

#### CONEXÃO DO AFETO no Mato Grosso do Sul

Como uma alternativa para os reeducandos das unidades prisionais do Mato Grosso do Sul manterem contato com seus familiares em tempos de pandemia, a AGEPEN (Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário) realizou o “Conexão do Afeto”, projeto que faz videochamadas, assistidas por servidores das unidades prisional, entre as pessoas privadas de liberdade e seus familiares.

A parceria com o Ação Pela Paz contribuiu para equipar dez unidades prisionais do estado para iniciarem as visitas virtuais, beneficiando **5 mil** reeducandos.

## EDUCAÇÃO DIGITAL no RN

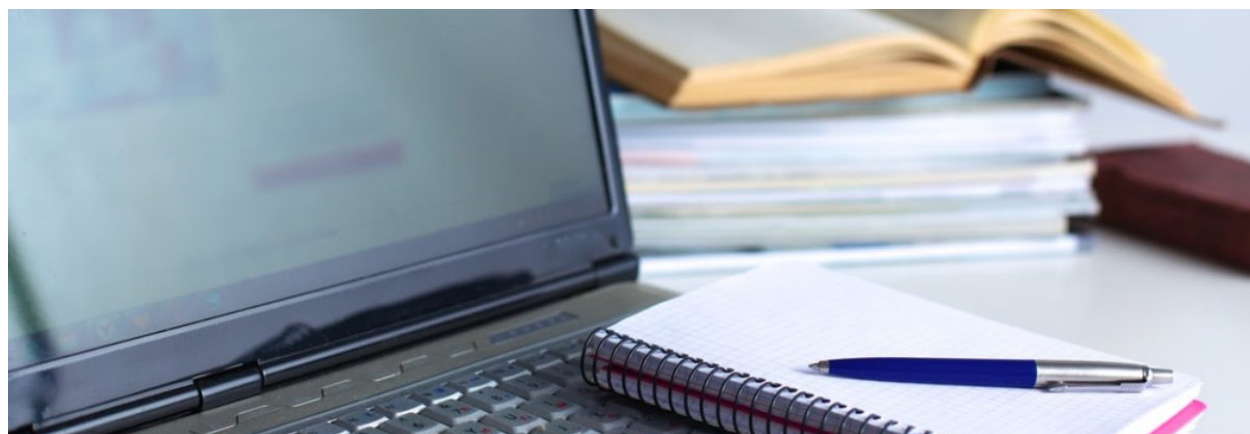
O projeto “Educação Digital” visa capacitar os recuperandos em cursos livres e profissionalizantes na modalidade à distância. Em parceria com Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), SENAI, SENAC e Instituto Ação Pela Paz, os reeducandos da APAC (Associação de Assistência e Proteção aos Condenados) de Macau (RN) participaram dos cursos de “Estrutura e Funcionamento do Sistema de Justiça Criminal, Direitos Humanos e Direitos da Pessoa Privada de Liberdade”, ministrado por alunos da UFRN, além de dois matriculados na formação de “Auxiliar de Secretaria Escolar” do IFRN. Também foram criadas duas turmas, com seis recuperandos cada, para acessarem as plataformas de EAD do SEBRAE e SENAC por meio de notebooks, doados pelo Ação Pela Paz.

*“A aquisição dos notebooks, por meio do Instituto Ação Pela Paz, permitiu não só o acesso à educação, como também a realização de visitas aos familiares dos reeducandos por videoconferência com maior privacidade e qualidade”, diz Leonardo Alves, encarregado da Segurança e Disciplina da APAC de Macau.*

## Educação nas Prisões em MG – EDUCAPAC

A unidade masculina da APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) de São João Del Rei (MG) possui 350 recuperandos na unidade. Destes, 70% estão matriculados no ensino regular, na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) e aproximadamente 20% já cursam o ensino superior e profissionalizante na modalidade educação à distância, a partir de parcerias firmadas com Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Grupo Educacional Kroton, Faculdade Arnaldo Janssen e Centro de Profissionalização e Educação Técnica CEPET PROSPERE.

Com o objetivo de melhorar o ensino e proporcionar aos reeducandos um espaço de estudo com materiais de qualidade e, assim, aumentar a oferta de cursos e alcançar mais pessoas no local, a APAC de São João Del Rei fez o projeto “EDUCAPAC” no qual o Ação Pela Paz doou 25 novos computadores para as salas de informática. Além dos atuais estudantes, atenderá outros beneficiários com cursos de informática básica para que possam, no futuro, acessar aulas online profissionalizantes e graduações.



## FEIRA DO ARTESÃO LIVRE no MS

A “Feira do Artesão Livre” é realizada há cinco anos, possui 12 edições e tem como objetivo divulgar o trabalho artesanal produzido no interior das unidades penais do Mato Grosso do Sul, valorizando o esforço da pessoa privada de liberdade em sua recuperação para o retorno ao convívio social.

Com peças exclusivas, entre tapetes, esculturas, quadros, crochê, arte em tecidos, entre outras, confeccionadas por detentos de cinco unidades prisionais de Campo Grande, a feira foi reinventada em 2020 e realizou sua primeira edição na versão virtual em dezembro, aproveitando as festividades natalina. O evento aconteceu por meio do *WhatsApp Business*, no qual foram colocados o catálogo de produtos e o número divulgado em grupos da região. Os valores das vendas serão revertidos para o próprio reeducando artesão.



*“A parceria entre Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e o Ação Pela Paz permitiu que realizássemos, com sucesso, a 12ª Feira do Artesão Livre em Campo Grande, em dezembro, no formato virtual, fazendo com que vários internos de regime fechado e semiaberto pudessem expor e comercializar os produtos que confeccionam enquanto cumprem pena, abrindo caminho à ressocialização”,* comenta Jiskia Sandri Trentin, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e idealizadora do projeto.

## TRABALHANDO A LIBERDADE na SEAP-RN

Estruturada na sede da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária do Rio Grande do Norte (SEAP-RN), a oficina itinerante realiza trabalhos de reparos em unidades prisionais do estado com mão de obra do reeducando em regime semiaberto ou aberto que, ao trabalhar no local, ganham remição de pena, além do salário.

A equipe responsável pelo setor de Engenharia e manutenção da SEAP, junto à secretaria, desenvolveu o “Trabalhando a Liberdade”, projeto que capacita outras pessoas privadas de liberdade em manutenções gerais e podendo, assim, beneficiar mais pessoas e unidades prisionais e outros espaços públicos com seus trabalhos. 30 reeducandos participaram do projeto que, além da formação e do ofício, receberam acompanhamento psicossocial.

## TELEVISITAS no RN

O projeto “Televisitas” buscou estruturar salas para visitas virtuais nas unidades prisionais do estado do Rio Grande do Norte, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), nas quais foram desenvolvidas visitas virtuais entre a pessoa privada de liberdade e seus familiares, como uma forma de melhor atender e garantir seus direitos fundamentais. Durante 2020, foram 3.309 visitas online em 15 unidades prisionais potiguar.

## TODOS PELA SAÚDE no Brasil inteiro

O programa “Todos pela Saúde” é um projeto do Grupo Itaú Unibanco e teve como uma de suas frentes a doação e distribuição de 2.594.350 máscaras de pano para todo o sistema prisional brasileiro, apoiando na proteção contra o contágio da Covid-19. Todos os servidores das unidades prisionais receberam cinco máscaras e cada pessoa privada de liberdade ganhou um kit com três.

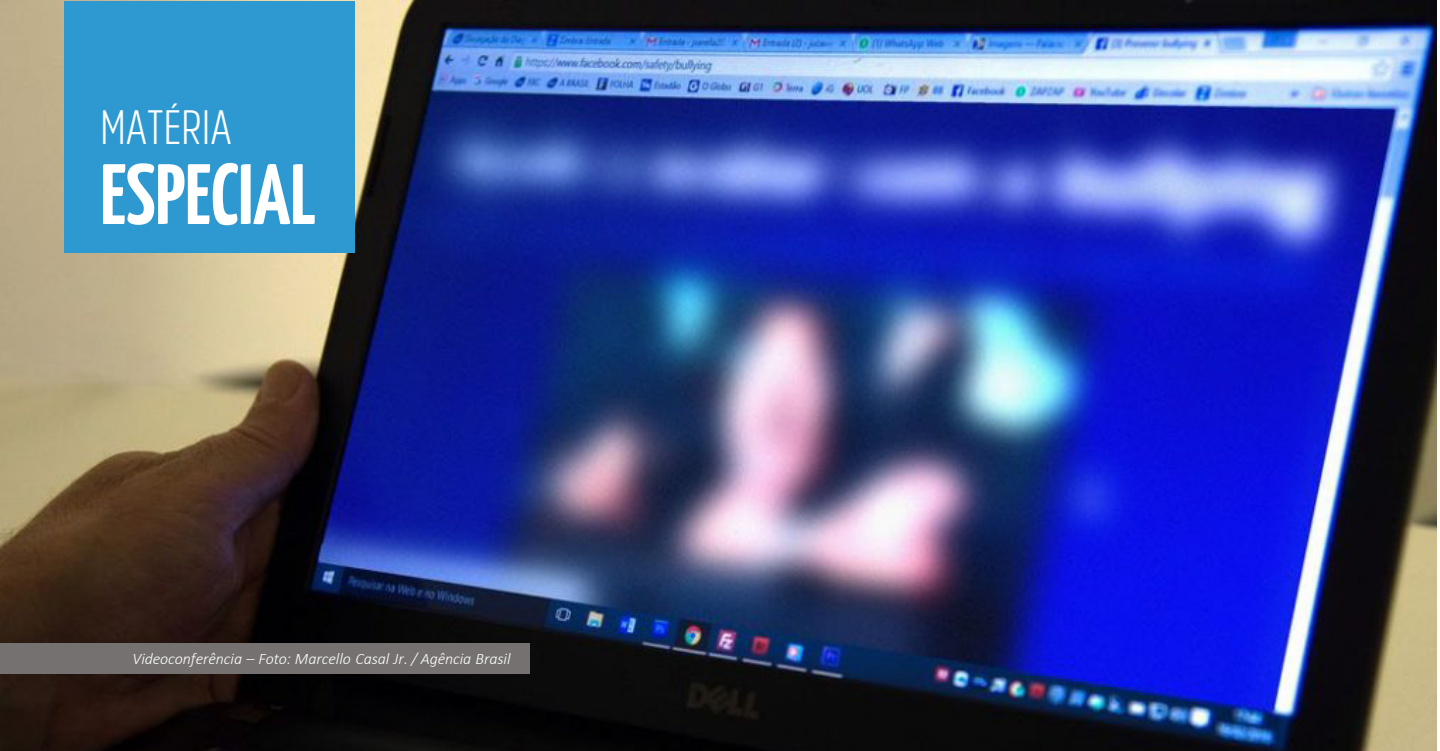
Para auxiliar a ação, foi montada uma comissão com pessoas e instituições engajadas com o público-alvo, como Dr. Draúzio Varella, o Conselho Nacional do Ministério Público, o DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional), Itaú Unibanco e o Instituto Ação Pela Paz, que ficou responsável pela prestação de contas do projeto e acompanhamento das entregas em todos os estados.

*“Estamos todos empenhados e aprendendo com a epidemia. E essa necessidade criou uma premência de organização coletiva. Isso ficará como um legado”, explica o médico e escritor Drauzio Varella.*



## VISITA VIRTUAL no MA

O primeiro projeto de visita online entre reeducandos e seus familiares que apoiamos foi o “Visita Virtual” no Maranhão. O estado é composto por 45 unidades prisionais comuns e sete APACs (Associação de Assistência e Proteção aos Condenados) que atendem mais de 12 mil pessoas. A iniciativa viabilizou que as visitas sociais regulares, na modalidade presencial, fossem substituídas, temporariamente, pela virtual, para ajudar a conter a disseminação da Covid-19 e evitar exposição da já fragilizada população carcerária.



Videoconferência – Foto: Marcello Casal Jr. / Agência Brasil

## **VISITA VIRTUAL ASSISTIDA: UMA RELAÇÃO REAL**

“Há três meses eu não tinha contato com a minha filha. Agora eu posso vê-la, falar com ela”, desabafa emocionado um dos beneficiados pelo projeto Visita Virtual Assistida no Maranhão. A ação, implementada em 2020, trouxe a possibilidade de pessoas dentro do sistema prisional estreitarem o contato com seus familiares por meio de videochamadas.

O programa foi criado como uma maneira de contornar os impactos gerados pela pandemia de Covid-19, que obrigou entidades de todos os seguimentos a limitar o acesso presencial com o objetivo de evitar a propagação do novo coronavírus.

Nesse período, 58 unidades prisionais, espalhadas pelos estados do Maranhão, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte e São Paulo, aderiram ao programa. Com o apoio do Instituto Ação Pela Paz, que auxilia na organização das etapas e com o aporte em equipamentos tecnológicos, quase 12 mil pessoas foram beneficiadas pela iniciativa.

“O surgimento da possibilidade do acesso ao mundo externo, através das televisitas, foi fundamental e contribui muito para a harmonia dentro das unidades”, enfatiza Alcineia Rodrigues dos Santos, Coordenadora do Departamento de Promoção à Cidadania do Rio Grande do Norte.

A ideia, inicialmente focada em permitir a manutenção das relações entre as pessoas privadas de liberdade e parentes durante o período de distanciamento, se expandiu e surge como perspectiva de uma via de socialização permanente.

Para Murilo Andrade, Secretário Estadual de Administração Penitenciária do Maranhão, “a ideia é, após passar a pandemia, continuar tendo a visita social virtual como uma forma alternativa dos visitantes estarem com seus entes”.

A concepção do projeto e o seu futuro são claros no balanço de Murilo. “Em parceria com entidades da sociedade civil, nós conseguimos a doação de vários equipamentos, por meio do Ação Pela Paz, e conseguimos implantar (o projeto) já na rede metropolitana. Agora, partimos para o interior e vamos atender 100% dos internos”, destaca.

Solange Senese, Diretora Executiva do Instituto Ação Pela Paz, compartilha da visão do secretário em relação à união entre o poder público e a sociedade civil para a realização de tratativas focadas em soluções com potencial de se tornarem políticas públicas.

Para a gestora, essa ação pode ter resultados relevantes que serão observados futuramente. “Acreditamos que a valorização dos vínculos entre a pessoa privada de liberdade e seus familiares poderá impactar na redução da reincidência criminal”, explica Solange.



“O humano é um ser que prioriza o toque, o contato. Eu acho que isso não tem como ser deixado de lado, mas o virtual trouxe a oportunidade de alcançar uma geografia muito maior”, explica Alcineia. “Pessoas que há tempos não recebiam visitas, pois seus familiares moram distantes ou possuem dificuldades financeiras para se deslocarem, sanaram essa falta”, pontua.

Na análise da coordenadora Alcineia, as melhorias são evidentes. Evitar o desgaste para o visitante e até uma evolução disciplinar dos beneficiários são alguns dos pontos positivos notados ao longo dos últimos meses. Outro item que teve o impacto favorável com essa mudança é o atendimento dos advogados e defensores públicos, que ganhou mais dinamismo e rapidez.

Mas para os residentes de unidades prisionais, a condição mais importante é o aconchego familiar, que mesmo à distância se torna nítido. Para uma das beneficiárias, trata-se de uma oportunidade que traz alívio ao coração. Ela frisa: “A gente não sabe como estão acontecendo as coisas lá fora, o que se passa, como andam as nossas famílias. Então isso vem trazer uma tranquilidade. Saber que está todo mundo bem é uma oportunidade única”.

Assistência	nº de projetos	nº de oportunidades geradas e efetivadas
Apoio a Sociedade Civil		
MG	1	-
Geração de Renda		
PE	1	48
TOTAL	2	48

## RESUMO DOS PROJETOS:

### Fortalecimento FBAC

A organização internacional Porticus aprovou um investimento social para a FBAC (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados), que orienta, zela e fiscaliza a correta aplicação da metodologia e ministra cursos e treinamentos para a expansão de novas APACs (Associações de Proteção e Assistência aos Condenados). O trabalho do Instituto Ação Pela Paz é na construção, monitoramento e avaliação de resultados por meio de indicadores quantitativos e qualitativos do projeto para a Porticus, conjuntamente com a FBAC.

### Recomeçar - Expansão Pernambuco

O trabalho e metodologia do Instituto Recomeçar, que atua em São Paulo desde 2015, foi expandido para Pernambuco graças à parceria com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco (SJDHPE), por meio do Patronato, órgão público que apoia pessoas egressas no estado, e o Instituto Ação Pela Paz.

O projeto já cadastrou em seu programa:





*A Paz de todos  
é a sua Paz!*





## PROJETOS APOIADOS PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

De acordo com informações divulgadas pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em 2020 o Brasil alcançou o número de 759.518 pessoas privadas de liberdade e monitoradas eletronicamente. Com esses números o país permanece como a terceira maior população carcerária do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China.

Começamos o ano de 2020 com 10 projetos em monitoramento e mais sete novos em inicialização. No entanto, o mundo se deparou com uma de suas maiores dificuldades, uma pandemia, no qual o alastramento das infecções por Covid-19 forçou, de forma imediata, a alteração das rotinas de interação e convivência de toda a sociedade brasileira, não sendo diferente no sistema penitenciário.

Na tentativa de barrar os casos dentro das unidades prisionais, as atividades de educação e trabalho foram suspensas e foi preciso se reinventar para combater o tempo ocioso da pessoa privada de liberdade. Não sendo diferente, a equipe do Ação Pela Paz também teve de parar e avaliar o cenário. Nesse processo, ouvir nossos parceiros em suas demandas foi fundamental para criarmos algumas soluções em conjunto e com o objetivo de amenizar e precaver os efeitos nocivos do isolamento social.

Uma das soluções criadas foi apoiar projetos nos quais a própria pessoa privada de liberdade pudesse conduzir as atividades e compartilhar saberes com seus demais companheiros. Os projetos de demandas psicossociais com iniciativas de crochê, jogos, meditação e inteligência emocional, e os ligados à educação, como cursos na área da estética e de formação profissionalizante, possibilitaram aos seus participantes o desenvolvimento de novas habilidades, aumento no grau de aprendizagem, além de melhorias em seu sentimento de bem-estar, convívio com o outro e diminuição do estresse causado pela pandemia.

Diante das visitas presenciais suspensas e consciente da importância da família na recuperação da pessoa privada de liberdade, foram apoiados nos estados do Maranhão, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte e São Paulo projetos de visita virtual assistida, possibilitando a continuação do contato da pessoa privada de liberdade com seus entes queridos, mesmo de maneira remota. O formato de televisitas vem demonstrando que, além da valorização dos vínculos e a diminuição do estresse, foi possível também reconectar as relações familiares que estavam rompidas devido à distância física.



A atenção com a saúde esteve presente a todo momento ao longo do ano em iniciativas como o projeto “Todos Pela Saúde”, do Instituto Itaú com apoio do DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional), Comissão do Conselho Nacional do Ministério Público, CONSEJ (Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária) e Instituto Ação Pela Paz. O projeto possibilitou a doação de aproximadamente 2.594.350 máscaras de proteção contra a Covid-19 aos agentes penitenciários e pessoas privadas de liberdade, trazendo o sentimento de segurança aos beneficiários.

Com o mesmo cuidado e atenção com a saúde, o projeto “Interligados” proporcionou que a pessoa privada de liberdade pudesse compreender o valor do seu trabalho para a sociedade civil, no qual os participantes do projeto confeccionaram 500 mil máscaras que foram doadas às comunidades em situação de vulnerabilidade social do estado de São Paulo. A ação possibilitou aos participantes, além de benefício como a remição de pena, a importância do valor do trabalho na sua recuperação.

A importância do papel do agente penitenciário na recuperação da pessoa privada de liberdade, seu engajamento e sua parceria foram essenciais para os resultados alcançados nos projetos apoiados pelo instituto, sendo que os indicadores de melhora no bem-estar, melhora na autoestima, ampliação da cognição, valor do trabalho na recuperação, diminuição do estresse, melhora na disciplina e convívio, foram os indicadores mais citados durante os monitoramentos dos projetos de 2020.

## PROJETOS APOIADOS PARA PESSOAS EGRESSAS PRISIONAIS

A pessoa egressa do sistema prisional carrega a história de ter sido presa e realizado condutas que causaram danos à sociedade, rompendo com a lei e passando pelo mundo do crime. Temos observado que o grande desafio para as pessoas egressas que não desejam mais retornar à criminalidade tem sido sustentar a confiança em si, buscar apoio em seus grupos sociais e gerar resiliência perante a todas as dificuldades, vulnerabilidade e discriminações.

Essas circunstâncias geram aprendizados que se tornam experiências inspiradoras para os familiares e amigos da pessoa egressa, podendo contribuir ou interromper as possibilidades de envolvimento com o crime das pessoas de seus relacionamentos. Algumas pessoas egressas, geram desejo e motivação para apoiar outras pessoas egressas a mudarem suas vidas.

Os projetos que o Instituto Ação Pela Paz têm apoiado, além de fortalecerem uma rede de apoio e acolhimento para aqueles que saíram do sistema prisional, visa a geração de renda, a principal necessidade para a pessoa egressa. A maioria delas vive nas comunidades, ambiente onde a oferta de trabalho no crime é alta e sedutora.

Por isso, gerar oportunidade de trabalho, seja por meio de contratações ou empreendedorismo, é um caminho para a redução da reincidência criminal e criminalidade. Desta forma, as empresas possuem a força e capacidade para resgatar a dignidade de uma pessoa e apoiar para uma sociedade mais segura.

Nos monitoramentos dos projetos, percebemos que há muitas pessoas egressas com baixa escolaridade e que nunca trabalharam em empresas, o que dificulta a conquista de uma ocupação profissional. Grande parte delas, quando consegue um emprego, foca em seu desempenho e resultados. Porém, há questões de adaptações culturais em relação ao mundo do trabalho, mas as organizações que apoiamos, como o Resposta e Recomeçar, acompanham a pessoa egressa contratada e os líderes nas empresas para apoiá-los em qualquer tipo de situação.

É notável o processo de empoderamento da pessoa egressa quando ela supera suas dificuldades, se dedica ao trabalho, valoriza sua família, que também sofreu com o aprisionamento familiar. Ela aprende a lidar melhor com sua ansiedade, com seus relacionamentos e amplia sua visão de mundo.

Um dos desafios que identificamos é em relação a aderência e frequência em projetos que visam capacitações por motivos de "bicos", as pessoas precisam gerar renda para o próprio sustento ou da família. Outro desafio é o recurso do transporte para chegar nas capacitações presenciais ou internet quando ela ocorre online.

Outro ponto de dificuldade é em relação a aquisição do título de eleitor, sendo que apenas é possível obtê-lo quando finalizada a pena em regime aberto ou liberdade condicional, além de pagar a pena de multa. Empresas solicitam o título de eleitores para contratações e, nesse caso, isso se torna mais um empecilho para que a pessoa egressa possa gerar renda.

Em 2020, o esforço das organizações que apoiamos foi grandioso. A prioridade se tornou auxiliar as pessoas egressas com cestas básicas e adaptar os trabalhos que eram presenciais em conteúdos e plataformas para ensino à distância, destacando as demandas de inclusão digital e acessibilidade para esse público. Os projetos de empreendedorismo surgiram com força nesse momento de pandemia, pois a oferta de trabalho diminuiu e a necessidade de gerar renda foi preponderante.

## DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

### Política de Proteção aos Vulneráveis

Reforçamos nosso zelo em relação aos beneficiários atendidos pelos projetos que apoiamos, criando a nossa própria “Política de Proteção para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressos Prisionais”. No documento orientamos nossos colaboradores, proponentes, coordenadores de projetos e parceiros acerca das condutas e cuidados em relação às pessoas privadas de liberdade e egressas prisionais, identificando pontos de atenção com cada público, possíveis consequências e as formas de proteção, além de criarmos um canal de comunicação para violações dessa política.

### Lei Geral de Proteção de Dados

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) entrou em vigor no Brasil em 18 de setembro de 2020, sendo um marco legal que regulamenta o uso, a proteção e a transferência de dados pessoais no Brasil. A LGPD traz garantia de um maior controle dos cidadãos referente suas informações pessoais, exigindo o consentimento do usuário para coleta e uso dos dados, dando-o as opções para que possa visualizar, corrigir e excluir essas informações.

Desde as primeiras conversas sobre a LGPD, o Ação Pela Paz começou o trabalho de diagnóstico para entender quais eram os processos internos que devem receber cuidados. Com o apoio de uma consultoria externa sobre o assunto, iniciamos uma adequação para respeitar a lei e os dados que recebemos de nossos públicos de interesses.

## Podcast “Olhar Mais de Perto”

Após começarmos a ouvir histórias que nos emocionaram, criamos o podcast “Olhar Mais de Perto”, com a intenção de compartilhar com a sociedade temas relacionados à diminuição da reincidência criminal e como isso impacta na nossa segurança e vidas, apresentando de forma mais clara o universo da causa que atuamos. Em 2020 foram ao ar quatro programas, todos apresentados por Jayme Brasil Garfinkel, Cofundador e Presidente do Conselho do Instituto Ação Pela Paz.

Os temas abordados foram:

- “APAC: uma alternativa para o sistema prisional”;
- “Trabalho para egressos prisionais”;
- “Educação para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional”;
- “Terapias integrativas para pessoas privadas de liberdade”.

Em todos os programas recebemos convidados especiais que compartilharam conosco suas experiências, conhecimento e histórias. A eles, mais uma vez, agradecemos a participação!

Os programas estão disponíveis nas plataformas de streaming *Spotify* e *Deezer*, além de serem publicados também no *YouTube*.



The image shows two parts: on the left, a screenshot of the Spotify podcast page for "Olhar Mais de Perto" by Instituto Ação Pela Paz. It lists four episodes: #01 - APAC: uma alternativa para o sistema carcerário; #02 - Trabalho para egressos prisionais; #03 - Educação para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional; and #04 - Terapias Integrativas para Pessoas Privadas de Liberdade. On the right, a hand holds a smartphone displaying the Spotify player interface for the same podcast, with a QR code to the right. Below the QR code is the text: "Aponte a câmera do seu celular para o QR Code acima e acesse os programas no Spotify".

## Análise de Dados

Para compreender o que tende a apoiar de forma mais efetiva na (re)inclusão social da pessoa privada de liberdade e egressa prisional, foram iniciadas as análises de dados dos indicadores quantitativos dos projetos monitorados. A amostragem ainda é baixa para conclusões, mas a organização dos dados, análises preliminares e levantamentos de hipóteses do que tende a contribuir com a redução da reincidência criminal estão em desenvolvimento.

## BALANÇO FINANCEIRO 2020

Instituto Ação Pela Paz – IAP

CNPJ: 22.900.705/0001-06

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020

Em reais

Ativo	
Circulante	R\$ 4.172.507,66
Caixa e equivalentes de caixa	R\$ 4.172.496,84
Outros créditos	R\$ 10,82

Ativo não circulante	
Imobilizado	R\$ 29.787,69
Computadores e periféricos	R\$ 24.583,35
Equipamentos de comunicação	R\$ 164,75
Móveis e utensílios	R\$ 5.039,59

Intangível	R\$ 212.231,08
Software e licença de uso	R\$ 212.231,08

<b>Total ativo</b>	<b>R\$ 4.414.526,43</b>
--------------------	-------------------------

Passivo	
Circulante	R\$ 185.334,46
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	R\$ 181.005,01
Obrigações fiscais a recolher	R\$ 954,04
Contas a pagar	R\$ 3.375,41

Patrimônio líquido	R\$ 4.229.191,97
Patrimônio social	R\$ 6.394.504,64
Déficit acumulado	(R\$ 2.165.312,67)

<b>Total passivo do patrimônio social</b>	<b>R\$ 4.414.526,43</b>
---	-------------------------

  
Luiz Paulo Horta de Siqueira  
Diretor Geral

  
Ricardo Matsubara  
Contador - CRC 1SP183216/O-0

Instituto Ação Pela Paz – IAP

CNPJ: 22.900.705/0001-06

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em reais

Em operações continuadas

Receitas	
Contribuições de patrocinadores	R\$ 1.348.423,13

Despesas	
Despesas com pessoal	(R\$ 1.409.812,93)
Despesas com projetos	(R\$ 2.049.695,93)
Despesas gerais e administrativas	(R\$ 122.114,79)
Serviços de terceiros	(R\$ 47.052,84)
Despesas e receitas financeiras	R\$ 114.940,69
	(R\$ 3.513.735,80)

<b>Déficit do período</b>	<b>(R\$ 2.165.312,67)</b>
---------------------------	---------------------------

  
Luiz Paulo Horta de Siqueira  
Diretor Geral

  
Ricardo Matsubara  
Contador - CRC 1SP183216/O-0

# LINHA DO TEMPO

## 2015

- 15 de junho: fundação do Instituto Ação Pela Paz.
- Termo de Cooperação com o Tribunal de Justiça de São Paulo, a Secretaria Estadual da Administração Penitenciária, a Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão e o Instituto Ação Pela Paz para implantação do SEMEAR.
- Atuação no estado de São Paulo
- Investimento em três projetos sociais.

## 2016

- Investimento em projetos sociais no Centro de Ressocialização de Limeira (SP), por meio do Conselho da Comunidade da Vara de Execução Prisional do Município.
- Desenvolvimento “Semeando Sonhos, Colhendo Realidades”.
- Sistematização do SEMEAR.
- Atuação no estado de São Paulo
- Investimento em 10 projetos sociais.

## 2017

- Início da atuação com egressos prisionais pelo investimento social e mentoria à Karine Vieira.
- Atuação no estado de São Paulo
- Investimento em 10 projetos sociais.

## 2018

- Fortalecimento de iniciativas de apoio ao egresso por meio de investimento social e mentoria à organização Responsa, programa Recomeçar, da organização Gerando Falcões.
- Investimento em 14 projetos sociais.
- Atuação nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

## 2019

- Termo de Cooperação entre a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) de São Paulo via Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania e o Instituto Ação Pela Paz.
- Termo de Parceria entre a AGEPEN (MS) e o Instituto Ação Pela Paz.
- Criação da plataforma on-line do projeto “Semeando Sonhos, Despertando Possibilidades” para formação de multiplicadores.
- Atuação nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Maranhão.
- Investimento em 66 projetos sociais.

## 2020

- Início de projetos de visitas virtuais no Maranhão, Rio Grande do Norte e Mato Grosso do Sul.
- Criação e divulgação da Política de Proteção aos Vulneráveis.
- Lançamento do podcast “Olhar Mais de Perto”.
- Atuação nos estados de São Paulo, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Pernambuco, Maranhão, Alagoas e um projeto de nível nacional.



# OBJETIVOS DO MILÊNIO



1

ERRADICAÇÃO  
DA POBREZA

Atacando fatores que predispõem a criminalidade com *elevação escolaridade, qualificação profissional e atendimento psicossocial.*

8

TRABALHO  
DECENTE E  
CRESCIMENTO  
ECONÔMICO

Conscientizando, mobilizando e oferecendo *suporte no recrutamento e monitoramento às empresas* interessadas em contratar pessoas egressas do sistema prisional.



ESG: Environmental, social and corporate governance



ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



ONU: Organização das Nações Unidas

10

REDUÇÃO DAS  
DESIGULDADES

Moralizando o tema perante a sociedade e *ampliando oportunidades concretas para inclusão social* e acesso aos programas sociais.

16

PAZ, JUSTIÇA E  
INSTITUIÇÕES  
EFICAZES

Conscientizando a todos sobre direitos e deveres.  
*Aferindo o impacto* das iniciativas na reincidência criminal.  
*Teoria da Mudança.*

17

PARCERIAS E  
MEIOS DE  
IMPLEMENTAÇÃO

Moralizando o tema perante a sociedade e *ampliando oportunidades concretas para inclusão social* e acesso aos programas sociais.

## NOSSOS PARCEIROS

O nosso trabalho é ancorado pelos nossos **associados fundadores**, investidores e os **parceiros** que ajudam na realização de nossos projetos e ações:

### Associados Fundadores:

- Jayme Brasil Garfinkel
- Porto Seguro
- CNseg (Confederação Nacional das Seguradoras)
- Fecomércio (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo)

### Investidores Sociais (2020):

- TG Core Asset / Wright Capital

### Parceiros

- AGEPEN (Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário)
- Comissão do Conselho Nacional do Ministério Público
- Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária (CONSEJ)
- Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)
- Drauzio Varella
- Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC)
- FUNAP (Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel)
- Pares Empreendimentos Participações
- Porticus
- Secretaria de Estado da Administração Penitenciária do Mato Grosso do Sul (SEAP-MS)
- Secretaria de Estado da Administração Penitenciária do Rio Grande do Norte (SEAP-RN)
- Secretaria Estadual de Administração Penitenciária de São Paulo (SAP)
- Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco (SJDH PE)

**O NOSSO SENTIMENTO É DE GRATIDÃO POR  
TODO APOIO DURANTE O ANO DE 2020.**

# FAÇA PARTE DA NOSSA REDE DE PARCEIROS

Acreditamos que para conseguirmos a diminuição da reincidência criminal precisamos da união de esforços de todos, do Poder Público e da sociedade civil.

Se a causa desperta em você a vontade em participar, venha transformar a sociedade apoiando a (re)integração social das pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional.

Seja parceiro, voluntário ou beneficiário desta rede, sendo voluntário, proponente de projetos, doador ou como forma de ampliar sua visão sobre o assunto. Conte conosco.

[www.acaopelapaz.org.br](http://www.acaopelapaz.org.br)  
[contato@acaopelapaz.org.br](mailto:contato@acaopelapaz.org.br)

Facebook: [fb.com/acaopelapaz](https://fb.com/acaopelapaz)  
LinkedIn: [www.linkedin.com/company/acaopelapaz](http://www.linkedin.com/company/acaopelapaz)  
Instagram: [@acaopelapaz](https://www.instagram.com/acaopelapaz)



*Aponte a câmera do seu celular para o QR Code acima e acesse o nosso site, com atalhos para nossas redes sociais, além dos projetos e matérias do Instituto Ação Pela Paz*



## APOIE INICIATIVAS QUE REDUZAM A CRIMINALIDADE PARA UM BRASIL MAIS SEGURO!

## CONSELHO DELIBERATIVO

Jayme Brasil Garfinkel  
Lene Araújo de Lima  
Rafael Damasceno Generoso  
Solange Beatriz Palheiro Mendes  
Patrícia Gonzalez de Souza  
Maria da Gloria Faria

## CONSELHO FISCAL

Adriana Pereira Carvalho Simões  
Renata Paula Ribeiro Narducci  
Claudio Marcio Romagnolo

## EQUIPE

Luiz Paulo Horta de Siqueira - Diretor Geral  
Solange Rosalem Senese - Diretora Executiva  
Claudia Cardenette - Diretora Administrativa  
Daniella Mateus - Analista de Projetos  
Neuda Martins - Coordenadora Regional  
Rochelly Tatsumo - Analista de Projetos  
Kaio Nunes - Analista de Projetos  
Rosileia Pereira - Analista Administrativa Financeira  
Marcos Ferreira - Analista de Comunicação  
Dayane Bento - Estagiária de Projetos

## CONTATO INSTITUCIONAL

Instituto Ação Pela Paz  
contato@acaopelapaz.org.br  
Facebook: fb.com/acaopelapaz  
Instagram: @acaopelapaz  
LinkedIn: <http://www.linkedin.com/company/acaopelapaz>  
Rua Guaianases, 1281 - Campos Elíseos. São Paulo (SP). CEP: 01204-003  
(11) 3019-3141

## EXPEDIENTE

### *Textos*

Kaio Nunes (Analista de Projetos) | com a colaboração de todos da equipe

### *Diagramação, matérias e revisão:*

Marcos Ferreira (Analista de Comunicação)

### *Revisão de escopo e conteúdo:*

Claudia Cardenette (Diretora Administrativa)

### *Aprovação:*

Solange Senes (Diretora Executiva) e Claudia Cardenette (Diretora Administrativa)

---

*As fotos sem legenda ao longo desta publicação são de domínio público, fazem parte do acervo do Instituto Ação Pela Paz ou foram cedidas por seus parceiros.*









[www.acaoelapaz.com.br](http://www.acaoelapaz.com.br)

